Conjuntura Política - Dezembro 2017

Coletânea de textos publicados no mês de dezembro para discussão da situação nacional no Comitê de Apoio à Democracia e Estado de Direito

Org. Paulo Timm- paulotimm.gmail.com

Apresentação

O objetivo desta coletânea, que terá periodicidade mensal, é o de reunir informações qualificadas e suscitar a reflexão e o debate sobre a conjuntura política e econômica, sem se posicionar sobre ela. Por este motivo, são reunidos artigos de fontes variadas e de posicionamentos diversos

Benedito Tadeu Cesar – Coordenação Comitê

`*

Entrevista Especial: Rudá Ricci – IHU

"O problema do Brasil não é 2018, mas 2019

http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/574747-o-lulismo-e-uma-nova-guinada-a-direita-o-abismo-entre-o-partido-e-a-militancia-entrevista-especial-com-ruda-ricci

Por: **Patricia Fachin** | 19 Dezembro 2017

As especulações acerca das possibilidades eleitorais para 2018 giram em torno de dois pontos centrais: a candidatura do ex-presidente Lula e a fragmentação dos partidos de esquerda e de direita, diz o sociólogo Rudá Ricci à IHU On-Line. "O primeiro ponto central das eleições é o Lula, ou seja, a permanência da candidatura dele ou não e, mesmo que ela permaneça, até que ponto ela pode ir. (...) A segunda questão está vinculada ao processo eleitoral de 2018, que parece muito similar com o de 1989, quando grande parte do eleitorado brasileiro se dividiu, pulverizando a sua intenção de voto, porque os blocos políticos ou ideológicos não conseguiram unificar candidaturas", resume.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone, Ricci afirma que a possibilidade de fragmentação será maior na direita, porque os eleitores provavelmente irão se dividir entre Alckmin e Bolsonaro. Já à esquerda, pontua, só haverá divisões se o ex-presidente for impedido juridicamente de concorrer às eleições. "Conversei com os candidatos desse bloco de esquerda e eles não vão atacar o Lula, porque enquanto o Lula for candidato, existe um alinhamento com a campanha dele, com apenas algumas distinções programáticas. Se a candidatura do Lula acabar não se efetivando, aí sim o bloco se racha e até no PT haverá racha".

Na avaliação do sociólogo, embora a candidatura de Lula possa representar um "risco" para o futuro da esquerda brasileira, "também não há alternativa pela esquerda, ou seja, isso significa um risco também neste momento", pondera.

A principal dificuldade da eleição do próximo ano, afirma, é a mesma que levou a esquerda à crise, ou seja, suas alianças. "O bloco lulista, do qual o PCdoB faz parte, não consegue romper com o PMDB", que "é um partido importantíssimo para o equilíbrio político e democrático do país". Apesar disso, lembra, a esquerda mais alinhada ao PSOL está dizendo que "não dá mais para se aliar ao PMDB, porque ele faz chantagem depois que o nome de esquerda se elege e empurra o governo para a direita, sempre".

Entretanto, adverte, Lula não será empurrado para a direita, porque "ele já está dizendo que foi para a direita. Lula já disse em várias falas dele, inclusive em comícios e entrevistas, que ele é o candidato do centro. Eu como cientista político vou te dizer:

ele é, realmente, o candidato do centro; ele é a favor do mercado. (...) Lula é realmente o candidato de centro hoje e ele está muito mais à direita do que a maioria dos militantes do seu partido acha que ele está".

Ricci | Foto: Carolina Lima / Acervo IHU

Rudá Ricci é graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e doutor em Ciências Sociais pela mesma instituição. É diretor geral do Instituto Cultiva, professor do curso de mestrado em Direito e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara e colunista Político da Band News. É autor de Terra de Ninguém (Ed. Unicamp, 1999), Dicionário da Gestão Democrática (Ed. Autêntica, 2007), Lulismo (Fundação Astrojildo Pereira/Contraponto, 2010), coautor de A Participação em São Paulo (Ed. Unesp, 2004), entre outros. Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir do que se vê nas declarações e comportamentos dos possíveis candidatos e partidos hoje, quais provavelmente serão os cenários possíveis para as eleições presidenciais de 2018?

Rudá Ricci – O primeiro ponto central das **eleições** é o Lula, ou seja, a permanência da candidatura dele ou não e, mesmo que ela permaneça, até que ponto ela pode ir. Vou explicar. Há todo um debate jurídico acerca do que vai acontecer caso o Lula entre na ficha suja. Mesmo se isso acontecer, ele poderá entrar com recurso junto ao **Tribunal Eleitoral** e depois no **STF**, e isso faria com que a candidatura dele pudesse ser registrada *sub judice*. A segunda questão é relacionada à troca de candidatos no partido, que ocorre em início de setembro. Então,

teoricamente a candidatura dele pode ir até setembro caso ela esteja sob julgamento.
Qual é a estratégia do **Lula**? É ir até o limite, porque indo ao limite da candidatura e sendo cassado ao final, ele poderia trabalhar uma **comoção nacional** e com isso conseguir continuar na TV não mais como candidato, mas como se fosse, e poderia transferir os seus votos para outro nome. Neste momento o nome preferido dele é o **Jaques Wagner**, ex-ministro e ex-governador da Bahia. Mesmo que o **Lula** não consiga manter a candidatura até o pleito, o nome dele vai decidir em muito as eleições porque, segundo o **Datafolha**, 30% das pessoas que dizem que votariam no **Lula**também dizem que votariam no candidato indicado por ele. Isso dá 10% do eleitorado, e com esse percentual **Lula** já coloca outra pessoa no páreo. Sem o Lula, os outros candidatos têm só 15% da preferência do eleitorado até o momento.

Fragmentações

O bloco lulista, do qual o PCdoB faz parte, não consegue romper com o PMDB

Tweet

A segunda questão está vinculada ao processo eleitoral de 2018, que parece muito similar com o de 1989, quando grande parte do eleitorado brasileiro se dividiu, pulverizando a sua intenção de voto, porque os blocos políticos ou ideológicos não conseguiram unificar candidaturas.
Estou querendo dizer o seguinte: no **campo da direita**, além da candidatura do Alckmin, temos a candidatura do Bolsonaro. Alguns podem dizer que **Alckmin** não é um candidato de **extrema-direita** como o **Bolsonaro**, porém, do ponto de vista da estratégia eleitoral, **Alckmin**definiu **Bolsonaro** como seu principal adversário neste momento, de tal maneira que ele identifica que parte do eleitorado do **Bolsonaro** – e as pesquisas revelam isso – era do **PSDB**. Ou seja, parte do eleitorado do **PSDB** das últimas eleições, não tendo outra alternativa mais à direita, votava no **anti-Lula**, que era o **PSDB**.
Agora, como tem um candidato da extrema-direita, esses eleitores migraram para o **Bolsonaro**. Então, o **Alckmin** já está dirigindo suas baterias para atacar o Bolsonaro. Já vimos nas últimas semanas como, nas redes sociais, pipocaram matérias contra o **Bolsonaro**, divulgando uma entrevista que ele teria dado em 1999 para o **Estadão**, em que dizia que gostava do **Chávez**. É óbvio que essa é uma matéria para colocar em dúvida o alinhamento do eleitorado do **Bolsonaro** com ele.
A **direita** está se dividindo muito e já se cogita a candidatura do Meirelles, e o **César Maia** acaba de dizer que o **DEM** tem que ter um candidato. Então, a direita vai se fragmentar em pelo menos quatro candidatos.
Do lado da **esquerda**, do **centro-esquerda**, que é o lulismo, até uma esquerda mais nítida, que é o **PSOL**, devemos ter de três a quatro candidatos também: o **bloco lulista**, Boulos pelo **PSOL** e Manuela D'Ávila pelo **PCdoB**.

IHU On-Line – Essas três candidaturas também representam uma fragmentação da esquerda?
Rudá Ricci – Representam até a candidatura do **Lula**. Até então conversei com os candidatos desse **bloco de esquerda** e eles não vão atacar o **Lula**, porque enquanto o **Lula** for candidato, existe um alinhamento com a campanha dele, com apenas algumas distinções programáticas. Se a candidatura do **Lula** acabar não se efetivando, aí sim o bloco se racha e até no **PT** haverá racha.
IHU On-Line – Então a manutenção e a união das diferentes frentes de esquerda está dependendo da candidatura do Lula?

A candidatura do Lula define todo o processo eleitoral do ano que vem e mostra que é a candidatura mais forte do processo eleitoral

Tweet

Rudá Ricci – Não só da **esquerda**, como da **direita** também. Se o Lula sair da candidatura, o **Bolsonaro** despenca e aí há uma chance real para a Marina e o **Alckmin**. Então, a candidatura do **Lula** define todo o processo eleitoral do ano que vem e mostra que é a candidatura mais forte do processo eleitoral.
IHU On-Line – Que rachas provavelmente acontecerão no PT caso Lula não possa concorrer?
Rudá Ricci – Talvez uma articulação mais à **esquerda** do **PT**. Eu já ouvi vários dirigentes dizendo que a solidariedade é com o **Lula**, e sem o **Lula** no páreo eles não aceitam mais candidaturas impostas pela corrente majoritária, que é a "**Construindo um Novo Brasil**", que tem essa visão da **conciliação**. Eles apenas apoiam o **Lula**. Mas grande parte deles deve apoiar, pelo que estou sabendo, a candidatura do **Guilherme Boulos** pelo **PSOL**, por incrível que possa parecer.
IHU On-Line – Alguns intelectuais que procuram repensar a atuação da esquerda na política têm feito críticas à aposta da esquerda brasileira no retorno de Lula como alternativa à crise que a esquerda enfrenta hoje. Como o senhor vê, de um lado, essa crítica e, de outro, a insistência do PT no nome do Lula? Por que é importante recorrer ao nome do ex-presidente mesmo depois do envolvimento dele nas denúncias da Lava Jato?
Rudá Ricci – Primeiro porque não existe nenhum programa da esquerda nacional que tenha sido executado sem ser o do **Lula**. Não existe nenhum partido de esquerda que tenha chegado quatro vezes consecutivas à eleição. Então, não estamos falando de qualquer partido, nem de qualquer candidatura, mas do partido mais importante da América Latina inteira. Nunca nenhum partido de esquerda chegou próximo do que o **PT**fez no **Brasil**.
Em segundo lugar, o **lulismo** forjou uma política de Estado que só tem parâmetro com o **getulismo**, com uma estrutura de desenvolvimento social e econômico a partir do Estado, que raramente vimos na história do

Brasil. Então, estamos falando de uma potência e de uma capacidade que raramente se viu no país – e, no caso da **esquerda**, nunca se viu. Entretanto, qual é o problema do **programa do Lula**? É que o **lulismo** se apoiou na conciliação de interesses, ou seja, na ideia de compor uma espécie de **parlamentarismo** a partir da figura carismática do presidente. O problema é que parte significativa dessa conciliação de interesses não quer mais esse acordo, que é o **empresariado**. Portanto, todo o **lulismo** terminou, se esgotou não por si só, mas porque uma das partes da aliança não deseja mais manter essa aliança. Aliás, é possível que eles procurem o **Lula** se ele for eleito, mas sem mais aquele alinhamento tão nítido como se fez nos primeiros oito governos do Lula. Eles foram muito longe, porque a **Fiesp** gastou milhões para acolher a proposta de **impeachment**, e se escancarou uma divisão fortíssima entre o **empresariado** e o **Lula**.

Recusa à alternativa

O Lula é hoje realmente o candidato de centro e ele está muito mais à direita do que a maioria dos militantes do seu partido acha que ele está

Tweet

O **PT** se recusa a construir uma **nova alternativa pública**. Se ele tem uma alternativa, nem a maioria das correntes do partido conhece qual é. Então há aqui uma situação paradoxal: de um lado, o maior partido do **Brasil**, com a figura pública mais importante da história política do país, a mais popular e, de outro, um programa que já caducou. Esse é o problema posto para o Brasil e para a esquerda. O problema do Brasil não é **2018**, mas **2019**.

IHU On-Line – Mas não é um risco para a esquerda a longo prazo apostar todas as fichas na candidatura do Lula, ainda mais quando se fala muito da necessidade de renovação na esquerda? Como permitir uma mudança se Lula for eleito?

Rudá Ricci – Há um risco da **candidatura do Lula** a longo prazo, mas também não há alternativa pela esquerda, ou seja, isso significa um risco também neste momento. Qual é o programa nacional do **PSOL**? Ele se alimentou de bandeiras específicas, e a política do PSOL hoje é mais uma proposta antropológica do que política, porque se fragmentou em demandas de **movimentos identitários** e às vezes de maneira até oportunista. O **PSOL** não tem um programa nacional. E nos outros partidos de esquerda, qual é o programa nacional? Não há programas. Então, há um risco, mas qual seria a alternativa? A alternativa é algo como a Frente Ampla no Chile, onde se criou uma frente ampla jovem em janeiro deste ano, que conseguiu eleger vários deputados na eleição que acabou de ocorrer.

Mudança da base social

Essas três respostas, Deus, esforço e ajuda da família, compreendem 80% da opinião das pessoas que moram em favelas em relação à melhoria da vida delas. Isso impacta

violentamente os candidatos, sejam de direita ou de esquerda no país

Tweet

Não temos tempo, neste momento, para pensar uma alternativa de longo prazo até o ano que vem, mas temos a oportunidade de começar a construir uma alternativa, e efetivamente estamos numa situação em que não é só a cúpula que tem dúvida – e é por isso que teremos tantos candidatos no próximo ano –, é a base social. A **base social brasileira** mudou: a **classe média**assalariada mudou no **Brasil**. A partir de agora teremos uma classe média que vai ser pessoa jurídica na sua maioria, inclusive nos empregos de **Estado**, que estão acabando e vão acabar.

As reformas do Temer – não ficou claro até agora se o **Lula** vai acabar com elas ou não – terminam com a classe média assalariada no **Brasil**, seja na empresa privada ou pública. Então, isso muda completamente a postura da classe média. Muito do que estamos vendo hoje no país, de uma classe média raivosa, tem a ver com essa mudança que a classe média não consegue entender, porque ela é muito mal informada e egocêntrica e não consegue ter uma visão de mundo clara, mas ela está sentindo na pele.

Então, isso muda também a postura do eleitorado, para não falar do eleitorado pobre. Hoje várias pesquisas mostram que ele está inclinado a pensar uma visão completamente **liberal** do mundo do ponto de vista econômico, ou seja, a partir da ideia de que o que importa é "a minha vontade de vigor para trabalhar, porque me faço sozinho". Inclusive, nas favelas, as pessoas acham que as **mudanças sociais** e de consumo não têm a ver com política de governo, mas com a ajuda de Deus ou da família. Essas três respostas, **Deus**, **esforço** e **ajuda da família**, compreendem, segundo uma pesquisa recente do **Data Popular**, 80% da opinião das pessoas que moram em favelas em relação à melhoria da vida delas. Isso impacta violentamente os candidatos, sejam de **direita** ou de **esquerda** no país.

IHU On-Line – Como essa reestruturação da classe média e dos mais pobres implicará numa readequação dos partidos?

O sistema partidário brasileiro não consegue dialogar com a classe média, que hoje não elege presidente, e com a maioria da população, que é pobre

Tweet

Rudá Ricci – A única pessoa que consegue falar essa linguagem é o **Lula**: ele consegue dizer que as pessoas devem consumir mais, e elas devem ter valor, e ao mesmo tempo consegue dizer que é preciso um **Estadoforte**, que dê o mínimo de igualdade ao país. Essa é a vontade da grande maioria dos pobres, se não da totalidade. As pesquisas recentes revelam isto: os pobres têm valores liberais, mas querem um Estado forte, porque eles sabem que sem Estado forte não conseguem ter o mínimo de condição para mostrarem o seu valor. E aí os liberais no Brasil, como o **PSDB** e os **ultraliberais**, não sabem falar sobre isso. Veja que

o **Alckmin** acabou se elegendo presidente do partido dele e será candidato à presidência, e propõe de novo que se vote a **reforma da previdência**. Mas a grande maioria do eleitorado rechaça isso.
As **candidaturas liberais** no **Brasil** não conseguem falar para o povão. O único que consegue falar para a maioria da população brasileira é o **Lula**, mas o programa dele é de conciliação e a outra parte não quer, porque é liberal. E aí estamos num impasse. Este é o problema do **sistema partidário brasileiro**: ele não consegue dialogar com a classe média, que hoje não elege presidente, e com a maioria da população, que é pobre.

IHU On-Line – O senhor já afirmou que se Lula não puder concorrer às eleições presidenciais de 2018, Jaques Wagner deve ser seu substituto. Por que Lula aposta no nome dele? Ele tem capital político para concorrer, mesmo se optasse por essa estratégia da comoção social que o senhor comentou no início?

Rudá Ricci – Ele aposta porque **Jaques** foi governador da Bahia, e os dois estados mais importantes do Nordeste são **Bahia** e **Pernambuco**. Ele coloca um problema de novo para o **ACM Neto** na **Bahia**, porque o **Jaques Wagner** é tão flexível, em termos de aliança e discursos, quanto o **Lula**. Portanto, ele não colocaria nenhuma situação desagradável durante a campanha, e o **Lula** poderia continuar aparecendo na **TV**, dizendo que se o eleitor quiser votar nele, pode votar no **Jaques Wagner**.
Se o candidato do **PT** for **Haddad**, que será o **plano B** caso **Lula** não puder se candidatar, terá um problema, porque **Haddad** é paulista, muito jovem, tem cara de **USP**, e os nordestinos não votam em perfis assim, como não votam no Ciro Gomes, que tem o mesmo perfil, porque esses candidatos têm um discurso de classe média. A candidatura do **Jaques Wagner** não criaria problema para **Lula** continuar fazendo campanha, mesmo que estivesse impedido.

IHU On-Line – Para o primeiro turno, o senhor apostaria em Lula e quem? Alckmin ou Bolsonaro?

Rudá Ricci – O **Alckmin** tem muito mais potencial de chegar ao segundo turno do que Bolsonaro. Não tenho clareza se **Bolsonaro** de fato será candidato, porque se ele pedir para concorrer, ele perderá o seu mandato. Mesmo tendo dois filhos na política, ele possivelmente perderia a liderança desse bloco de **extrema-direita** no país, porque há gente muito mais capaz do que ele, inclusive do ponto de vista da retórica, para manter esse discurso. Então, a candidatura dele à presidência implica no risco de ele perder a eleição, perder tudo e sair da política depois de tantas vezes eleito.

Não tenho clareza se Bolsonaro de fato será candidato. Acho que o PSDB vai jogar todo seu peso contra Bolsonaro, para desconstruí-lo até agosto

Tweet

Como disse, acho que o **PSDB** vai jogar todo seu peso contra **Bolsonaro**, para desconstruí-lo até agosto. Então, possivelmente, o nome mais forte

pela **direita** para competir com o **Lula** é **Alckmin**, sem dúvida nenhuma. Se vai haver um segundo turno entre os dois, ainda é muito cedo para dizer.

IHU On-Line – E o que o senhor diria sobre as outras possíveis candidaturas? O senhor comentou rapidamente que Boulos pode renovar o PSOL, mas e sobre a candidatura da Marina pela Rede, e Manuela D'Ávila pelo PCdoB?

A Manuela é um bom nome, mas ela não tem inserção política nacional, e o PCdoB não vai criar problema nenhum para o PT

Tweet

Rudá Ricci – A Manuela é um bom nome, mas ela não tem inserção política nacional, e o **PCdoB** não vai criar problema nenhum para o **PT**. O **PCdoB**, infelizmente, se tornou um partido satélite do PT nas últimas eleições. Eu conversei com vários dirigentes nacionais do **PCdoB** nos últimos anos e eles estavam muito assustados, em função da crise aberta com a **Lava Jato**, de o **PT** perder musculatura porque os candidatos do PT passariam a disputar a base social e eleitoral do **PCdoB**. É por isso que eles vão lançar candidato, porque se eles não lançarem candidatos, o **PT**, sem o aparelho do Estado, colocará vários nomes na eleição e simplesmente desmanchará o **PCdoB**. E se desmancharem com as novas regras de acesso ao fundo partidário, o **PCdoB**se desintegra e passa a ser um partido completamente marginal. Então, ele precisa ter candidatura para ter o mínimo de musculatura eleitoral. Mas o partido não vai criar caso nenhum com o **Lula**, porque se o **Lula** for eleito, o **PCdoB** volta para o governo federal. Então, a candidatura da **Manuela** é experimental.

A candidatura da Manuela é experimental

Tweet

A mesma situação se aplica à candidatura do Boulos, mas aí é outra história, porque ele está tentando recompor o bloco de esquerda e está, inclusive, avançando sobre setores do **PT** e também sobre setores do **PMDB**, como é o caso de Roberto Requião. A candidatura do **Boulos** é uma candidatura de construção de uma frente de massas, ou seja, com todas as reticências que se possa e se deva ter, ele está tentando reconstruir o caminho do **Lula**, com uma proposta mais de esquerda, mas que seja popular e que tenha força. Acho que a figura do **Boulos** é isto: é uma pessoa intelectualizada, com uma história muito rica, e é um líder de um movimento de massa, que é o **MTST**. Então, ele junta justamente os dois atributos que quer começar a construir. Não vejo a candidatura dele se resumir a **2018**; acho que é o início de uma trajetória que pode ser muito importante para o país.

Não vejo a candidatura de Boulos se resumir a 2018; acho que é o início de uma trajetória que pode ser muito importante para o país

Tweet

IHU On-Line — Se o Lula não puder concorrer, ou se o PT não eleger o próximo presidente, o Boulos seria uma alternativa para o futuro?

Rudá Ricci — Acredito que sim, porque **Jaques Wagner** e Haddad não são populares; não tenho dúvida nenhuma de que nenhum dos dois têm apelo popular sem o Lula. Eles podem ter apelo regional, mas nem isso o **Haddad** tem, porque acaba de perder no primeiro turno das eleições municipais de maneira acachapante para o Doria, e ele tinha a máquina da prefeitura na mão. Portanto, ele não tem apelo eleitoral. Agora, o **Boulos** pode ter, principalmente se ele de fato conseguir atrair setores do **PT** e setores mais à esquerda, e o próprio **PMDB** para a candidatura dele. Se ele conseguir realmente fazer isso, ele vira um nome importante nos próximos anos na política nacional. Isso ainda é uma aposta.

IHU On-Line — Mas Guilherme Boulos seria uma aposta à esquerda mesmo considerando a reconfiguração da sociedade brasileira, que o senhor mencionou antes?

Lula já propôs para o Boulos se filiar ao PT, só que não aceitou algumas propostas do Boulos, entre elas, a revogação de todas as medidas do Temer e também a adoção de uma reforma tributária progressiva no Brasil

Tweet

Rudá Ricci — Claro que sim. **Lula** já propôs para o **Boulos** se filiar ao **PT**, só que não aceitou algumas propostas do **Boulos**, entre elas, a **revogação de todas as medidas do Temer** e também a adoção de uma reforma tributária progressiva no **Brasil**. O **Lula**, infelizmente, em função da **política de conciliação**, não consegue renovar a agenda que ele construiu em 2002, e o **Boulos** está tentando propor uma nova agenda. Se ela será popular, se será uma nova agenda, eu não sei, mas o fato é que ele está tentando criar um bloco, como o que ocorreu no **Chile** e como ocorre hoje no **Uruguai**: é um bloco vasto envolvendo amplos espectros da esquerda com essa característica popular. Isso é uma aposta. Nós só poderemos ver se é uma aposta real a partir de agora.

IHU On-Line – Outra questão que se discute acerca das próximas eleições são as alianças, inclusive partidos como o PT e PCdoB já dão sinais de que farão alianças com o PMDB. Que alianças provavelmente serão feitas no próximo ano?

Rudá Ricci — Este é o problema. O bloco lulista, do qual o **PCdoB** faz parte, não consegue romper com o PMDB. Antes de eu explicar, vamos lembrar o que é o **PMDB**: o **PMDB** é uma válvula de escape dos setores econômicos periféricos do **Brasil**, e é uma válvula de escape pela política. É um partido importantíssimo para o equilíbrio político e democrático do país. Podemos ter diversas críticas ao estilo do **PMDB** de agir nas sombras e de sempre ter uma pendência ou um pendor à direita, mas o fato é que, do ponto de vista da engenharia política, se não tivéssemos o **PMDB**, não teríamos estados do Norte, como **Pará** e **Maranhão**, no centro da política nacional, porque eles são periféricos do ponto de vista

econômico. E, no caso dos estados mais ricos, o PMDB atrai figuras de regiões menos pujantes economicamente para o centro da política do seu estado. Esse é o caso de **São Paulo,** por exemplo, que consegue atrair setores do Oeste do estado, que é uma região muito pobre, para o centro da política estadual. Então, **Orestes Quércia**, por exemplo, atuava muito no **Oeste de São Paulo**, assim como **Paulo Maluf**. Ou seja, esses setores mais retrógrados da política brasileira sempre se alimentaram desse canto da economia periférica, por exemplo, do estado de **São Paulo**, que é o estado mais pujante, e o campeão desse tipo de política era o **PMDB** e até hoje é o **PMDB**.

Portanto, o **PMDB** tem uma importância muito grande na política nacional, que é atrair as regiões economicamente periféricas, não muito importantes da economia brasileira, para o centro da política. É por isso que vemos que nomes como o de Romero Jucá são tão importantes na política nacional através do **PMDB**. É isso que precisamos entender e por isso mesmo que outros partidos sempre ficam "meio de mãos atadas" com o **PMDB**. Dos três principais partidos do **Brasil — PMDB, PSDB** e **PT** —, o único que tem uma base popular dentro da estrutura partidária — estou falando de prefeitos e vereadores, que estão nos rincões do país — é o **PMDB**; os outros dois têm de maneira muito marginal ou, no caso do **PT**, vinculados ao processo eleitoral, e não ao processo político entre eleições. E, nesse caso, para se ter uma base popular de sustentação, inclusive parlamentar, porque deputado federal se elege nessas bases populares, os partidos precisam do **PMDB**.

Se prestarmos atenção no que o Lula está falando, ele já está dizendo que foi para a direita

Tweet

Esse é um problema gravíssimo para a**política nacional**, porque dos três partidos mais importantes do Brasil, dois não conseguem ter uma inserção histórica nesses rincões e no sertão brasileiro, só nos momentos de eleição. Mas entre eleições só o **PMDB** consegue. Nós temos aí um jogo de xadrez dificílimo para se criar uma **governabilidade**. O que a esquerda vem dizendo no **Brasil** — estou falando do **PSOL** para o restante da **esquerda** — é que não dá mais para se aliar ao **PMDB**, porque ele faz chantagem depois que o nome de esquerda se elege e empurra o governo para a direita, sempre. Esse é o problema, um dilema não solucionado até agora.

IHU On-Line — Então o PMDB continuará mantendo este peso forte nas eleições presidenciais de 2018?

Rudá Ricci — Sim, pelo seguinte motivo: o **Brasil** rejeita o **parlamento brasileiro**, com exceção da câmara municipal. Vou explicar rapidamente: o vereador está próximo do pobre e, portanto, ele consegue ter algum tipo de influência, porque algum parente ou vizinho sempre chega no gabinete do vereador; deputados estaduais e federais não têm nenhuma importância para o pobre no Brasil. É por esse motivo que as **pesquisas** no **Brasil**, como a da **ESEB**, que é a maior pesquisa sobre como o eleitor pensa e vota no Brasil, vem mostrando

consistentemente que o eleitor brasileiro, quando vai votar em uma eleição como a do ano que vem, lembra em quem ele votou para governador e presidente, mas não lembra em que ele votou para deputado federal e estadual. Além disso, ele escolhe em quem vai votar para o parlamento brasileiro faltando 10 dias para a eleição.
O que isso significa? Que ele escolhe na hora em quem vai votar, porque é obrigado, ouvindo parentes, amigos ou catando santinho no chão. É por isso que os **políticos mais conservadores** sempre jogam muitos santinhos nos colégios eleitorais no dia da eleição, porque eles sabem que sua eleição será definida, talvez, ali, no santinho que o pobre olha e diz "já que tenho que votar, deixa eu ver quem tem mais poder, não vou jogar meu voto fora", e aí vota naquele santinho que aparece mais. Isso significa o quê? Que quem joga mais dinheiro em campanha, tem mais dinheiro, mais máquina, elege deputado federal no Brasil, e com isso acontece o que está acontecendo agora: os **mais ricos** são os candidatos, inclusive empresários e ruralistas. É essa distorção que temos no Brasil e que faz o **PMDB** ser tão forte e acabar se impondo logo depois que elege um presidente, seja ele aliado ou não na campanha anterior; o **PMDB** sempre entra no governo por causa disso.

IHU On-Line — Caso o Lula seja eleito, o PT vai conseguir não ser empurrado para a direita, como diz ter sido nos últimos governos?

Rudá Ricci — Ele não será empurrado. Se prestarmos atenção no que o **Lula** está falando, ele já está dizendo que foi para a direita. O **Lula** já disse em várias falas dele, inclusive em comícios e entrevistas, que ele é o **candidato do centro** — ele não diz nem que é do centro-esquerda; ele diz que é o candidato do centro. Eu como cientista político vou te dizer: ele é, realmente, o candidato do centro; ele é a favor do mercado. Eu acho muito interessante como o empresariado brasileiro não percebeu que o caminho para o **mercado** se desenvolver sem conflito no Brasil, no ambiente de investimentos, é o **Lula**. Essas opções do empresariado brasileiro são uma aventura de quem não tem muita elaboração teórica e visão política, como é caso do **Paulo Skaf**, que tem uma visão mais política pessoal do que uma estratégia de classe. O **Lula** é hoje realmente o candidato de centro e ele está muito mais à direita do que a maioria dos militantes do seu partido acha que ele está. O **Lula** não precisará de pressão, o **Lula** já foi mais à direita.

IHU On-Line — Isso não lhe parece um paradoxo, porque a militância espera e acredita que ele assuma uma postura de esquerda, e ele se posiciona à direita?

O lulismo não é um governo de ampla participação dos cidadãos, de jeito nenhum, acho bom que comecemos a entender claramente o que é a proposta lulista

Tweet

Rudá Ricci — O **Lula** é muito maior do que o partido e há muito tempo ele não ouve a **militância partidária**. Ele não tem nenhum mecanismo

de consulta e impôs o nome da **Dilma** e do **Haddad** e destruiu a candidatura de **João da Costa**, em **Recife**, que tinha sido aprovado como candidato por uma convenção municipal do partido, porque o **Lula** queria aliança com o **PSB** em Pernambuco e em Recife.
Vamos ser francos e claros: o **Lula**, há muito tempo não ouve e nem consulta a **militância**. A militância fala o que ela quer, mas o **Lula** faz o que ele quer e quase sempre não há coincidência na opinião desses dois personagens da política petista. É bom que a gente comece a entender o que é o lulismo: o **lulismo** é um **programa rooseveltiano**, que faz conciliação de interesses e não gosta de participação popular e nem de mobilização das massas; ele trabalha com as cúpulas partidárias e com as elites — elites religiosas, sindicais, partidárias e econômicas.
O **lulismo** não é um governo de ampla participação dos cidadãos, de jeito nenhum, acho bom que comecemos a entender claramente o que é a proposta lulista.

O lulismo é um programa rooseveltiano, que faz conciliação de interesses e não gosta de participação popular e nem de mobilização das massas; ele trabalha com as cúpulas partidárias e com as elites — elites religiosas, sindicais, partidárias e econômicas

Tweet

IHU On-Line — Esse é o melhor modelo para o Brasil hoje?
Rudá Ricci — Não sei dizer, porque seria um julgamento. Ele deu certo, sem dúvida nenhuma. Nos dois primeiros **governos petistas** federais, deu certo e muito certo. Alguns dizem que deu certo porque nós tínhamos os **valores das commodities em alta**. O fato é que já tivemos outros momentos de opulência nas exportações, mas não tivemos as políticas que o **Lula** adotou. O fato é que, talvez, como já disse, esse programa tenha chegado ao fim porque parte dos aliados do lulismo não querem mais aliança. Mas o Lula vem dizendo que quer voltar a fazer o que ele fez. Na verdade, o principal programa do **Lula** hoje é restabelecer o que ele já fez, ele não está propondo nada novo, não tem uma nova versão do **Fome Zero**, como foi em 2002, não tem uma nova versão da política do **BNDES**, como ele fez em 2007, ele não tem proposta nova; a **proposta do Lula** é restabelecer o que ele fez em 2005, 2006 e 2007.
IHU On-Line - Recentemente foi divulgada uma pesquisa mostrando que60% dos eleitores do Bolsonaro seriam jovens**. O que explica essa adesão de parte dos jovens ao candidato e o que isso revela sobre a política brasileira?**

Vamos ser francos e claros: o Lula, há muito tempo não ouve e nem consulta a militância. A militância fala o que ela quer, mas o Lula faz o que ele quer e quase sempre não há coincidência na opinião desses dois personagens da política petista

Tweet

Rudá Ricci — Se nós estamos falando de 15% do eleitorado, estamos falando algo em torno de 7% — e os jovens são muito mais que 7% dos

eleitores brasileiros. A **maioria dos jovens vota no Lula**, a questão é que hoje 60% do eleitorado do **Bolsonaro** é jovem. O que são esses jovens? Há uma série de teses a respeito, mas uma das que acho mais interessante é a de que houve um avanço muito grande de um **discurso agressivo no movimento estudantil**, principalmente universitário, que é hegemonizado pelo **PCdoB**, e que tem todo um jargão e uma estrutura de política muito consolidada, com palavras que têm todo um significado de quem já é iniciado na política estudantil, como é o caso das palavras de ordem e assim por diante. Ou seja, aqueles que não são iniciados e organizados no movimento estudantil se sentem completamente humilhados ou de escanteio. E, além disso, no movimento estudantil há quem diga que os **movimentos identitários neofeministas** e de **defesa de cotas** também estão sendo muito agressivos, criticando pessoas de perfil mais de "nerd" ou aqueles que são muito tímidos, que é o perfil da maioria dos estudantes — quem já deu aula em universidade sabe muito bem o que estou dizendo.

Esses setores se sentiriam muito sem expressão e muito ofendidos por esse discurso agressivo que diz que todo homem é um estuprador em potencial e que as pessoas são alienadas, de tal maneira que esse segmento dos jovens, principalmente universitários, estaria dentro desses **movimentos de oposição** aos **identitários** e ao **movimento estudantil** ligado às **forças de esquerda hegemônicas**. E é por isso que haveria uma reação tão agressiva contra a esquerda, essa esquerda do movimento estudantil, e a esses movimentos identitários na universidade. Não é só uma reação política, é uma reação violenta como se fosse uma defesa da sua existência. Essa é a hipótese que vejo muitos autores apontando recentemente, às vezes sem pesquisas, mas como se fosse uma espécie de relato impressionista, subjetivo, mas que vejo com bons olhos, porque é uma hipótese de pesquisa bem interessante. Além disso, não tenho nenhum dado que revele com tanta nitidez o porquê temos tantos jovens apoiando a **extrema-direita**.

Tem outra hipótese muito importante, que venho defendendo há algum tempo: grande parte dos **jovens** que estão na faixa dos 20 a 30 anos só viram os **governos lulistas** e o **Temer**. O jovem sempre forma um segmento contra o *status quo*. Por que o jovem é contra o *status quo*? Porque está tentando achar seu lugar no mundo dos adultos e ele tem que se impor, porque os adultos se impõem com regras e instituições, e eles precisam mostrar que têm o seu lugar e que precisam ter oportunidades. O jovem sempre tenta se impor no mercado de trabalho, no mundo dos adultos, com muita energia para poder existir e ser valorizado.

Como grande parte dos **jovens** tinha em torno de 10 anos quando o **Lula** venceu as eleições em 2002, esses jovens veem todas as **mazelas do Brasil**, e também aquelas que eles enfrentam, como culpa dos governos lulistas. Com isso, fica muito mais fácil de armar um discurso de que tudo aquilo que tem de ruim no país é culpa daqueles que estão no poder, de cabelos brancos — o caso do **Lula** — e velhos que querem se manter no poder, e que roubaram nosso dinheiro.

É um discurso fácil para esses jovens que acham que o poder do Brasil foi feito à imagem e à semelhança do **PT** e do **Lula**. Essas são algumas explicações, mas todas são hipóteses. Vamos aguardar para que tenhamos mais dados concretos sobre isso.

Leia mais

- Eleição do desencanto do eleitor. 'Não temos mais um partido hegemônico de esquerda no Brasil'. Entrevista especial com Rudá Ricci
- 'Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder'. Entrevista especial com Rudá Ricci
- A admissibilidade do impeachment e a continuidade da crise política. Entrevista especial com Rudá Ricci
- 2018 e o quarto turno de 2014 que não vai terminar
- 'Cenário das eleições de 2018 será parecido com o de 1989', diz professor
- Julgamento de Lula, a primeira data crucial da eleição presidencial de 2018
- Partidos em disputa pelo capital político dos evangélicos para 2018
- Tudo que se refere à eleição de 2018 é sintoma da gravidade da crise política. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, Rodrigo Nunes e Caio Almendra
- PT estuda boicotar eleições de 2018 se Lula não puder ser candidato
- Não haverá 2018
- Bolsonaro pode ficar inelegível na disputa de 2018? Entenda
- Marina poderia ser favorita para 2018, mas 'queimou caravelas com esquerda' ao apoiar impeachment, diz fundador da Rede
- 'Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018. Entre nós e 2018 há um abismo'
- Brasil sem Lula em 2018: quem ganharia e quem perderia no xadrez político
- De olho em 2018, Alckmin estreita relação com MST
- Como lidar com Bolsonaro?
- Bolsonaro sem retoques
- 'Sim, sou presidenciável', afirma Henrique Meirelles
- Perspectivismo político e pragmatismo radical como alternativas à crise política. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto
- O lulismo é um sintoma da atual crise do sistema político, não sua solução
- PSOL articula Boulos para Presidência
- Busca por 'terceira via' na presidência pode dar giro radical em pesquisas eleitorais
- Brasil sem Lula em 2018: quem ganharia e quem perderia no xadrez político
- É hora de rediscutir programas e ideias na esquerda brasileira
- A esquerda perdeu o rumo e se atolou no deserto da imaginação política
- O processo de renovação da esquerda é atravancado pela 'renovada' hegemonia do PT. Entrevista especial com Pablo Ortellado

- Discurso da esquerda não dá a Lula a menor chance de fazer bom governo
- "Governo de Michel Temer é semiparlamentarismo de chantagem explícita"
- Manuela admite aliança com integrantes do PMDB: 'A política é mais complexa no Brasil'
- Aliado à esquerda e à direita, PMDB deve governar metade do país
- “Maior erro do PT foi seguir estratégia lulista de conciliação permanente”
- Lula quer fazer nova carta aos brasileiros
- Ciro Gomes, híbrido político
- Alternativa à crise política precisa ser gestada por novas forças populares mobilizadas. Entrevista especial com Guilherme Boulos
- Popularidade levou Lula a se achar invulnerável, diz biógrafo britânico de petista

Parte I – Questões gerais e crise

Ebook traz contribuições de fundações para superação da crise política

http://www.grabois.org.br/cdm/pcdob-documentos/44769/2017-12-29/cezar-xavier/ebook-traz-contribuicoes-de-fundacoes-para-superacao-da-crise-politica

Os presidentes das Fundações Perseu Abramo, Márcio Pochmann, da Maurício Grabois, Renato Rabelo e da Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, Manoel Dias, assinam esta publicação com diagnóstico do golpe de Estado de 2016, feito durante oficina no dia 14 de julho de 2017. Foram levantados o legado e as lições dos ciclos dos governos Lula e Dilma, avançou para um diagnóstico preliminar das mazelas do golpe e traçou os caminhos e alternativas para tirar o Brasil da crise e se reencontrar com a democracia, a soberania nacional, o Estado de Direito, o desenvolvimento e o progresso social. Baixe e leia a íntegra do documento:

Arquivos

- Oficina de Fundações 2017 PDF

O que não entendemos direito ainda sobre 2013?

https://jornalggn.com.br/blog/fernando-horta/o-que-nao-entendemos-direito-ainda-sobre-2013-por-fernando-horta#.WkgJcdawHqI.facebook

por Fernando Horta 30 dezembro

Em setembro de 2012, James Roberts, um dos analistas da Heritage Foundation (Think Tank conservador norte-americano) escrevia um artigo dizendo que o Brasil "precisa(va) de mais liberdade econômica" e deveria "eliminar barreiras à iniciativa privada, diminuir impostos, e acabar com a rigidez legal do mercado de trabalho"[1]. Curiosamente o PIB brasileiro crescia a taxas semelhantes ao do México, Argentina e muito próximo ao dos EUA, segundo os dados do Banco Mundial. Em janeiro de 2013, um obscuro economista ligado ao IPEA e aos think tanks americanos publicava um artigo em seu blog pessoal falando sobre a "contabilidade criativa"[2], que viria a se tornar tese (demonstrada errada) para o impeachment de Dilma, sendo chamada de "pedalada fiscal". Os termos usados nos ataques liberais ao governo de Dilma eram idênticos aos "estudos científicos" emanados pelos institutos norte-americanos. Mas não foram apenas ataques vindo da direita que desgastaram o governo.

Em março de 2013, a CNI lançava uma pesquisa[3]em que o governo Dilma atingia 79% de aprovação. Índice maior do que Lula e FHC. Parecia claro que o governo Dilma se mantinha em um vôo de cruzeiro em direção à reeleição. Tal situação desgostava quatro grupos em especial: (1) os grandes grupos financeiros internacionais viam na experiência brasileira um incômodo caminho para a saída da crise de 2008. Enquanto o Banco Mundial e o FMI na época pregavam para toda a Europa a "Austeridade", o Brasil mantinha-se em crescimento com políticas diferentes da receita liberal e ainda sustentava a relação PIB/dívida em decréscimo e grandes reservas internacionais. (2) As grandes empresas petrolíferas internacionais, que precisaram se submeter aos marcos do petróleo impostos por Dilma, também ombrearam-se no esforço de jogar o governo petista ao solo. Em março de 2013, por exemplo, a presidenta defendia o modelo de extração que privilegiava o capital nacional e os royalties indo para a Educação e Saúde[4]. (3) A oposição fisiológica interna (PSDB, DEM, PP, e parte do PMDB) aos governos progressistas percebia que o governo Dilma se tornava blindado. Sem grandes mudanças nos panoramas econômicos e com aprovação em alta, seria quase impossível evitar um quarto mandato petista e as obras de infraestrutura e a extração de petróleo prometiam uma disputa ainda mais dura para 2018. (4) A "oposição à esquerda" ao governo de Rousseff também se ressentia tremendamente por não conseguir ganhar votos dado que o governo petista capitalizava com inserção mercadológica da população, e o controle das variáveis sociais e econômicas do país. Em 2013, Eduardo Paes do PMDB vencia Marcelo Freixo pela prefeitura do Rio de Janeiro. O PSOL faria 28% dos votos contra quase 65% do PMDBista[5]. Em abril de 2013, Freixo dizia que: "se o PT está junto com o PMDB, tem de ser enfrentado, porque representa a mesma política hoje, por exemplo, no Rio de Janeiro"[6].

O que unia todos os descontentes contra o governo Dilma não era a "luta contra a corrupção" ou desavenças sobre alianças políticas locais. O que uniu os grupos contra Dilma foi a certeza de que o projeto petista amealhava apoios de forma pragmática e mantinha-se com alta popularidade. Era necessário derrubar

Dilma, ao menos de seu pedestal de aprovação. Para isto, todos os grupos passaram a adotar um discurso quase esquizofrênico sobre o Brasil, falseando a realidade e induzindo a revolta social. Enquanto a direita, se aliava aos interesses internacionais e atacava a economia, os grupos de "oposição à esquerda" viam na possibilidade do desgaste de Dilma uma estrada para o seu próprio crescimento. O "Não vai ter Copa" era uma evidente tentativa de criar uma ruptura interna no apoio da presidenta.

Em junho de 2013, ocorrem as chamadas "Jornadas de Junho". Uma série de manifestações locais, com pautas cuja responsabilidade eram de municípios ou Estados, mas que escalam para ataques ao governo federal. Dilma cai de 79% para 40% de aprovação em julho de 2013. O MPL (Movimento Passe Livre) reivindica a explosão de 2013, mas pela pouca visibilidade do movimento em nível nacional e as pautas efetivas que passam a frequentar os registros fotográficos das manifestações, percebe-se o erro desta abordagem. Além do mais, a primeira liderança a se mobilizar para viabilizar as reivindicações do MPL foi justamente Dilma Rousseff. Em abril, o MPF processava Dilma e Graça Foster por "manterem os preços da gasolina baixos"[7], indo no mesmo caminho do lobby internacional que se valia do Financial Times e da BBC para atacar o "intervencionismo brasileiro" na questão dos combustíveis[8]. É simplesmente insustentável que a pauta de um "passe livre"[9], totalmente circunscrita aos municípios e Estados, surja nacionalmente e se transforme em "não vai ter copa", no "vem pra rua" e acabe no "fora Dilma", sem que se perceba aí um maior ataque político.
O fato é que 2013 abriu uma caixa de Pandora ao defender "protestos sem partido" e sem pauta clara. Já em junho, o reacionarismo digital capturava o modelo "horizontal" de manifestação[10]do MPL e transformava o sonho de protagonismo de uma "oposição à esquerda", num processo de desgaste político que, enfim, apontava para a possibilidade de vencer o projeto petista já nas eleições de 2014.
Mais dinheiro e ações políticas eram necessárias. Dilma precisava cair. Era consenso da direita e da esquerda à Dilma.

Num primeiro momento, é formado o grupo "Revoltados Online" ainda nos protestos de junho. Em 2014, com a brecha aberta surgem o "Vem pra Rua" e o "MBL". O ataque digital da direita seria decisivo nas eleições de 2014[11], mas a "oposição à esquerda" também teria sua cota de responsabilidade. As marchas de rua nas capitais se valeram dos discursos identitários para negar a política e mobilizar as massas. As táticas chegaram mesmo a assemelharem-se ao famoso "occupy wall street" e black blocs surgiram no Brasil.
Os movimentos de 2013 não podem ser dissociados das disputas eleitorais cariocas e nem do erro de avaliação do PSOL. Se, naquele momento, o PSOL tivesse optado pela coesão ao invés do desgaste, muito provavelmente o golpe teria acontecido, mas a resistência teria sido mais dura e 2018 não seria tão perigoso.

Esta semana, o deputado Marcelo Freixo deu uma entrevista para a FSP em que diz que "o PT não entendeu 2013"[12]. Freixo, que estava envolvido com o suposto financiamento, nunca completamente explicado, de grupos de esquerda

durante os protestos de 2013[13], volta a tocar numa narrativa irreal sobre 2013. Uma narrativa que não reconhece as imensas diferenças das jornadas em várias regiões e pinta todo o movimento se fosse um processo de emancipação política novo no Brasil. Freixo parece cometer, mais uma vez, um imenso erro de análise. Erro que custou caro para ele nas eleições de 2016, por exemplo. O deputado, que em 2013 abertamente defendia os protestos de indivíduos mascarados[14] contra o governo, apenas em 2016 – após o repúdio nacional das táticas do grupo – muda o discurso[15]. Muda essencialmente em função da campanha eleitoral de 2016, onde foi vencido por Marcelo Crivella[16].
O deputado Marcelo Freixo demonstra mudar de posição conforme a proximidade das eleições. Novamente, através de um cálculo não muito inspirado, passa a dar declarações com o objetivo de "capitalizar" o eventual dissenso eleitoral do Partido dos Trabalhadores. O PSOL do Rio de Janeiro parece entender que seus votos estão no eventual desmanche do PT e não no convencimento das populações mais pobres, hoje majoritariamente eleitoras de pastores evangélicos. No final, a briga política do RJ entre Paes, Pezão, Cabral, Cunha, Freixo, Wyllys, Chico Alencar e Crivella, Garotinho pode contaminar o restante do país e impossibilitar a formação de um bloco consistente contra o golpe.

É evidente que 2013 não é sozinho responsável pela queda de Dilma. Sua popularidade desaba para cerca de 20% no início de 2015, após o anúncio do "ajuste liberal" de Joaquim Levy. A inépcia e incapacidade da comunicação no governo Dilma, personalizado em Thomas Traumann, respondem também pela debacle de 2016. Contudo, se os ataques virtuais da direita erodiram a popularidade da presidenta, é preciso reconhecer que a "oposição à esquerda" e a política intestinal do RJ foram responsáveis pelo 2013 e, assim, fazem parte do desarranjo político de 2013-2016.

Caso o deputado Marcelo Freixo continue em dúvida sobre a necessidade da "união das esquerdas" e não queira olhar criticamente para o seu papel em 2013, sugiro que veja o que ocorreu nas eleições francesas de 2016, quando os candidatos de esquerda ficaram – ambos – fora do segundo turno, exatamente pelo tipo de "estratégia"[17] defendida pelo deputado carioca. Ainda que se diga, com certa razão, que o PSOL não tem voto suficiente em nível nacional para influenciar a disputa eleitoral, Marcelo Freixo, Jean Wyllys, Erundina, Ivan Valente e etc. são políticos de esquerda bastante conceituados e com relevante história de lutas. Tenho certeza que é melhor tê-los como aliados do que como inimigos.
Creio que quem não entendeu corretamente 2013 foi, infelizmente, o deputado Freixo e faço votos para que ele mude de opinião.

---

[1] http://www.heritage.org/americas/report/brazil-restoring-economic-growth...
[2] https://mansueto.wordpress.com/2013/01/08/sobre-truques-fiscais-e-a-cont...
[3] https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2013/03/19/dilmacni...

[4] http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-volta-a-defender-roy...
[5] http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/01/prefeito-reeleito-edu...
[6] https://www.revistaforum.com.br/2013/04/24/marcelo-freixo-a-luta-por-dir...
[7] http://www.infomoney.com.br/petrobras/noticia/2733550/sem-novos-aumentos...
[8] http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130326_intervencionismo_b...
[9] https://www.revistaforum.com.br/2013/06/11/a-proposta-de-passe-livre-no-...
[10] https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1618
[11] http://comprop.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/89/2017/06/Comprop-...
[12] http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1946626-nao-sei-se-e-o-moment...
[13] https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/129787/Patroc%C3%ADnio-do-PSOL-a...
[14] https://www.youtube.com/watch?v=foOETau5C5w
[15] http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,freixo-faz-mea-culpa-so...
[16] https://oglobo.globo.com/brasil/freixo-muda-de-tom-sobre-black-blocs-dur...
[17] https://www.youtube.com/watch?v=8dsFo8TMD4k

Audácia E Derrota: Temer Fecha O Ano Com Ataque À Lava Jato E Sofre Tripla Derrota, Na Opinião Pública, Na PGR E No Supremo.

- **29/12/2017**

https://www.noticiasbrasilonline.com.br/audacia-e-derrota-temer-fecha-o-ano-com-ataque-lava-jato-e-sofre-tripla-derrota-na-opiniao-publica-na-pgr-e-no-supremo/?utm_medium=ppc&utm_source=site&utm_campaign=notification-site&utm_content=post-site&utm_term=notification-site

POR: Eliane Cantanhêde, O Estado de S.Paulo

Apesar de seu temperamento frio e racional e de uma popularidade abaixo do razoável, ou exatamente por causa de ambos, o presidente Michel Temer demonstra uma audácia surpreendente no comando do País. O novo exemplo foi um indulto de Natal super camarada para os condenados por corrupção, como na Lava Jato. Para aliados, Temer “não cede a pressões e não faz concessões populistas”. Para adversários, “o fracasso lhe subiu à cabeça”.

O indulto concedido por Temer é considerado o mais grave golpe contra a Lava Jato, entre tantos tentados inutilmente pelo Congresso e outros tantos em discussão no Judiciário. A procuradora-geral Raquel Dodge entrou com ação no Supremo alegando que favorece a impunidade e contraria vários princípios constitucionais. A presidente da Corte, Cármen Lúcia, concordou plenamente.

Temer tem a prerrogativa de decretar o indulto de Natal, mas não a de ignorar a Constituição, e Cármen Lúcia e Dodge deram o dito pelo não dito. As novas regras de indulto para corruptos foram suspensas e a decisão final ficou para fevereiro, quando o Judiciário retoma suas atividades, o ministro Luís Roberto Barroso vai relatar a questão e o plenário deverá se manifestar. Bem que Temer poderia ter passado sem essa. Ou sem mais essa.

Quanto mais a Justiça foi roçando o cangote de ministros e parlamentares aliados, mais Temer foi ampliando o leque dos beneficiários do indulto. Antes, eles precisavam ter cumprido pelo menos um terço de uma pena que não poderia ultrapassar 12 anos. No Natal de 2016, o tempo caiu para um quarto. No de 2017, para um quinto – e sem limite para o tamanho da pena. Foi ou não para favorecer políticos enrolados? Até Eduardo Cunha no futuro?

Temer flexibilizou o indulto, o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol reagiram contra, Dodge concretizou a reação, Cármen Lúcia bateu o martelo e a opinião pública fez um corte inquestionável entre o “bem” e o “mal”. Mas, se a crise do indulto marca a última semana do ano, não foi a única de Temer neste final de 2017. A derrota na tentativa de favorecer corruptos é mais um golpe simbólico na imagem, mas a derrota na reforma da Previdência foi além, porque é concreta.

Mesmo sem conseguir arregimentar 308 votos na Câmara para aprovar a reforma ainda em 2017 e sendo obrigado a adiar o projeto de privatização da Eletrobrás por absoluta falta de condições de tempo e temperatura política, Temer negociou a data de 19 de fevereiro para insistir no projeto da Previdência e já anuncia outra ousadia: uma minirreforma tributária.

De tão audacioso, ele pôs na articulação política um deputado novato e falastrão como Carlos Marun, da tropa de choque de Eduardo Cunha. Estava escrito nas estrelas que bastaria Marun assumir para falar pelos cotovelos, inclusive verdades que um ministro com assento no Planalto não fala. E já na primeira entrevista coletiva ele admitiu o uso de CEF, BB, BNDES… para liberar ou vetar verbas dos Estados, dependendo dos votos que derem para a reforma da Previdência na Câmara. Ele chamou de “reciprocidade”, os governadores entenderam como “chantagem”.

Temer pode não dar bola para seus míseros 6% de popularidade, mas ele ainda tem um ano de governo e não pode governar só para a reforma e só para tentar salvar o pescoço dos aliados (e dele próprio).

É melhor olhar menos para dentro e mais para fora dos belos palácios de Oscar Niemeyer, porque competência política não significa apenas negociações e votações no Congresso e a história não perdoa presidentes com mais audácia do que resultados. O ano de 2018 abre cheio de promessas, mas elas são de difícil execução e não há audácia que possa dar jeito nisso.

Qual o projeto de país?

Luiz Carlos Bresser-Pereira

O ano de 2017 termina com os olhos de todos voltados para as eleições presidenciais do próximo ano.
Os últimos três anos foram marcados pela perda de legitimidade da presidente reeleita,
por um golpe parlamentar realizado com o apoio da elite liberal, financeiro-rentista,
e por um governo sem legitimidade nem política nem moral.
Diante desse quadro tenebroso, as eleições são a única esperança,
porque elas darão legitimidade ao novo presidente, seja ele de centro-esquerda ou de centro-direita.
Desde, naturalmente, que Lula não seja impedido de concorrer, ou, em outras palavras,
desde que o Judiciário afinal rejeite o caráter essencialmente político de sua condenação por um juiz de Curitiba.
Além de restabelecer a legitimidade do presidente,
as eleições presidenciais serão o momento de os candidatos delinearem qual seu projeto de país,
qual o projeto nacional de desenvolvimento que propõem.
Para a centro-direita, o candidato mais provável e mais respeitável é Geraldo Alkmin.
É um político sério, tem uma grande experiência, e seu critério de ação é o do interesse público.
Não é um neoliberal, mas será o candidato liberal-conservador, e isto significa que não oferecerá um projeto de nação.
O liberalismo econômico só tem uma proposta – reduzir o tamanho do Estado,
e limitar sua ação à garantia da propriedade e dos contratos, ou seja, à garantia do funcionamento do mercado, que, sup
maneira satisfatória tudo o mais.
Na centro-esquerda, o candidato mais forte, que certamente estará no segundo turno,
é Lula – um grande líder político. Mas há um segundo candidato,
Ciro Gomes, com menos intenções de voto, mas com um projeto de país claro.
Seu irmão e ex-governador do Ceará, Cid Gomes, em artigo na Carta Capital (27.12.2017), resumiu qual é esse projeto.
"Cada palavra de 'projeto nacional de desenvolvimento' tem um significado muito forte.
'Projeto' é um conjunto de metas para as quais devemos estabelecer prazos, métodos, avaliação e controle. Por 'naciona
universal a ser seguido.
No que diz respeito ao 'desenvolvimento',
é preciso romper com os mecanismos de dependência, exercitar justiça social, garantir boa distribuição de renda e prover
Para a crise política imediata, Ciro Gomes destaca três linhas de ação:
1. Consolidar o passivo privado, resolvendo rapidamente o problema do endividamento das empresas brasileiras.

2. Sanear as finanças públicas e voltar a investir nas áreas importantes.
3.Diminuir o desequilíbrio externo, buscando fortalecer a indústria brasileira
em uma clara política de substituição de importados que contem com patente vencida e pelos quais o Estado brasileiro já gasta anualmente o suficiente para fomentar empresas nacionais com compras governamentais.
Como exemplo, serão prioritários quatro grandes complexos industriais: petróleo e gás e bioenergia, complexo industrial da saúde, complexo industrial do agronegócio, e complexo da defesa".
Aí estão as linhas de um projeto nacional de desenvolvimento.

Lula ainda não teve tempo de definir seu projeto, mas já nomeou a equipe básica que o formulará, comandada por Fernando Haddad.

Nos oito anos em que Lula governou o país, seu projeto pode ser definido com duas frases: diminuir a desigualdade e realizar política industrial. Foi bem sucedido em reduzir a desigualdade, principalmente através do aumento do salário mínimo, mas sua política industrial se revelou ineficaz dados os juros altos e a taxa de câmbio apreciada no longo prazo, que já existiam antes, mas que seu governo não foi capaz de resolver.

PARTE II – Lula e a Frente

ARTIGOS IMPORTANTES NESTE MÊS

Renato Janine Ribeiro sugereFB 11 de dezembro às 12:55 ·

Um rolê por uns artigos bons para quem quer pensar a política, sobretudo a de esquerda:
1. Celso de Barros sugere que Lula não conseguirá governar, com a plataforma que está apresentando agora.
2. Nelson Barbosa, que foi ministro da Dilma, diz como deveria ser a reforma da Previdência.
3. Bernardo Sorj analisa a candidatura Alckmin, por um PSDB dilacerado entre o apoio a Temer e seu histórico.

4. Kennedy Alencar sugere que o PSDB está admitindo a candidatura Lula à presidência.
5. Maria Cristina Fernandes conta que Sarney está lutando para que a candidatura Lula ocorra.

Recomendo todos os artigos. Sao mto bons.

Esquerda prepara caminho para campanha em tempo de crise

José Antônio Severo - novembro 10, 2017

11 Dezembro 2017 - http://www.ihu.unisinos.br/eventos/78-noticias/574509-discurso-da-esquerda-nao-da-a-lula-a-menor-chance-de-fazer-bom-governo

Sarney: se Lula não concorrer, cadê a legitimidade?

Maria Cristina: Lula pode ser o maior cabo eleitoral, se não for candidato publicado 07/12/2017

---

https://www.conversaafiada.com.br/brasil/sarney-se-lula-nao-concorrer-cade-a-legitimidade

E eu acrescento:

OS DONOS DO PODER NÃO ENTREGARÃO O OSSO

André Singer FSP 30 DEZ

Na terça (26), o ministro Carlos Marun declarou : "O governo espera daqueles governadores que têm recursos e financiamentos a serem liberados

uma reciprocidade no que tange a questão da Previdência". Criticado no dia seguinte por governadores que entenderam serem arbitrárias e

inconstitucionais as ameaças contidas na fala ministerial, o referido membro do gabinete voltou à carga:

"A reação (...) só se justifica pela intenção de buscar resultados eleitorais exclusivamente para si".

Por que Temer, em tese sem pretensões para 2018, mandaria Marun comprar briga com chefes regionais em nome de uma reforma impopular no último ano de mandato?

Quem teve a curiosidade de ler o artigo do deputado Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) publicado pela Folha na quinta (28)

terá encontrado uma descrição tão intrigante quanto o movimento de Marun. Figura histórica do antigo e novo MDB,

Vasconcelos acusa o senador Romero Jucá (MDB-RR), atual presidente da agremiação, de agir "em Pernambuco para tomar de golpe a legenda".

Mais adiante, acrescenta: "No modus operandi dele, quem se contrapõe às suas ideias e projetos vai ser alvo, como eu fui e estou sendo,

de perseguição e truculência".

O que ocorre na sigla da acomodação e do jeitinho? Por que o velho partido-ônibus agora obriga passageiros como Kátia Abreu (ex-PMDB-TO)

a descerem a toque de caixa (a senadora foi expulsa no mês passado)?

Arrisco uma explicação. O deslocamento liderado por Temer entre 2015 e 2016, quando o partido rompeu a aliança com o lulismo

para assumir a vanguarda da derrubada de Dilma, não era epidérmico, como às vezes pareceu. Os políticos hoje no Planalto enxergaram uma brecha

cujo preenchimento é bem mais do que ocasional.

Trata-se do espaço criado pelo conservadorismo que avançou na sociedade brasileira. O acesso ao Executivo, v

ia impeachment, deu ao grupo em torno de Michel, como gostam de dizer os correligionários,

a possibilidade de realizar um programa que move importantes forças nacionais.

Contenção estrutural do gasto público, desmonte da CLT e reforma da Previdência constituem medidas que alteram características centrais da Constituição de 1988,

como é o desejo de parcela expressiva da classe dominante.

Os emedebistas têm consciência do papel que estão jogando e não pretendem entregar os louros conquistados de mão beijada para algum tucano da vida.

Só não sabem, ainda, como combinar o jogo com o eleitorado, que tende a derrotá-los em eleições presidenciais. Por isso, o projeto de semipresidencialismo,

que circulou na semana passada, deve ser acompanhado com todo cuidado. Ele pode ser a (péssima) saída para o problema em que estão metidos

os atuais donos do poder.

EXCLUSIVO: REQUIÃO DEVE SER VICE NA CHAPA DE LULA

HTTPS://WWW.BRASIL247.COM/PT/247/PARANA247/332200/EXCLUSIVO-REQUI%C3%A3O-DEVE-SER-VICE-NA-CHAPA-DE-LULA.HTM

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) deve ser candidato a vice-presidente na chapa com o ex-presidente Lula para as eleições do próximo ano; conforme apurou o 247, Requião como vice de Lula foi defendido na noite dessa quarta-feira, 13, em um jantar com senadores de oposição ao governo de Michel Temer; os maiores defensores da chapa Lula-Requião foram os senadores Lindbergh Farias, líder do PT no Senado, e Renan Calheiros (PMDB-AL); Requião é um dos mais combativos senadores em defesa das riquezas nacionais e contra o desmonte do estado promovido por Michel Temer e o fortalecimento de seu nome ocorre no momento em que a direita tenta judicializar a disputa presidencial de 2018 e barrar a candidatura de Lula

14 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 11:47 // INSCREVA-SE NA TV 247
Ouça este conteúdo0:00100%Audima

247 - O senador Roberto Requião (PMDB-PR) deve ser candidato a vice-presidente na chapa com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as eleições do próximo ano.
Conforme apurou o **247**, Requião como vice de Lula foi defendido na noite dessa quarta-feira, 13, em um jantar com senadores de oposição ao governo de Michel Temer. Os maiores defensores da chapa Lula-Requião foram os senadores Lindbergh Farias, líder do PT no Senado, e Renan Calheiros (PMDB-AL).
Roberto Requião é presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional e um dos mais combativos senadores em defesa das riquezas nacionais e contra o desmonte do estado promovido por Michel Temer.

O fortalecimento de seu nome numa corrida presidencial também ocorre no momento em que a direita tenta judicializar a disputa presidencial de 2018 e barrar a candidatura de Lula.

Eugenio Giovenardi

.

CARTA A LULA

11.12.2017
CARO LULA

,
Votei teu nome, em 2002, para presidente da república, na esperança de construirmos um país menos desigual e sem medo de ser feliz.
Lula, tu mexeste com o Brasil. Mexeste com o mundo. Ainda hoje, parte do Brasil reconhece o muito que fizeste. E meio mundo ainda acredita que es o cara.
Guarda esse troféu. É teu, caro torneiro. É pessoal e intransferível. Poucos brasileiros o conseguiram.
Ouço, leio e vejo que pretendes voltar à presidência do país. Antes da decisão, lembro-te um provérbio chinês: NUNCA VOLTES AO LUGAR ONDE FOSTE FELIZ.
Esse lugar mudou, Lula. Não existe mais.
Aceite com orgulho, no meio dos revezes, o patrimônio cívico que construíste.
Não voltes ao lugar que já não existe.
~

Lula deveria desistir da eleição, pelo bem da esquerda e do Brasil

https://storia.me/pt/@m.juliboni/lula-deveria-desistir-da-cq0rd

Márcio Juliboni

Se disputar à base de liminares, Lula trará uma infernal insegurança jurídica à eleição, retardará a renovação de lideranças e jogará a economia novamente no coma

Hora do adeus: eleição virou questão pessoal para Lula, o que é um erro (Foto: Divulgação)
Numa reunião com deputados federais e senadores petistas em Brasília, nesta quarta-feira (13), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu “brigar até as últimas consequências” para provar sua inocência na Lava Jato e garantir mais quatro anos na Presidência. Segundo a Folha de S.Paulo, suas palavras foram: “a única coisa que não quero é ser condenado inocente. Por isso, vou brigar até as minhas últimas consequências, porque eu sei que o objetivo é tentar evitar que o PT volte ao governo.” Mesmo que, nesse evento, falasse para ovelhas convertidas, não há motivos para supor que blefasse. Tudo indica que Lula e seu exército de advogados e militantes lutarão até o último homem. Goste-se ou não, ele tem direito à plena defesa, como todo mundo. Mas, se Lula está tão preocupado com o Brasil, quanto diz estar, o melhor seria desistir logo da candidatura, abrir caminho para um sucessor e se concentrar na reconstrução

do PT e na redução da insegurança jurídica da eleição de 2018. Seria bom para ele, para o PT e, sobretudo, para o país.

Dos dois pontos citados acima, obviamente, o mais importante para os brasileiros é a possibilidade de o próximo presidente ser decidido pelo STF, e não pelas urnas. Isto porque, se Lula cumprir sua promessa, é muito provável que atravesse a campanha toda à base de liminares e outros recursos que a criatividade de seus advogados inventar. O motivo é que, embora negue publicamente, a cúpula petista dá como certa sua condenação em segunda instância, no julgamento marcado para 24 de janeiro. Com isso, Lula já poderia ser preso. Mesmo que não seja (a prisão é permitida, mas não obrigatória), se tornará inelegível pela Lei da Ficha Limpa. No máximo, se a decisão do Tribunal Regional Federal não for unânime, a defesa do ex-presidente conseguirá um tempo extra, por meio de embargos infringentes.

Disco riscado

Agora, imagine você como entraremos em 2018, com o principal candidato à Presidência condenado em segunda instância e amparado por uma guerra de liminares. Ora, Lula poderá fazer campanha, porque um juiz qualquer acatou seu recurso. No instante seguinte, alguém da oposição ou do Ministério Público Federal cassa a liminar e Lula oficialmente perde o direito de concorrer. Na tréplica, a defesa de Lula encontra outra brecha e o recoloca na corrida. Previsivelmente, alguém achará uma falha na brecha e derrubará a nova liminar, tornando o petista inelegível outra vez. Pelo andar da carruagem, será assim durante toda a campanha, no que depender da disposição do ex-presidente. Ora, o PT terá candidato; ora, não. Ora, os eleitores terão a opção de votar em Lula; ora, não. Ora, os empresários farão seus cenários com Lula na disputa; ora, não. Ora, os candidatos do PT a outros cargos poderão distribuir santinhos posando ao lado da estrela-mor do partido; ora, não. Resumindo, será um inferno...

Quanto mais o tempo passar nesse rame-rame, pior será para o Brasil. O ideal para Lula é empurrar essa briga jurídica o quanto puder. Agora, suponha que ele consiga chegar à eleição numa situação indefinida: condenado em segunda instância, mas amparado por uma liminar. O que acontece, se ele passar para o segundo turno e a liminar cair? O seu adversário é automaticamente eleito presidente por W.O.? O terceiro colocado vai para a etapa final disputar a cadeira? E se, entre o primeiro e o segundo turnos, Lula obtém novo recurso? Volta tudo como era? E se ele vencer a eleição, mas for definitivamente condenado antes da diplomação de presidente (portanto, antes de ter direito a foro privilegiado)? Anulam-se as eleições? Faz-se um novo segundo turno? Passa-se a faixa para o vice de Lula? Para o segundo colocado na disputa?

Como se vê, a teimosia de Lula em continuar beneficia apenas a si próprio. Tantas dúvidas jurídicas causarão uma insegurança monumental, que paralisará o Brasil até que sejam respondidas. Neste meio tempo, os movimentos sociais aliados ao PT, como o MST e o MTST, bem como centrais sindicais, provavelmente tentarão arrastar o povo para as ruas, a fim de pressionar a justiça, a opinião pública etc. Ao defenderem incondicionalmente Lula, esses atores estarão apenas dando um tiro de bazuca no pé, ao estimular uma radicalização que, no limite, pode favorecer apenas o candidato oponente – hoje, o ex-militar Jair Bolsonaro.

Estrela solitária

Além disso, o petista já não é o líder inconteste da esquerda. Fora os movimentos que sempre lhe foram leais, alguns partidos e militantes da

esquerda já o contestam ou, no mínimo, o colocaram na geladeira. O ex-governador do Ceará Ciro Gomes, por exemplo, era visto como o plano B do PT, caso Lula não possa concorrer. Em declarações de vídeo e à imprensa, Ciro atacou duramente a insistência do petista e deu uma prova cabal de que não está nem aí para ele. O PCdoB, outro antigo aliado, já lançou a pré-candidatura de Manuela D'Ávila ao Planalto. Sem contar as articulações de alas petistas com políticos de outras legendas para criar um "novo campo de esquerda". O quadro se agrava, quando se constata que a sombra de Lula não permitiu que nenhuma outra liderança petista pudesse surgir. É nessas horas, que ela faz falta. Um "segundo Lula" poderia tomar para si a candidatura, com o compromisso de defender publicamente o legado do ex-presidente.

Ao mesmo tempo, nenhum empresário ou investidor colocará um tostão no Brasil, antes de saber onde tudo isso terminará. A economia, que se recupera a passos de ameba, mais por inércia do que por mérito de Michel Temer e Henrique Meirelles, voltará ao coma. Tudo somado, a presença de Lula na campanha atrapalha muito mais, do que ajuda o Brasil neste momento. O ideal seria que se retirasse para defender sua inocência no lugar apropriado – a Justiça – e não nas urnas.

O que o PT fará, se Lula for mesmo até as últimas consequências?

https://storia.me/pt/@m.juliboni/o-que-o-pt-3hzvxd

Márcio Juliboni

Partido teria a coragem de dizer a Lula que já chega, em nome de sua própria sobrevivência?

Prioridades: interesses de Lula não deveriam ficar acima dos do PT (Foto: Ricardo Stuckert)

O Partido dos Trabalhadores (PT) precisa tomar a decisão mais importante de sua história: embarcar na estratégia de "tudo ou nada" de Luiz Inácio Lula da Silva, ou se emancipar de seu fundador para garantir seu próprio futuro. É claro que a resposta para esse dilema é bastante difícil para uma legenda que nasceu, justamente, das lutas operárias lideradas por Lula no ABC do fim dos anos 70 e início dos 80. Não apenas sindicalistas e trabalhadores, mas também intelectuais, padres católicos progressistas, professores universitários e artistas praticamente fundaram um partido em torno de Lula, que já tinha visibilidade própria antes do PT ser criado. "Aposentá-lo" para seguir em frente é doloroso, melancólico, mas pode ser fundamental para que a legenda sobreviva e possa contribuir para uma esquerda e um Brasil melhores.

Há, basicamente, dois cenários para os petistas no ano que vem. No primeiro, eles mergulham de corpo e alma na campanha de Lula, assumem o bordão de que eleição sem ele é fraude, e transformam sua provável condenação em segunda instância no cavalo de batalha para continuarem vivos na política. Apoiarão, recurso após recurso, a briga de seu comandante para reverter a sentença, continuar no páreo e, eventualmente, vencer a eleição. Como já escrevi neste espaço ontem, esse caminho só interessa ao próprio Lula. Para o Brasil, representará uma insegurança jurídica tremenda. Para a esquerda, o atraso no surgimento de novas lideranças. Para o empresariado e os investidores, uma

bela desculpa para suspender qualquer investimento e retardar ainda mais a pífia recuperação econômica. Mas, olhemos mais de perto para o PT.

Para os petistas, este caminho também é um belíssimo campo minado. Primeiro, porque a incerteza quanto à candidatura de Lula dificulta sobremaneira a montagem de alianças regionais. Como selar um acordo com aliados e criar palanques fortes nos Estados, se nem se sabe se o ex-presidente estará legalmente apto a subir neles? Concretamente, não está claro onde os aliados se meterão, se embarcarem na candidatura petista. Trata-se de um navio sólido, que enfrentará furiosas tempestades em alto-mar, a ponto de deixar muitos passageiros tontos, mas que chegará ao se destino com todos a salvo? Ou é o velho clichê do Titanic e, a menos que pulem fora a tempo, os aliados naufragarão com Lula? Não é à toa que, enquanto partidos de direita e de centro já se paqueram no meio do salão de bailes, o PT continua rodopiando sozinho, com a vassoura na mão.

Companheiros, companheiros... eleições à parte

Mas, suponhamos que, contra todo o bom-senso, os petistas insistam em marchar com Lula até o fim – seja ele qual for. O partido não é apenas o ex-metalúrgico. Cada vez mais, é a soma de interesses de outros “companheiros” que não são, necessariamente, lulistas – veja-se, por exemplo, a corrente liderada por Tarso Genro. Que candidato à eleição ou à reeleição ao Senado, à Câmara, às assembleias estaduais ou ao governo de algum Estado está disposto a se sacrificar em nome de seu líder supremo, supremamente enrolado? Em tempos de Lava Jato, quem se arrisca a perder o foro privilegiado no Congresso? Isto porque, se Lula ficar pelo caminho, muitos dos que o acompanharem até ali também ficarão. Pouco importa que denunciem a eventual cassação da candidatura de Lula como outro golpe, sustentado numa mentirosa sentença criminal endossada pela mídia golpista. Para o cidadão comum, essa conversa convence cada vez menos.

A saída honrosa para o PT seria convencê-lo a retirar sua candidatura, encontrar alguém que assuma a missão de defendê-lo publicamente pelos palanques Brasil afora, e preparar sua reconstrução. O que não se sabe é se alguém, dentro do partido, teria a coragem de dizer a Lula que já é hora de parar. A única certeza é que os icebergs já estão à vista.

POR UMA FRENTE DOS QUE GOSTAM E DOS QUE NÃO GOSTAM DO LULA

Por Gilberto Maringoni

ESQUEÇA os R$ 51 milhões nas malas de Geddel.
Esqueça a outra mala, nas mãos de Rocha Loures.
Faça vistas grossas aos R$ 38 bilhões a serem torrados na compra de votos para a Previdência.
Deixe de lado a aprovação do PL que suspende o pagamento de R$ 1 trilhão das petroleiras internacionais em tributos.
Não se preocupe com o escândalo JBS, com a suspensão da multa de R$ 25

bilhões do Itaú, com a venda da Eletrobrás, com o desemprego de dois dígitos, com nossa tragédia social.
O que importa agora é que vão pegar o acusado de ter ocultado um triplex no Guarujá. Ele apresentou provas contrárias, mas contra cabeça de juiz não há evidências.
O TRF-4, de Porto Alegre, marcou o julgamento do acusado, líder isolado nas intenções de voto, para o dia 24 de janeiro. A base legal – ironia das ironias – é a Lei da Ficha Limpa, sancionada pelo próprio acusado há sete anos.
Marcaram num tempo sonolento, entre o ano-novo e o carnaval. Os estudantes estarão de férias.
Encurtaram prazos, passaram por cima da ordem habitual dos processos e – tudo indica – vão condenar o homem, que ficará inelegível.
Logo este homem.
Logo Lula, que sempre buscou dar segurança aos mercados. Logo Lula, que não tocou nos interesses dos donos do dinheiro.
Nem isso a turma da casa grande aceita. Não aceita por saber que Lula tem algo que eles não tem: uma formidável base popular que, em determinadas situações, pode se tornar incontrolável. Isso, apesar de todo esforço de Lula em evitar o confronto.
Lula confiou nos de cima, achou que eram amigos e eles vêm a mostrar que em luta de classes não tem conversa. Não deram o golpe à toa. Não deram o golpe para fazer marola.
Admiro a figura histórica de Lula e a marca profunda que há quarenta anos imprime n vida nacional. Ele não é meu ídolo, mas não há liderança popular com a ele se ombreie no Brasil.
Condenar Lula significa transformar o país numa esbórnia.
Num escracho.
Numa mazorca.
Num lupanar cívico.
Condenar Lula significa fraudar as eleições de 2018.
Condenar Lula significa o golpe dentro do golpe.
Por isso, agora é hora da frente dos que gostam e dos que não gostam de Lula – mas que estão com a democracia – contra algo que atinge a quase todos.
É hora da frente ampla contra a segunda fase do golpe!

CIRO DIZ QUE CENÁRIO MUDOU E SUGERE QUE LULA DESISTA

https://www.brasil247.com/pt/247/ceara247/331931/Ciro-diz-que-cen%C3%A1rio-mudou-e-sugere-que-Lula-desista.htm

Pré-candidato à Presidência em 2018, o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) afirmou que a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é um "desserviço a ele próprio e ao país", e que o julgamento do processo contra o petista pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), marcado para 24 de janeiro, "muda profundamente" o cenário para as eleições de 2018, caso Lula seja condenado e fique inelegível; ao ser informado da data do julgamento, Ciro

disse que torce para que o ex-presidente seja absolvido pelo tribunal mas que não concorra ao Planalto

13 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 08:07 // INSCREVA-SE NA TV 247
Ouça este conteúdo0:00100%Audima

Ceará 247 - O ex-ministro Ciro Gomes (PDT) afirmou que a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é um "desserviço a ele próprio e ao país" e que o julgamento do processo contra o petista pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), marcado para 24 de janeiro, "muda profundamente" o cenário para as eleições de 2018, caso Lula seja condenado e fique inelegível.
Depois de proferir palestra na Associação dos Empregados da Eletrobras, no Rio, Ciro, ao ser informado da data do julgamento, disse que torce para que o ex-presidente seja absolvido pelo tribunal mas que não concorra ao Planalto.

"Estou defendendo que ele não saia [candidato] há muito tempo. A presença dele no processo eleitoral é um desserviço a ele próprio e ao país. A ele próprio porque jamais replicará o extraordinário momento que ele viveu e que fez dele um presidente queridíssimo do povo brasileiro, merecidamente. E de outro lado, na hora em que ele entrar, o país não terá um minuto pra discutir o futuro, será sempre um ódio ou paixão radicalizada ao Lula", disse o ex-ministro.

Ciro disse esperar que Lula, ao não concorrer, chame "todos sobre os quais tenha ascendência, especialmente no setor progressista, para discutir uma alternativa para o Brasil, menos de candidato e mais de projeto nacional de desenvolvimento". "Isso daria a ele um lugar na história", afirmou.

As informações são de reportagem de Cristian Klein no Valor. **LAVA JATO**

Alckmin, Bolsonaro e Lula: quem São Paulo quer na Presidência?

Márcio Juliboni

https://storia.me/pt/@m.juliboni/alckmin-bolsonaro-e-lula-1l6nof

Disputa em São Paulo será uma briga de "rouba-monte" entre os três, que não conseguirão crescer sem atrair os eleitores de seus adversários

A caminho: quem, afinal, os paulistas seguirão até Brasília? (Foto: Márcio Juliboni)

A menos de um ano da eleição presidencial, São Paulo, o Estado mais rico e populoso do Brasil, está rachado em três grandes placas tectônicas de dimensões semelhantes. Numa, agrupam-se os 23,7% de paulistas que pretendem votar em Geraldo Alckmin, seu atual governador; noutra; os 19,9% de eleitores do ex-militar e deputado federal Jair Bolsonaro; e na terceira, os 19,4% que apoiam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O mapeamento foi divulgado nesta terça-feira (12) pelo Instituto Paraná Pesquisas, com base em 2.016 entrevistas em 76 cidades paulistas na primeira semana de dezembro. Como a margem de erro é de 2 pontos para mais ou para menos, Alckmin, Bolsonaro e Lula estão tecnicamente empatados. Como pertencem a continentes políticos distintos, o atrito entre eles produzirá cada vez mais terremotos retóricos até outubro. A pergunta é: quem sobreviverá às ondas de choque emanadas de São Paulo, o maior colégio eleitoral do país?

A primeira parte da resposta passa por entender quem já embarcou em cada candidatura. Segundo o Paraná Pesquisas, Alckmin é mais forte entre mulheres (27% da preferência); pessoas com 45 anos ou mais (de 28% a 32% das intenções, conforme a faixa etária); com ensino fundamental (27%); fora do mercado de trabalho (não confundir com desocupados, por favor!), com 28%; e que não moram na região metropolitana (27%).

Já Bolsonaro destaca-se entre os homens (27%); eleitores entre 16 e 44 anos (de 29% a 22%, segundo a faixa etária); com ensino médio ou superior (de 23% a 25%, conforme o nível); integrados ao mercado de trabalho (isto é, efetivamente ocupados ou em busca de ocupação), com 23%; e fora da região metropolitana (21%).

Por último, Lula está praticamente equilibrado em termos de gênero, com ligeira vantagem para as mulheres (19,8% a 19%). É mais forte entre os eleitores com 16 a 34 anos (20%); com ensino fundamental (24%), integrados ao mercado de trabalho (20%). O que chama mais a atenção, no caso do petista, é que é o único dos três principais candidatos cuja força pende para a região metropolitana – 21% dos moradores pretendem votar nele.

Alckmin contra Bolsonaro e Lula

Logo, a segunda parte da resposta é entender o que falta para cada candidato ampliar sua base em segmentos nos quais está fraco. Em linhas gerais, Alckmin precisa crescer entre os homens jovens, com maior nível de instrução e integrados ao mercado de trabalho. Além disso, deve também mostrar que fez algo pela Grande São Paulo, que só se lembra dele a cada inauguração quadrienal de uma estação de metrô. Os três primeiros pontos são justamente os que concentram o eleitorado de Bolsonaro. Já o último bate de frente com os lulistas. Como fará isso, só Deus, o governador e seus marqueteiros sabem (não, necessariamente, nesta ordem). O fato é que o perfil dos eleitores de Alckmin mostra que o tucano não é visto como algo novo (nem poderia ser, já que está há tanto tempo na política paulista). Por isso, seus eleitores são mais velhos. Tampouco convence os paulistanos de que faz uma boa gestão – por isso, sua força no interior.

Bolsonaro contra Alckmin e Lula

Já Bolsonaro fascina machos adolescentes ou recém-entrados na fase adulta. Seu discurso caricato consegue ser tão tosco quanto uma propaganda do desodorante Old Spice, atraindo eleitores cheios de testosterona e vazios de empatia ao próximo. Para crescer, precisa atrair mais mulheres – conseguirá, com seu discurso misógino e sua condenação por apologia ao estupro, ao dizer que não violentaria Maria do Rosário, porque ela era feia e não merecia? Aqui, ele terá de suar muito a camisa, já que a maioria das mulheres está com Alckmin e, em menor medida, com Lula. Será um prato cheio para os dois, em propagandas eleitorais e debates, cutucar essa ferida bolsonarista.

Também, precisa atrair pessoas com ensino fundamental e que estão fora do mercado de trabalho. Esses dois elementos, juntos, significam adotar um discurso com mais apelo social – ajuda aos mais pobres e desfavorecidos. Neste ponto, seu mentor econômico, o economista ultraliberal Paulo Guedes, terá de rebolar para convencer que acabar com programas sociais é a solução para melhorar a vida dos mais pobres. Após a guinada do PSDB de Alckmin para um discurso de centro-esquerda e com Lula ainda aglutinando a maioria da esquerda, será uma tarefa inglória para Bolsonaro. Por fim, precisa agregar eleitores mais velhos – uma camada de paulistas escaldados, que já viram muita coisa na vida e se arriscam menos em aventuras e estão com Alckmin.

Lula contra Alckmin e Bolsonaro

Em termos de gênero, Lula está equilibrado e sua tarefa é promover um crescimento geral. Entre os homens, seu desafio será oferecer algo que os convença a abandonar o afago fácil ao ego, proporcionado pelo estilo “tiro, porrada e bomba” de Bolsonaro. Pelo lado das mulheres, terá de vencer a imagem de bom moço, de Alckmin, com aquele apelo de genro que toda família paulista quer ter. Quanto à faixa etária, o fôlego de Lula entre os mais jovens é menor que o de Bolsonaro. Logo, seu trabalho começa já a partir dos eleitores entre 35 e 44 anos. Trata-se de uma camada que se tornou adulta durante a redemocratização, e só conheceu dois partidos no poder: tucanos e petistas. Não é à toa que Bolsonaro, vendido como a terceira via, atrai parte desse público. Para os mais velhos, a partir de 45 anos, Lula precisa vencer sua própria batalha: explicar seus erros, suas mudanças de rumo e, sobretudo, as acusações e a condenação na Lava Jato.

Como se vê, a eleição em São Paulo será uma briga de “rouba-monte” entre Alckmin, Bolsonaro e Lula. Ao mesmo tempo em que precisam conservar o que já têm, nenhum deles conseguirá crescer e subir a rampa do Planalto, sem

seduzir parte dos eleitores dos outros dois. O choque entre os três, em São Paulo, será sentido por todo o Brasil – a ponto de, no limite, decidir a eleição. Preparem-se: tudo vai tremer até 2018.

A construção da Frente Ampla com unidade do povo

Um passo importante para fortalecer a frente ampla contra o golpe, pelo restabelecimento da democracia e em defesa da soberania nacional, foi dado nos dias 9 e 10 de dezembro, com a realização da 2ª Conferência Nacional da Frente Brasil Popular, que aprovou a convocação do Congresso do Povo, previsto para o próximo ano.

A convocação consta da Declaração Política divulgada pelo evento, que analisa a situação internacional e a ofensiva do imperialismo, sobretudo dos EUA, e a grave situação criada no Brasil desde a ascensão do governo golpista de Michel Temer e suas investidas contra os direitos sociais e políticos do povo e dos trabalhadores.

A análise fundamenta o chamado às forças democráticas, populares e patrióticas para debater a crise e atualizar as tarefas políticas que seu enfrentamento exige.

Ressalta a importância fundamental da organização em torno de um programa democrático e avançado comum e livremente debatido entre todas as forças democráticas e populares, sem hegemonismos. Contra a restauração neoliberal posta em prática pelos golpistas, que desprezam a Constituição de 1988, paralisam a economia, aprofundam o desemprego, agravam a desigualdade social, atacam a universidade pública e insultam a soberania nacional.

A intensa luta popular contra o programa nefasto do governo golpista precisa criar uma nova correlação de forças, capaz de levar o país a uma nova institucionalidade democrática. Que possa executar um projeto nacional avançado, democrático, popular e soberano.

A unidade das forças democráticas e patrióticas é fundamental para deter, e derrotar, a restauração neoliberal. Trata-se de uma necessidade histórica.

O que está em jogo, no cenário político do país, é a urgência de recolocar o desenvolvimento nacional e as reformas estruturais no centro da luta política, realidade que exige a ação unitária da força social de massas para garantir a hegemonia popular, patriótica e nacional.

Daí a importância, para o povo e os democratas, da eleição de 2018 e do debate de um projeto de nação avançado, discutido com os brasileiros. É nesse cenário que se insere a convocação do Congresso do Povo, que permita politizar o processo eleitoral e possibilite a construção, com participação popular, de um projeto de nação capaz de derrotar os golpistas e suas ameaças de impor o parlamentarismo ou outras formas para limitar e reduzir os poderes do presidente da República a ser eleito em 2018.

11/12/2017

Movimentos articulam Congresso do Povo para dialogar com população.

Movimentos sociais programam para em 2018 realizar o Congresso do Povo Brasileiro, uma atividade inédita na cena política, que vai aproximar as propostas do campo progressista da população. "Nós vamos fazer uma mobilização ampla, com reuniões que acontecerão nos salões paroquiais, nos ginásios e escolas para discutir a situação em que o povo está vivendo e quem são

os culpados desse quadro", afirmou o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, João Pedro Stédile.
A proposta é que o Congresso atinja desde as organizações que atuam nos bairros, municípios e estados até chegar na etapa nacional.

Não há transformação profunda sem a participação organizada daqueles que mais precisam que o País se torne uma nação forte, independente, soberana e desenvolvida. Por isso, o ineditismo da atividade está também na ampliação e chamado para que o povo construa com as suas próprias mãos o projeto que busca o desenvolvimento do Brasil.

Para o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Adilson Araújo, "o Congresso vai abrir uma nova página que instrumentalize o povo e aumentar o ímpeto para este novo projeto que tenha no centro a valorização do trabalho, o crescimento da indústria nacional, combate aos retrocessos nas políticas de combate ao racismo e ao machismo, entre outras pautas".

A previsão é de que esse processo seja também de formação e construção de uma agenda de mobilização para disputar a sociedade brasileira. "O sentido do projeto é de disputar a hegemonia com a pauta da classe trabalhadora e desconstruindo os pilares do neoliberalismo", defendeu Nalu Faria, da Marcha Mundial das Mulheres.

O Congresso do Povo também tem entre seus objetivos incidir na disputa eleitoral. "Nós vamos aprovar um projeto unificado para comprometer todos os candidatos do campo democrático com uma plataforma mínima num projeto amplo e com princípios firmes que tenha no centro o compromisso com a retomada das conquistas democráticas, com um Estado que garanta desenvolvimento, educação pública, ciência e tecnologia".

Segundo Raimundo Bonfim, da Coordenação dos Movimentos Populares "é uma iniciativa para acumular força social desde as bases para pautar pela visão do povo as formulações programáticas das candidaturas e fazer com que o nosso campo saia vitorioso".

10/12/2017

Frente Brasil Popular divulga declaração política da 2º Conferência

A Frente Brasil Popular (FBP) realizou neste fim de semana, entre os dias 8 e 10 de dezembro, na cidade de Guararema-SP, a etapa nacional da 2ª Conferência, espaço de debate e resoluções do movimento social e político do país. Como escreve a resolução da FBP, "não há transformação profunda sem a participação organizada daqueles que mais precisam que o país se torne uma nação forte, independente, soberana e desenvolvida".

Por isso, o movimento conclama que o povo construa com as suas próprias mãos o projeto que busca o desenvolvimento do Brasil.

Abaixo a declaração política divulgada neste domingo (10):

Reunidos em São Paulo dias 9 e 10 de dezembro na 2ª Conferência Nacional da Frente Brasil Popular, 350 militantes oriundos de diversos espaços organizativos debateram a crise brasileira e atualizaram as tarefas políticas das forças democráticas e populares.

No plano internacional, a grave crise do sistema capitalista, a decadência da globalização neoliberal e o reposicionamento da China e da Rússia na geopolítica global lançaram as bases para a formação de um quadro de multipolaridade do sistema de nações. O imperialismo estadunidense reage a esta situação através de sua política de exploração sobre as nações subdesenvolvidas, intervindo na soberania e democracia destes países, como nos exemplos atuais da Venezuela e de Honduras.

É neste contexto que se insere a crise brasileira. O golpe patrocinado pelas forças reacionárias quebrou a ordem democrática, favorecendo a aplicação de um programa de restauração do neoliberalismo. O quadro agrava-se com o aprofundamento do desemprego e das desigualdades sociais. A escalada da violência, vitimando principalmente a juventude, a população negra, LGBTs e mulheres lança desesperança no povo brasileiro. O ataque à autonomia das universidades públicas pela via da intervenção policial é mais um capítulo desta nova situação política que vive nosso país.

Os golpistas objetivam realinhar o Brasil com os interesses geopolíticos dos Estados Unidos, recompor as taxas de lucros dos capitalistas acabando com direitos históricos da classe trabalhadora e apropriar-se de recursos naturais como é o caso do petróleo da camada pré-sal.

Não por acaso, essa conjunção de forças antinacionais já impuseram a aprovação da PEC dos gastos que corta drasticamente o orçamento de áreas essenciais para o povo como saúde e educação. A aprovação da reforma trabalhista, as políticas de privatização da Petrobras e da Eletrobras, assim como a destruição do parque industrial, demonstram que o objetivo é desmontar o Estado brasileiro e ferir de morte a soberania nacional.

Para alcançar seus objetivos o movimento golpista patrocina a quebra do pacto constitucional de 1988, jogando na lata do lixo direitos sociais, políticos e civis. Conquistas civilizatórias como o direito à presunção de inocência, o amplo direito de defesa e o devido processo legal estão sendo brutalmente atacadas. Lança-se, dessa forma, as bases de um regime de exceção. Para reverter esta situação, as forças patrióticas, amparadas num amplo movimento de massas e num governo democrático e popular, terão que travar uma persistente luta política capaz de criar uma correlação de forças favorável à oportuna convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que construa uma nova institucionalidade para o Estado brasileiro que restabeleça a democracia e favoreça o avanço do Projeto nacional, democrático e popular.

A Frente Brasil Popular compreende que diante do avanço da restauração neoliberal a construção da unidade das forças democráticas, nacionais e populares é uma necessidade histórica. O que está em jogo é a soberania nacional e o restabelecimento da democracia. Não mediremos esforços para conter e derrotar o avanço do programa neoliberal e reacionário pela via da luta

de massas.

O Brasil passa por uma crise de destino que só será resolvida quando avançarmos na construção de uma estratégia de poder em torno de um Projeto de Nação. Trata-se de recolocar o desenvolvimento nacional e as reformas estruturais no centro da luta política. Isto exige uma força social de massas que garanta a hegemonia das forças populares. Portanto, é fundamental Frente Brasil Popular seguir acumulando no debate programático.

Um Projeto Nacional não se constrói com hegemonismos. A Frente Brasil Popular deve ser um espaço aberto às diversas contribuições do campo democrático e popular. A iniciativa de construção do Projeto Brasil Popular demonstra que o primeiro passo é fazer um esforço de síntese do acúmulo existente no interior das forças populares. Retomar o debate de projeto de nação não é mero exercício acadêmico, mas uma necessidade histórica que exige o conhecimento das especificidades da realidade brasileira, a retomada da luta de massas e o debate com o povo brasileiro.

Diante da necessidade de dar continuidade ao acúmulo programático e de nos prepararmos para a batalha eleitoral de 2018, a Frente Brasil Popular precisa ter mais enraizamento social. Por isso, faremos um grande mutirão de trabalho de base utilizando uma metodologia de educação popular em todo o território nacional que culminará no Congresso do Povo. Politizar o processo eleitoral em torno da necessidade de um projeto de nação e avançar no enraizamento da Frente Brasil Popular constituem as metas sínteses do Congresso do Povo. Certamente será um rico processo de participação popular que envolverá partidos, movimentos populares, intelectuais, artistas, dentre outros.

A Frente Brasil Popular avalia que todo este processo de participação popular será potencializado se conseguirmos garantir o direito de Lula ser candidato à Presidência da República. Defender o direito de Lula ser candidato é defender a democracia e dar um importante passo para a derrota do golpe. Os inimigos do povo não toleram a liderança de Lula e são capazes de tudo para evitar seu retorno à Presidência da República. Por isso, não descartamos a farsa do golpe dentro do golpe pela via dos setores reacionários do Poder Judiciário, pelo parlamentarismo ou pelo semipresidencialismo.

O êxito dessa construção passa, portanto, por derrotar os golpistas nas urnas e nas ruas. A Frente Brasil Popular, de forma unitária, dialogará com as candidaturas do campo democrático comprometidas com esses objetivos.

Sem garantir a soberania nacional e sem restabelecer a democracia não será possível uma saída popular para a crise brasileira. A 2ª Conferência Nacional da Frente Brasil sabe o que está em jogo neste momento e traz uma mensagem de luta e esperança ao povo brasileiro. Apesar da gravidade da crise, temos a certeza de que o Brasil pode reencontrar seu rumo. Nosso povo tem capacidade de luta e merece viver em um país digno, soberano e democrático.

Resistiremos e venceremos!

São Paulo, 10 de dezembro de 2017

Por uma frente democrática já

LEONARDO ATTUCH - 15 de Dezembro de 2017

https://www.brasil247.com/pt/blog/leonardoattuch/332358/Por-uma-frente-democrática-já.htm

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva será enforcado no dia 24 de janeiro de 2018, data em que está marcado o simulacro de julgamento no TRF-4, em Porto Alegre. Como consequência da condenação em segunda instância, líquida e certa como dois e dois são quatro, Lula será enquadrado na lei da Ficha Limpa.

Além disso, ele poderá ser preso, uma vez que o Supremo Federal ainda não terá revisto a questão das prisões em segunda instância.

A Lula, será então oferecido um "acordão" – a liberdade em troca da desistência de concorrer à presidência em 2018.

Até porque não interessa às oligarquias políticas brasileiras que Lula seja transformado em mártir por uma condenação extremamente frágil, no momento em que o Brasil é governado por uma verdadeira quadrilha, mergulhada em escândalos muito mais graves, e bem mais documentados, do que o do chamado triplex.

Essa rendição de Lula seria a consumação do golpe de 2016, que já derrubou uma presidente honesta, mas só se consolidará, garantindo a entrega definitiva de riquezas nacionais como o pré-sal, com a exclusão de qualquer projeto nacionalista em 2018. Lula, no entanto, já prometeu ir às últimas consequências, certo de que o que está em jogo é não apenas a sua história, mas o próprio destino do Brasil – se seremos uma colônia ou uma nação soberana.

Diante desse quadro, que movimenta bilionários interesses internacionais, urge a construção de uma frente ampla de todas as esquerdas. Uma frente pela soberania do voto popular que poderá vir a ser uma frente eleitoral no futuro.

Hoje, são poucas as candidaturas que se situam no campo democrático: as de Lula, pelo PT, Ciro Gomes, pelo PDT, Manuela D'Ávila, pelo PCdoB, e, eventualmente, de Guilherme Boulos, pelo Psol. Todas as demais, de uma forma ou de outra, estão ligadas a partidos que apoiaram o golpe.

Portanto, esses personagens, e outras lideranças políticas independentes, como o senador Roberto Requião (PMDB-RJ), devem exigir, por meio de nota pública, que Lula tenha o direito de concorrer à presidência – ainda que Ciro Gomes, de forma precipitada, tenha feito um apelo para que ele capitule antes da hora.

Do ex-presidente, deve-se exigir o compromisso de apoiar o nome, entre as forças democráticas, que estiver melhor situado nas pesquisas, caso sua candidatura venha a ser de fato banida, nesta nova etapa do golpe.

E, assim, a frente democrática se converteria em frente também eleitoral, com o apoio de artistas e intelectuais, que assistem perplexos ao desmonte do Brasil.

Este é único arranjo que poderá salvar o País. Segundo o Datafolha, 29% dos brasileiros votarão com certeza em quem for indicado por Lula e 21% poderão votar.

Com a união das esquerdas, que deve ser construída desde já, o Brasil poderá ser retomado para os brasileiros, mesmo que Lula seja enforcado em Porto Alegre.

O golpe teria seu troféu, mas, ainda assim, fracassaria.

Roberto Requião, o plano B de Lula

https://www.cartacapital.com.br/politica/roberto-requiao-o-plano-b-de-lula

por André Barrocal - 15/12/2017

Mais do que opção de vice, senador do Paraná é nome que hoje o petista cogita apoiar na eleição presidencial, caso não possa concorrer

Crítico da conciliação com as elites feita por Lula, Requião é também adversário do neoliberalismo

Luiz Inácio Lula da Silva quer ir até o fim com o plano de concorrer a presidente, e desde agosto corre no PT um parecer de um advogado, Luiz Fernando Casagrande Pereira, a descrever o passo a passo de uma candidatura sub judice.

A marcação para janeiro do julgamento do recurso do petista contra a condenação à prisão tornou o cenário “sub judice” bem mais provável.

Tornou também ainda mais necessário para Lula e seus aliados íntimos pensarem concretamente em uma alternativa eleitoral, na hipótese de o ex-presidente ser alijado da disputa. Essa alternativa já despontava em conversas

reservadas antes ainda da marcação do julgamento. Uma candidatura do senador nacionalista Roberto Requião (PMDB-PR).

Quem conta é um amigo do ex-presidente, voz das mais próximas de Lula. Dias desses, o senador reuniu-se com Lula e a presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann (PR), e foi sondado sobre ser vice na chapa lulista.

Para o namoro terminar em Requião na cabeça de chapa, não seria difícil.

Na conversa, Requião mostrou que toparia a parceria. A esta altura da política brasileira e de sua carreira, tem menos restrições à tendência moderada de Lula, cujo governo recebeu várias críticas do paranaense por excesso de "conciliação", sobretudo na área econômica. Até por que o próprio Lula anda mais esquerdista.

Nesta parceria, Requião teria de deixar o PMDB e achar outro abrigo. Embora repudie o governo do peemedebista Michel Temer, devido ao neoliberalismo, e os rumos igualmente direitistas impostos ao partido pelos "temerismo", o senador sempre rejeitou a ideia de trocar de ninho. É do PMDB "autêntico" dos tempos da ditadura militar. Mas, diz um assessor, agora cogita trocar.

Segundo o amigo de Lula, Requião é o melhor B devido a seus méritos pessoais, mas também a problemas das demais opções. Inclusive daquelas existentes no PT.

O ex-governador da Bahia e ex-ministro de Lula e Dilma Rousseff Jaques Wagner seria "tímido" demais para se impor politicamente.

O ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, a favor de quem o próprio Lula chegou a falar como alternativa, é tido como de perfil parecido (e indesejável) com o de Dilma Rousseff: gerencial e centralizador demais, político e carismático de menos.

O ex-ministro José Dirceu faz circular no PT que, se Lula apoiar Haddad, ele, Dirceu, irá de Ciro Gomes, o presidenciável do PDT.

Ciro, segundo o amigo lulista, seria pouco confiável. As declarações do ex-governador do Ceará simpáticas à marcação do julgamento de Lula para 24 de janeiro – “Justiça boa é Justiça rápida”, disse ele – não devem ter ajudado em nada a mudar as impressões petistas.

Apoiar a presidenciável do PCdoB, Manuela D’Ávila, não está sob cogitação no PT, por ser uma candidatura destinada prioritariamente a puxar votos para os comunistas e garantir que eles ultrapassem a cláusula de barreira e possam eleger deputados.

Nem apoiar o líder dos sem-teto, Guilherme Boulos, colunista de CartaCapital, que deve ser lançado pelo PSOL.

Apesar de os dois “barbudos” darem-se muito bem.

Antes de começar a levar a sério a ideia de concorrer, Boulos conversou três ou quatro vezes com Lula.

Uma união da dupla em um eventual segundo turno da eleição de 2018 em torno de um candidato de esquerda ou centro-esquerda, caso haja um no páreo, é muito provável.

https://www.cartacapital.com.br/politica/roberto-requiao-o-plano-b-de-lula

Lulismo e antilulismo

http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2017/12/1943839-lulismo-e-antilulismo.shtml

ANDRÉ SINGER - 16/12/2017

O crescimento da candidatura Lula recolocou a luta de classes, ainda que refratada pela forma "ricos versus pobres", no centro da conjuntura.

Em vinte meses de acusações, denúncias e condenação – multiplicada incessantemente pela mídia –, o ex-presidente duplicou as intenções de voto.

Para desespero dos que planejavam sacá-lo de cena de uma vez por todas.

Em março de 2016, no auge da campanha feita para tirar Dilma do Planalto, Lula alcançou o máximo de rejeição e o mínimo de adesão.

Recusado, desde 2002, por cerca de um terço do eleitorado, o líder petista chegou, então, a ter 57% contra si.

Era o momento em que as gravações divulgadas por Sergio Moro alcançavam o grande público e as manifestações pelo impeachment reuniam multidões.

De lá para cá, contudo, Lula começou, de novo, a crescer.

É como se, lenta e continuamente, a insatisfação causada pelo governo Temer tivesse escoado em direção àquele que simboliza um período de melhora, sobretudo para os mais pobres. É deles que veio a ressurreição do lulismo.

No ponto álgido do antilulismo, apenas 23% dos que estavam na base da pirâmide de renda continuavam fiéis ao criador da Bolsa Família.

Agora, 45% dos que recebem até dois salários mínimos familiares mensais voltaram a depositar esperanças no ex-mandatário.

O índice não está longe dos 55%, nessa faixa de renda, que optavam por Lula contra Alckmin às vésperas do primeiro turno de 2006, quando o realinhamento se fixou.

Em paralelo, a rejeição a Lula, que havia atingido 49% da população mais sofrida em março de 2016, mostrando que a onda antiDilma contaminara, também ali, a figura do antecessor, refluiu, agora, para 27%.

Para que se tenha uma ideia da diferença, entre os mais ricos a rejeição é hoje de 63%!

Isto é, se conversarmos com três pessoas da faixa de renda superior, duas dirão que não sufragam Lula em hipótese alguma.

Se repetirmos a experiência com o escalão mais baixo, não é certo que encontremos um com a mesma certeza.

Devido à resistência lulista, Jair Bolsonaro, que se coloca como o campeão do antilulismo, tem crescido.

Ao vocalizar o "Lula nunca mais", o ex-militar radical atrai, neste momento, os dois sujeitos de renda mais alta que, na conversa fictícia acima, dizem as piores coisas do antigo presidente.

Não significa que votarão no parlamentar carioca em 7 de outubro de 2018, mas dado o horror ao lulismo, prestam atenção às atrocidades que ele diz a cada dia.

Rara vez o popular e o antipopular se confrontaram com tanta nitidez na história do país.

A próxima batalha terá por cenário, em janeiro, o Tribunal Federal Regional da Quarta Região.

Só que lá, os pobres não votam.

Realismo incremental

https://marcoanogueira.pro/realismo-incremental/

15 de dezembro de 2017 - Marco Aurélio Nogueira - FBOOK 16 dez

Em um texto preparado como conferência para um seminário organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia em 23.11.2017, o cientista político e professor da UFBA Paulo Fabio Dantas Neto fez uma análise da situação política brasileira que merece ser conhecida.

Seu foco é a reforma política, tema sempre alardeado como cataplasma universal para os males que nos afligem. Paulo Fábio conhece o tema como poucos, graças às décadas de estudo acadêmico e de militância política. Tem para si que é preciso caminhar na "contramão de certo senso comum que se formou no Brasil" e que apresenta o sistema político brasileiro como falimentar. Para ele, em nosso sistema, ancorado na Constituição de 88, "há mais a conservar que a reformar". Apesar disso, continua viva a ideia de que, para termos "políticos melhores", seria preciso reformar o sistema. No seu entender, é uma ilusão "supor que eles serão achados ao adotarmos sistemas de governo, de partidos e de eleições diferentes".

A fórmula utilizada pelo professor para ilustrar sua posição é ótima: "os problemas que temos estão em softwares, não no hardware".

O texto, muitíssimo bem escrito e persuasivo, toca com maestria em um dos nervos principais da confusão política que se instalou no país. Precisamos mesmo de um novo sistema político? Se por acaso viermos a encontrá-lo (coisa que não se pode dar como líquida e certa), temos como assegurar que

ele será melhor que o atual e que, por isso, produzirá uma “classe política” de superior qualidade, sem os vícios exibidos pelos políticos hoje existentes? E mais: podemos dar esse salto para um novo sistema de uma só vez, como uma espécie de refundação completa da democracia representativa, ou o mais indicado é seguir por uma trilha progressiva que saiba separar o joio do trigo e vá corrigindo o que se mostrar inadequado?

No correr do texto de Paulo Fábio, encontramos uma boa resposta para tais dilemas.

Ele não acredita em reformas salvacionistas, feitas de uma vez por todas, em bloco, indiferentes ao que há de valor no hardware. Prefere depositar suas esperanças na política democrática, em sua capacidade de decifrar enigmas, desatar nós e ultrapassar montanhas tidas como inexpugnáveis.

A análise que nos apresenta não é adversária da reforma, mas pensa a reforma de outra maneira. Ajustes não somente são necessários como vem sendo introduzidos ao longo do tempo, como ocorreu, por exemplo, com as modificações derivadas da modesta reforma eleitoral aprovada no Congresso Nacional há dois ou três meses, que sinaliza uma rota: “reformar, a cada momento, o que for praticável, em termos políticos, pois nenhuma convicção doutrinária é válida se não puder ser viabilizada democraticamente, logo, politicamente”.

Não se trataria, portanto, de uma falência do sistema, mas da necessidade de ajustes e correções.

Paulo Fábio sabe que o eleitorado está insatisfeito com o sistema, a política e os políticos. As ruas de 2013 reverberaram essa insatisfação, que só tem feito crescer. A culpa, porém, não cabe ao sistema em sentido estrito. Parte importante dos problemas que irritam os cidadãos vem dos governos e da dimensão fiscal do Estado. São, como diz o professor da UFBA, “os duros efeitos de políticas públicas (softwares) mal implementadas”, cujo financiamento tornou-se problemático. Além disso, o eleitorado fala mal da elite política, mas não vê que o problema está nos partidos políticos, que exibem “um padrão de interação política de má qualidade”, não buscam a sociedade nem conseguem atuar como escolas de quadros ou filtros que selecionem candidatos e representantes. Partidos são parte do sistema, mas não são o sistema. E há, evidentemente, a corrupção, que o sistema facilita mas que se deve antes de tudo a maus hábitos cívicos, arrogância e sensação de impunidade.

Sendo difícil perceber as árvores em meio ao matagal espesso e pouco compreensível que cerca a política atual, opta-se pelo discurso mais fácil de que “mudar o hardware é solução para mazelas criadas pelos atores (do estado e da sociedade civil)”.

A análise de Paulo Fábio nos ajuda a entender que, em se tratando de sistemas políticos democráticos e representativos de massa, o ajuste permanente é a única saída: constatada uma falha ou mudando a estrutura da vida, e havendo correlação de forças favorável, reforme-se o que precisar ser reformado. A reforma política, nesse caso, seria uma espécie de estrela-guia, a ser perseguida de forma realista e incremental.

Da minha parte, tenho insistido muito na ideia de que o dilema político brasileiro é mais de "cultura política" que de "institucionalidade". O sistema tem problemas, mas uma alteração de sua estrutura não garante que chegaremos ao paraíso. A crise pode ser entendida como faz Paulo Fábio: uma "crise de aperfeiçoamento e não de colapso da democracia brasileira".

Há riscos e probabilidades de tropeços, claro. Resistências poderão se sobrepor a esforços renovadores. Os fundamentalismos costumam cegar. Afinal, sentimos os efeitos das toxinas liberadas por embates políticos organizados como um "rude e surdo vale-tudo". Os próprios competidores, à esquerda e à direita, não ajudam, muito ao contrário. Batem-se entre si "na contramão da política, com discursos intolerantes, salvacionistas ou justiceiros", ajudando a que parte da sociedade civil proceda do mesmo jeito.

Mas tudo isso vai além de um fracasso das instituições políticas. Se não temos bons políticos e bons partidos é porque o que está a pedir reforma é o *campo dos atores*, que não nascem como filhos naturais das instituições, mas são criados ao longo do tempo, em contato com tradições, ideias e valores mais fortes do que a institucionalidade política.

Caso a expressão seja adequada, o reformismo de que necessitamos hoje (e também o que podemos cogitar como possível) é um reformismo realista e incremental, e é para ele que nos aponta o texto de Paulo Fábio.

A sociedade atual, no Brasil e no mundo, ingressou em outro patamar e funciona em ritmo acelerado e de constantes modificações. Tudo ficou mais complexo e a política tem tido dificuldades para se adaptar e adquirir a dose necessária de sofisticação e complexidade.

Mas, como observa Paulo Fábio, na experiência brasileira das últimas décadas, temos uma Constituição que "cumpre um papel de agência" e funciona, em conjunto com os ritos democráticos e o calendário eleitoral, como "âncoras que até aqui nos detém ante o precipício e nos prendem a um terreno áspero, mas real, de uma ampla democracia".

É um terreno que mergulhou em uma crise profunda nas últimas décadas, aqui e no mundo todo. A democracia está em crise, falta confiança social nela. Os cidadãos desconfiam dos políticos e de seus ritos, pensam que não são por eles representados. A época é de invenção.

O tema da reforma política é delicado pois pode reforçar ou abalar as âncoras que ainda nos prendem ao terreno democrático. Não pode ser menosprezado, nem tratado como tábua de salvação.

Lula divide eleitorado em três grandes grupos- FSP

segunda-feira, 18 de dezembro de 2017 – http://www.fabiocampana.com.br/2017/12/lula-divide-eleitorado-em-tres-grandes-grupos/

artigo de Mauro Paulino e Alessandro Janoni na Folha de S. Paulo

O julgamento do ex-presidente Lula em janeiro de 2018 lança ainda mais incertezas sobre o cenário político do próximo ano. Como o Datafolha tem mostrado em suas últimas pesquisas, o ex-presidente divide o Brasil –lidera as intenções de voto para presidente como também é um dos nomes mais rejeitados pelos eleitores do país.

Quando não está na disputa, o índice dos que pretendem votar em branco ou anular cresce em pelo menos dez pontos percentuais. Como cabo eleitoral, consegue mobilizar metade dos brasileiros, que acenam com a possibilidade real de votar em um candidato indicado pelo petista.

Mas, com tantos vetores em jogo, até que ponto Lula conseguiria manter seu apelo eleitoral e o potencial de influência para transferência de votos, diante de um possível revés jurídico no julgamento do próximo mês? O grau de cristalização de sua imagem junto à opinião pública é forte o suficiente para garantir-lhe protagonismo na eleição, mesmo sem concorrer?

Em uma análise combinatória de quatro variáveis –intenções de voto no primeiro e segundo turnos, rejeição ao petista e a força de Lula como cabo eleitoral–, o Datafolha identificou um país dividido não em dois, como sugerem os dados isoladamente, mas em três grandes grupos.

O primeiro, classificado como “Pró-Lula”, agrega 38% do eleitorado e é composto por entusiastas do ex-presidente. Votam no petista em alguma situação, tanto no primeiro quanto no segundo turno, não o rejeitam em hipótese alguma e se dizem dispostos a eleger um candidato apoiado por ele.

No conjunto, há maior participação de mulheres, negros acima da média, moradores do Nordeste, com renda e escolaridade mais baixas.

Fiel ao ex-presidente, quase a totalidade diz que votaria em um candidato apoiado por ele, mas quando Lula não está na disputa, a maior parte migra para brancos e nulos –a taxa correspondente nesse segmento cresce mais de 30 pontos percentuais.

Isso porque o eleitor não identifica substitutos do petista –a maioria do estrato não conhece Fernando Haddad, considerado Plano B pelo PT. Reprovam Michel Temer acima da média, estão mais pessimistas em relação à economia e são os que mais citam o desemprego como principal problema do país.

O segundo grupo, batizado de “Anti-Lula”, soma 31% do eleitorado. Está presente com mais frequência nas regiões Sul e Sudeste. A maioria é do sexo masculino, tem pele branca, idade e renda familiar mensal acima da média da população. Todos os integrantes desse estrato rejeitam completamente o petista e qualquer candidato apoiado por ele.

Entre os integrantes do segmento, Jair Bolsonaro (PSC) chega a dobrar suas intenções de voto. Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (Rede) também têm bom desempenho no estrato. Em uma hipótese de confronto de segundo turno entre Marina e Bolsonaro, o candidato do PSC se sai melhor (tendência inversa à observada no total da população). São os que menos reprovam Temer, mais identificam melhorias na economia nos últimos meses e que mais apontam a corrupção como principal problema do país.

ELEITOR-PÊNDULO

O terceiro grupo não se posiciona nos extremos quando o assunto é o ex-presidente. As escolhas desse estrato no primeiro turno se pulverizam entre Bolsonaro, Marina, Ciro Gomes (PDT), votos brancos e nulos. Lula tem desempenho abaixo da média nessa primeira etapa. No entanto, sua taxa de rejeição também não é tão expressiva no subconjunto, o que lhe garante vitória em simulações de segundo turno.

O segmento também se divide quanto ao papel de cabo eleitoral do ex-presidente e por esse comportamento volúvel recebe o nome de “eleitor-pêndulo”. Totaliza 31% da população e suas posições e opiniões são muito próximas à média: alta reprovação do governo federal, pessimismo e menções à saúde como principal problema do país.

Por meio de modelagem estatística multivariada, chega-se a nichos em que é bastante alta a concentração de “eleitores-pêndulo” –moradores das capitais da região Norte e mulheres de baixa escolaridade do Sul e Sudeste.

Qualquer fato com poder de impacto sobre o cenário eleitoral deve influenciar, em um primeiro momento, o segmento dos “eleitores-pêndulo”. Por sua característica heterogênea, independentemente do resultado do julgamento de Lula, essa migração não deve caminhar numa única direção –candidatos que conseguirem personificar os dois extremos, “prós” e “antis”, devem ganhar adeptos, antecipando a polarização da disputa em torno da figura do ex-presidente.

–

Mauro Paulino e Alessandro Janoni são diretores do Datafolha.

BRASIL: OS EXTREMOS

Paulo Timm

Como eu sempre lembro, evitando os gráficos com decis que mais dificultam do que ajudam a compreender o tamanho da pobreza no Brasil :

BRASIL - POPULAÇÃO TOTAL 207 milhões, dos quais cerca de 80% em idade de trabalhar , acima de 14 anos, ou seja 165 milhões.

Ver gráficos:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise02.shtm

Mais pobres :100 milhões até um Salário Mínimo

Benefício Continuado: mais 4 milhões

Classe Média Baixa : 20 milhões

Classe Média Alta: 40 milhões

. **Donos do Brasil** : 200 mil, dos quais apenas 6 ganham o que ganham 104 milhões mais pobre

Eis o cálculo:
25 millhões na miséria absoluto, dos quais 8 mihões com renda zero, famintos, voltando ao Mapa da Fome da ONU-
https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/305381/Golpe-recoloca-o-Brasil-no-mapa-da-fome-da-ONU.htm
25 milhões entre a miséria e 1Salário Mínimo, acossados pelo desemprego que atinge 13 milhões.
25 milhões recebem 1 salário mínimo, com Carteira
25 milhões de pensionistas, até há pouco, antes da famigerada PEC do congelamento dos gastos, com direito a um mínimo
04 milhões, com benefício continuado segundo Lei da Assistência Social, na forma da Constituição.

Todo este imenso grupo de pessoas, grande parte deles chefe de família, teve sensível melhoria de vida quando o salário mínimo saiu de 80 dólares para 300 dólares, maior feito da era social-democrata do PT, a despeito de seus grandes erros.

Na outra ponta da sociedade não está, entretanto, a CLASSE MÉDIA em geral, como muitas vezes o discurso da esquerda sublinha. Na verdade está um pequeno grupo menor do que 200 mil pessoas, ou seja, 0,1% da população. São os donos do país, senhores de uma brutal concentração da terra rural e urbana, dos grandes conglomerados empresariais e, sobretudo, dos títulos rentáveis, principalmente da dívida pública. Destes, apenas seis pessoas, eu disse 6 magnatas,dominam este privilegiado segmento que ganham tanto quanto estes 104 milhões. ABSURDO!.
Ver https://brasil.elpais.com/…/22/polit…/1506096531_079176.html .

E depois achamos que a Revolução Francesa tinha acabado com o ABSOLUTISMO. Isso não é um absolutismo econômico financeiro...?

. **GOLPE RECOLOCA O BRASIL NO MAPA DA FOME DA ONU**

https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/305381/Golpe-recoloca-o-Brasil-no-mapa-da-fome-da-ONU.htm

Em 2016, 24,8 milhões de brasileiros viviam na miséria, 53% a mais que em 2014, revela IBGE

https://g1.globo.com/economia/noticia/em-2016-248-milhoes-de-brasileiros-viviam-na-miseria-53-a-mais-que-em-2014-revela-ibge.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-smart&utm_campaign=share-bar

Após o início da crise econômica no país, 8,6 milhões de brasileiros a mais passaram a viver com menos de ¼ do salário mínimo por mês. População com renda de até ½ salário mínimo chegou a 36,6 milhões de pessoas.

Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html

Estudo da Oxfam revela que os 5% mais ricos detêm mesma fatia de renda que outros 95%

Mulheres ganharão como homens só em 2047, e os negros como os brancos em 2089

40% das crianças de até 14 anos estão em situação de pobreza no Brasil, mostra estudo~

https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/25/mais-de-40-dos-jovens-de-ate-14-anos-estao-em-situacao-de-pobreza-mostra-estudo.htm

A GUERRA CIVIL COMO FORMA DE GOVERNO

Vladimir Safatle dez 15 nov

Há dias um juiz negou o pedido de uma ex-funcionária do banco Itaú para processar seu antigo empregador por fazê-la trabalhar em horas extras não pagas, além de praticar assédio, obrigá-la a acúmulo de função e desrespeitar outros direitos trabalhistas elementares.

No entanto, baseado na nova lei trabalhista, o juiz em questão resolveu obrigar a trabalhadora a pagar os custos dos advogados do banco, ou seja, R$ 67 mil. Ele deve esperar, com isto, criar uma jurisprudência que desestimule de vez trabalhadores a acreditar terem o direito de usar a Justiça para se defender de seus empregadores.

Na mesma semana que ficamos sabendo desta nova modalidade de Justiça, uma das maiores empresas nacionais de expropriação de alunos, uma empresa que não teme macular o termo "universidade", demitiu sumariamente 1.200 professores. Sem se preocupar minimamente com o impacto de tal decisão no ensino oferecido aos alunos, nas pesquisas desenvolvidas e orientações, a dita empresa de expropriação estudantil espera aproveitar-se das nova legislação trabalhista para oferecer salários ainda mais aviltantes a professores atemorizados em regime precário.

Esses dois fatos não são fenômenos isolados, mas expressam de forma cristalina a razão pela qual atualmente existe governo no Brasil.

Há governo no Brasil para levar ao extremo uma guerra civil não declarada contra aqueles que vivem de salários, para submetê-los a um regime de medo e insegurança social absoluta a fim de quebrar qualquer ímpeto possível de mudança nos padrões de circulação do dinheiro e das riquezas. Por isto, o paradigma para entender o Brasil atual não é o paradigma do governo, mas o paradigma da guerra.

Ele começou com o uso da instabilidade política para insuflar a crise econômica por meio de pautas-bombas no Congresso, de assalto aos cofres públicos por meio de aumentos aviltantes ao Poder Judiciário, de queda completa da credibilidade internacional do Brasil por meio de um governo de presidentes indiciados. Uma crise do tamanho da que vemos atualmente não foi resultado apenas de descaminhos econômicos. Colaborou de forma decisiva uma dose maciça de produção política. Pois em situação de crise, o paradigma da guerra civil pode reinar.

Mas para que esta guerra avance a ponto de levar a população à capitulação faz-se necessário o golpe final da reforma previdenciária, que deve ser dado na semana que vem. É digno de um cinismo diabólico ver a casta de privilegiados que passa incólume da crise econômica atual (representantes do sistema bancário-financeiro, grandes empresários, políticos com aposentadorias garantidas, juízes) tentar vender à população a necessidade de destruir o sistema previdenciário brasileiro sob a capa exatamente do "combate aos privilégios".

A não ser que, de agora em diante, o simples ato de aposentar-se seja descrito, na novilíngua neoliberal, como "privilégio".

No entanto, "privilégio" não foi o termo usado para a decisão da Câmara de conceder isenção fiscal a gigantes petrolíferos que explorarão o pré-sal (MP 795/2017) impondo perdas de até R$ 1 trilhão em 25 anos. O governo aponta que tal isenção gerará bilhões para o país.

Deve ser um processo de geração da mesma natureza dos empregos que o mesmo governo prometia com a aprovação da reforma trabalhista. Algo cuja existência é da mesma ordem do círculo quadrado, do unicórnio e da honestidade do presidente Michel Temer. Se democracia houvesse em nossas terras, o fato de a maioria esmagadora da população preferir candidatos fora do horizonte de sustentação do "governo" atual seria elemento fundamental impedir sua guerra travestida de política econômica.

Como democracia aqui é só uma fachada já bastante puída e degradada, o "governo" de menor aprovação popular do mundo, que inveja até mesmo os índices de aprovação de Nicolás Maduro, pode usar todo seu aparato jurídico-policial para quebrar o ímpeto de defesa da classe trabalhadora. O que passa por prisões arbitrárias, "condições coercitivas" surreais, multas milionárias para sindicatos que procuram exercer o direito de greve, ameaças de golpe militar, entre outros.

Melhor seria que a população brasileira entendesse de vez que estamos em uma forma de guerra civil de baixo impacto no qual Estado brasileiro mostra claramente sua face de instância beligerante.

Elio Gaspari, na FSP, hoje:

O BUNKER DE TEMER DERRETEU

Elio Gaspari

Nenhum governo admite que pode perder uma votação no Congresso, mas, ainda assim, eles se diferenciam no grau de seriedade com que administram seus receios. Desde o início da tramitação da reforma da Previdência, o bunker do Palácio do Planalto, sob regência de Temer, com o ministros Moreira Franco na flauta, Eliseu Padilha no clarinete e Henrique Meirelles na tesouraria, seguiu em duas linhas. Primeiro dizia que o projeto, cheio de bodes, era intocável.

Patranha, mas vá lá. Depois, inventou prazos. Até a tarde fatídica em que o país soube do grampo do Jaburu, o limite de 2017 parecia plausível. Depois do grampo, a prioridade do bunker passou a ser apenas a salvação do mandato de Temer.

Tudo acabou num episódio de pastelão, com o senador Romero Jucá dizendo que a votação estava adiada para o próximo ano, sendo imediatamente desmentido por uma nota do Planalto. No dia seguinte veio o reconhecimento de que o jogo está adiado para fevereiro.

Nesse clima de barata-voa, chegou-se até ao ardil de pedir ao empresariado que pressionasse os parlamentares. Temer, Moreira, Padilha e Meirelles sabem perfeitamente que, a esta altura, se um empresário ligar para seu deputado levará uma facada em nome da campanha do ano que vem.

A capacidade de mentir do Planalto é infinita, mas ela deve ser calibrada pelo risco de se perder crédito até mesmo quando se diz a verdade. O bunker violou essa norma. Se num dia ele diz que Jucá "[]":http://www1.folha.uol.com.br/…/1943214-governo-tem-que-fala… está errado e no outro informa que a do presidente vai bem, obrigado, no que se pode acreditar?

A presepada pode alegrar a maioria dos brasileiros que não confia no governo, mas ela embute um perigo. O derretimento do bunker pela aritmética da falta de votos e pela má qualidade de suas

lorotas arrisca expandir-se. A contaminação de um governo fraco e impopular num ano de sucessão radicalizada adiciona à confusão uma instabilidade perigosa e desnecessária.

'

José Roberto de Toledo e o fôlego de Lula

http://www.tijolaco.com.br/blog/jose-roberto-de-toledo-e-o-folego-de-lula/

POR FERNANDO BRITO · 18/12/2017

No Estadão, o texto claro do melhor analista de pesquisas da imprensa brasileira, José Roberto de Toledo, mostra que Lula é e será o centro da eleição, mesmo que se consume a violência de excluírem-no de uma candidatura. Há, porém, um questão faltante: o antiLula é a favor do quê?

Da bala, com Bolsonaro, ou de Temer, como Alckmin se está deixando ficar?

A gravidade de Lula
Jose Roberto de Toledo, no Estadão

Todas essas pesquisas mostram que um terço ou mais do eleitorado brasileiro permanece lulista – a despeito de condenações e acusações que pesam sobre o ex-presidente. Nenhum outro ator político exerce a metade de sua atração. Por isso, acerta o Datafolha ao dividir o eleitorado em três, todos com a mesma referência: próLula (38%), antiLula (31%) e pendulares (31%).

Goste-se ou odeie-se, é em torno de Lula que orbita a atual corrida presidencial. Nisso, ela pouco difere das quatro ou seis últimas disputas eleitorais pela Presidência da República. Lula ainda é o candidato a ser batido (1994, 1998, 2002, 2006), o cabo eleitoral a ser usado ou neutralizado (2010 e 2014).

As questões colocadas neste fim de 2017 nada têm de ímpar, salvo no calendário. Ecoam as mesmas perguntas ouvidas nos anos imediatamente anteriores aos pleitos presidenciais das últimas décadas: Lula vai conseguir sustentar sua força eleitoral quando a campanha começar para valer? Ou: Lula

é capaz de transferir seu prestígio para quem ele vier a apoiar? Se o crescimento da economia acelerar, quanto poder ele perderá na urna?

Agora, como no passado, especulações em torno de tais dúvidas são incursões a remo em um mar de incertezas. Mar cada vez mais agitado. O desencanto com a política e a insegurança jurídica disseminados a partir de junho de 2013 avolumaram os vagalhões e acresceram riscos aos que navegam à procura de respostas. Qual será o tamanho da abstenção? Haverá mais votos brancos e nulos?

São fatores que tendem a ganhar peso quanto mais apertada for a disputa por uma vaga no 2º turno. O engajamento do eleitor será mais importante do que nunca. O mesmo tipo de disposição para votar que fez a diferença a favor de Trump em 2016 provocou a derrota de seu candidato ao Senado no Alabama um ano depois.

***Tão importante quanto o desejo de eleger quem se admira é a gana de impedir a vitória de quem se odeia**. Segundo o Datafolha, Bolsonaro lidera com folga no terço antiLula do eleitorado. O Facebook confirma: a maioria das publicações que viralizam nas redes de movimentos como MCC e Avança Brasil são contra o petista. Ambos apoiam o militar reformado porque é o candidato a presidente que mais bem personifica esse papel. Tomou-o do PSDB.*

Eis o desafio de Alckmin. Ser do contra já não lhe garante passagem ao 2º turno. Como outros que tentam ocupar o vácuo no centro do espectro político, o tucano precisará ser a favor de algo forte o suficiente para atrair o terço restante, o dos eleitores pendulares, volúveis. São os que decidem a eleição, ao gravitarem rumo ou contra Lula – seja ele candidato ou não.

Disputa pode levar centro à autodestruição

Por Helena Chagas - dezembro 26, 2017

Quem tem meia dúzia de candidatos não tem nenhum – e as forças da centro-direita brasileira estão quase nessa situação.

Já têm Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles, Michel Temer, e, agora, nas festas de Natal, ganharam Rodrigo Maia – que, informa-se, terá sua pré-candidatura lançada pelo DEM na convenção de fevereiro.

Se contarmos os que ainda podem hipoteticamente sonhar em entrar no páreo – o desafiante tucano Arthur Virgílio, o sempre pronto João Dória e, quem sabe, um arrependido Luciano Huck – chega-se fácil À superpopulação. Mas dificilmente à presidência da República.

Diante desse plantel, Rodrigo Maia, que inegavelmente vem crescendo e adquirindo dimensão política, tem todo o direito de colocar seu nome na pedra

como representante do campo conservador, queridinho do mercado e promessa na nova direita brasileira. Teoricamente, tem as ferramentas necessárias para ser candidato a candidato do establishment. Só que o Alckmin também. E o Meirelles também. Com alguma boa vontade – que só surgirá em caso de sucesso explícito da economia -, Michel também.

Outra característica comum entre eles é que, em maior ao menor grau, parecem padecer do mesmo mal: falta de votos. Nas pesquisas, têm percentuais mínimos, com a modesta exceção de Alckmin, que em alguns levantamentos chega aos 8% – o que também não é proeza para quem é governador de S.Paulo e já disputou a presidência.

Essa situação pode mudar? Claro que sim, sobretudo se, algum dia, todos se juntarem.

Raras vezes o establishment econômico, o chamado PIB, apostou num só cavalo no início de uma disputa, a um ano da eleição. Em 1989, por exemplo, flertou com muita gente – inclusive o tucano Mário Covas – até se fixar em Fernando Collor, quando este se tornou o mais viável para derrubar Lula. É curioso que, quase vinte anos depois, estejam numa situação parecida, tentando derrubar de novo o mesmo sujeito, embora as circunstâncias sejam totalmente outras – e o eleitor também.

Mas o que estamos vendo agora é um bando de nomes da centro-direita, sem maior atratividade, em teste para ver se algum deles convence. Em tese, quem conseguir vira “O” candidato do centro. É alto porém, o risco dessa estratégia dar errado. Enquanto disputam, os pré-candidatos do centro vão se desgastando uns aos outros.

Só nos últimos dias, Meirelles deu várias estocadas em Alckmin, na pior delas dizendo que ele não será o candidato do Planalto. Levou também as suas, como a observação de Rodrigo Maia de que sentiu falta de uma palavra de Meirelles sobre a reforma da Previdência no programa de seu partido, o PSD.

Maia, por sua vez, bastou botar a cabeça para fora para ver publicado na imprensa relatório da investigação da PF sobre doações da Odebrecht à sua campanha na caixa 3. Episódio parecido, aliás, com o da semana passada, quando o Cade, órgão governamental, resolveu divulgar informações sobre a investigação dos cartéis em obras de São Paulo nos governos tucanos…

Do jeito que a coisa vai, nesse ritmo autofágico, as forças de centro vão passar da profusão de candidatos à situação oposta: não vai sobrar nenhum para contar a história. Muito menos para ganhar a eleição.

http://osdivergentes.com.br/helena-chagas/disputa-pode-levar-centro-autodestruicao/

PARTE III

Há juízes pintados para a guerra

27/12/2017 - ELIO GASPARI

Numa entrevista ao repórter Fausto Macedo, o presidente da Associação de Juízes Federais, Roberto Veloso, defendeu o auxílio-moradia de R$ 4.300 mensais livres de impostos pago aos seus pares e aos procuradores.

Uma parte de sua argumentação é sólida, pois, se o magistrado ou o procurador é transferido para outra cidade, faz sentido que receba algum auxílio.

Quando Macedo levantou o tema do servidor que recebe o auxílio tendo casa própria na cidade em que vive há anos, Veloso respondeu que "não há uma ilegalidade no pagamento".

"Eu me referia a uma preocupação de caráter moral", esclareceu Macedo.

"Não estamos com essa preocupação. Não é uma pauta nossa", respondeu o presidente da Ajufe.

Alô, alô, Brasil, quando um juiz tem um pleito em nome de sua classe e diz que não se preocupa com a sua moralidade, a coisa está feia.

Segundo a Advocacia-Geral da União, o auxílio-moradia custa R$ 1 bilhão por ano.

Dentro da lei, somando-se todos os penduricalhos dos servidores do Judiciário da União e dos Estados, chega-se a cifras assustadoras.

Um relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça em janeiro passado estimou que em 2015 eles custaram R$ 7,2 bilhões.

(As 30 toneladas de ouro tiradas de Serra Pelada valeriam R$ 4,6 bilhões em dinheiro de hoje.)

O problema dos penduricalhos volta para a pauta quando se sabe que 7 em 10 juízes ganham acima do teto constitucional de R$ 33 mil.

Na ponta do realismo fantástico, um juiz paulista que foi aposentado e cumpre pena de prisão em regime semiaberto por crime de extorsão recebeu em agosto passado um contracheque de R$ 52 mil.

Tudo dentro da lei.

Os penduricalhos e os salários que produzem estão corroendo a imagem do Judiciário, logo a dele, onde uma centena de magistrados e procuradores fazem a grande faxina iniciada pela Lava Jato.

Essa questão pecuniária caiu no meio de um pagode, no qual ministros do Supremo se insultam, Gilmar Mendes descascou a Procuradoria-Geral de Rodrigo Janot e foi por ele acusado de "decrepitude moral".

Desde maio está no gavetão da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, um pedido de Janot para que o ministro seja impedido de julgar casos envolvendo o empresário Eike Batista.

Nas razões que apresentou para desqualificar o pedido de Janot, Gilmar Mendes incluiu um provérbio português como epígrafe: "Ninguém se livra de pedrada de doido nem de coice de burro". Não deu outra.

Caiu na rede um áudio atribuído ao juiz Glaucenir Oliveira, titular da Vara Eleitoral de Campos (RJ), que mandara prender o ex-governador Anthony Garotinho, solto por Gilmar.

Em inédita baixaria, o juiz disse que

"eu não quero aqui ser leviano, estou vendendo peixe conforme eu comprei, de comentários ouvidos aqui em Campos hoje. [...] O que se cita aqui dentro do próprio grupo dele [Garotinho] é que a quantia foi alta. [...] A mala foi grande."

Esse é o preço cobrado ao espírito de corpo do Judiciário.

Em 2011 o juiz Glaucenir dirigia sem cinto e viu que estava sendo multado por uma guarda municipal.

Deu ré, carteirou-a e insultou-a.

Quando ela disse que o levaria à delegacia, o magistrado informou: "Quem vai te conduzir sou eu".

Se ele não pagou a multa, a conta ficou para Gilmar Mendes.

Ninguém se preocupa quando uma guarda municipal leva uma pedrada.

http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2017/12/1946215-ha-juizes-pintados-para-a-guerra.shtml

---

BATALHA FINAL

Bernardo Mello Franco FSP – 01 DEZ.

BRASÍLIA - Na segunda-feira, Deltan Dallagnol declarou que a eleição de 2018 será a "batalha final" da Lava Jato. Ele descreveu o Congresso como a "maior

ameaça" à operação. Em seguida, defendeu a escolha de parlamentares "identificados com a agenda anticorrupção".

A indicação de candidatos a deputado ainda não faz parte das atribuições do Ministério Público. O procurador informou que não se tratava disso. "Não há tentativa de politizar um trabalho que é técnico, imparcial e apartidário", afirmou. Dois dias depois, um ato em Brasília sugeriu que a coisa pode não ser bem assim.

Grupos de apoio à força-tarefa foram ao Congresso lançar uma campanha para influenciar as eleições parlamentares. A iniciativa foi batizada de "Tchau, queridos", uma referência ao slogan usado nas passeatas a favor do impeachment.

Um dos líderes do ato, o ativista Marcos Paulo Ferreira prometeu divulgar um índex de políticos que não mereceriam ser reeleitos. "Vamos publicar em todos os cantos do país quem são esses que não podem voltar a essa Casa no ano que vem. Tchau, queridos", disse.

Ferreira se apresentou como presidente do Instituto Mude, mas também é pastor da igreja frequentada por Dallagnol em Curitiba. Ele organizou viagens e entrevistas do procurador durante a campanha das Dez Medidas contra a Corrupção.

Na quarta, o pastor posou ao lado de Rogerio Chequer, líder do movimento antipetista Vem Pra Rua. Eles apresentaram a ferramenta Ranking dos Políticos, que classifica os parlamentares "do melhor para o pior". Dos dez primeiros colocados, quatro são filiados ao PSDB. Os outros seis também pertencem a siglas que apoiam o governo de Michel Temer.

Não parece bom para a Lava Jato que procuradores deem declarações genéricas contra o Congresso ou expressem o desejo de influenciar as eleições. A "batalha final" da operação deve ser travada nos tribunais. Nas urnas, a palavra cabe ao eleitor.

Marco Antonio Carvalho Teixeira

3 h ·

Verificar a rejeição nesse momento é crucial. A de Lula caiu 3 pontos em relação a ultima pesquisa setembro/2017. Margem de erro? pode ser. Mas por tudo que ele vem passando pensava-se que a rejeição fosse bem maior.

Rejeição no 1º turno

O Datafolha também questinou em quem os entrevistados não votariam no primeiro turno. Veja os números:

Michel Temer (PMDB): 71%

Lula (PT): 39%

Jair Bolsonaro (PSC): 28%

Geraldo Alckmin (PSDB): 27%

Marina Silva (Rede): 24%

João Dória (PSDB): 22%
Fernando Haddad (PT): 22%
Ciro Gomes (PDT): 22%
Henrique Meirelles (PSD): 22%
Manuela D'Ávila (PCdoB): 18%
Alvaro Dias (Podemos): 17%
Paulo Rabello de Castro (PSC): 17%
João Amôedo (Partido Novo): 16%
Guilherme Boulos (sem partido): 16%
Joaquim Barbosa (sem partido): 15%
Rejeita todos/não votaria em nenhum: 3%
Votaria em qualquer um/não rejeita nenhum: 1%
Não sabe: 2%

FOLHA 02dez17

Lula quer nova carta aos brasileiros 'voltada ao povo'

CATIA SEABRA DE SÃO PAULO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva discute com seus colaboradores a redação de uma nova "Carta aos Brasileiros", a exemplo da lançada em 2002para mitigar tremores na economia provocados, à época, pela iminência de sua vitória.

Diferentemente da mensagem de 2002 - endereçada ao mercado financeiro -, a versão 2018 será uma carta de "compromissos com o povo", especialmente a classe média. Presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, diz que seu destinatário será o país. "Não o mercado".

Segundo aliados, Lula está preocupado com o clima de tensão no país e pretende estabelecer um diálogo direto com o eleitor. O ex-presidente tem repetido que essa será uma carta ao povo brasileiro "mesmo".

Nela, diz Okamoto, o petista assumirá compromissos que incluem a revisão do limite de gastos públicos e a revogação de medidas aplicadas pelo governo Temer.

"É preciso assumir compromissos com o povo. E, sim, revogar medidas adotadas pelo governo golpista para implementação de um projeto verdadeiramente democrático e popular", afirma Okamoto.

Ainda segundo o presidente do Instituto Lula, o texto pode ser divulgado no primeiro semestre de 2018. Mas seus coautores ainda não foram escalados.

Nesta sexta-feira, durante reunião com dirigentes do PT de São Paulo, Lula manifestou preocupação com o que chamou de "guerra de classe" que, segundo ele, está sendo criada contra sua candidatura.

Na reunião, Lula disse que os resultados de seus governos passados, inclusive para a Bolsa de Valores, são uma prova de que não há risco de instabilidade para o mercado no caso de ele ser eleito novamente.

Embora anteveja o que chamou de radicalização na disputa presidencial de 2018, Lula minimizou o impacto sobre sua candidatura.

"Não tenho medo do mercado. O mercado não vota. Quem vota é o povo", disse Lula, segundo relato de petistas.

Mais uma vez, Lula lembrou o desempenho da economia durante seu governo e afirmou que o mercado financeiro foi beneficiado durante sua gestão.

O petista lidera as pesquisas de intenção de voto e está em campanha aberta.

Na semana que vem, ele inicia uma caravana pelos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Antes, já havia feito viagens semelhantes pelo Nordeste e por Minas Gerais.

Sua candidatura ainda é incerta, no entanto. Condenado pelo juiz Sergio Moro por corrupção, ele pode ficar inelegível se o Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmar a sentença.

HADDAD

Ainda segundo petistas, Lula reafirmou seu apoio à candidatura do presidente estadual do PT, o ex-prefeito Luiz Marinho, ao governo de São Paulo, afirmando que seu nome é o que unifica o partido.

O ex-presidente demonstrou-se simpático à possibilidade de o ex-prefeito Fernando Haddad e o vereador Eduardo Suplicy concorrerem, em dobradinha, às duas cadeiras que, no ano que vem, estarão em disputa no Senado.

Na reunião, Lula admitiu que alguns duvidam da possibilidade de dois petistas ganharem a eleição para essas vagas. Haddad é um dos que não acreditam nessa chance de vitória.

Lula, no entanto, recorre a um exemplo tucano para derrubar essa tese. Aos petistas o ex-presidente lembrou que Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso se elegeram juntos em 1986, pelo PMDB.

Apesar desse discurso, Lula sondou Suplicy sobre a possibilidade de ele concorrer à Câmara dos Deputados atuando como puxador de votos para o partido, abrindo uma vaga para Haddad.

Nessa conversa, ocorrida em um hotel de São Paulo, Suplicy ameaçou abrir uma disputa interna pelo direito de se lançar ao Senado.

Do contrário, Suplicy permaneceria na Câmara de Vereadores.

André Singer, sábado, na FSP:

CENAS MOSTRAM A DIVISÃO DO BRASIL

André Singer

Cena um. Quarta-feira, 29/11. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) tem assento no corredor do avião de Brasília a São Paulo. O vídeo o mostra quando é abordado pela autora da filmagem com celular : "Excelentíssimo senador, tudo bem?"

Em seguida, ela avisa aos passageiros: "Gente, o Romero Jucá, do grande acordo nacional, com Supremo, com tudo". A cidadã refere-se ao diálogo gravado em março de 2016, no qual Jucá dizia que era preciso fazer um acordo para tirar Dilma Rousseff de modo a "estancar a sangria" da Lava Jato.

Jucá senta e, com um meio sorriso, começa a repetir: "Você deve ser petista, né? Você deve ser petista, né?". A interlocutora retruca: "Não, para ser honesta não é preciso ser petista (...). Mas como o senhor é especialista em acordo nacional, eu queria lhe fazer uma pergunta".

Aí o sorriso desaparece e Jucá dá um tapa no celular da "entrevistadora". A imagem treme, mas a perguntadora fica firme: "Olha, não me agride". O senador senta. A interrogante pede explicações sobre os acordos para as reformas da Previdência e trabalhista, concluindo: "O senhor conseguiu safar os seus amigos canalhas? Vai acabar o seu sossego. Vai ter que viajar de jatinho".

Cena dois. Quinta, 30/11. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) acaba de participar de uma sessão da CPI da JBS em que prestou depoimento o advogado Rodrigo Tacla Duran. O depoente é portador de acusações a um amigo de Sergio Moro, respingando no juiz.

O vídeo mostra o parlamentar quando é abordado por uma mulher num corredor do Congresso. A protagonista diz: "O senhor pode responder a uma pergunta da gente?". O deputado se afasta, mas depois volta, também com um meio sorriso.

A entrevistadora quer saber se o parlamentar, ao interrogar Duran, queria comprometer a imagem do magistrado paranaense. "O senhor tem medo do juiz Sergio Moro, né deputado? Quando o senhor perder o foro privilegiado, ano que vem, o senhor vai ter um encontro bem gostoso com ele", diz a mulher em tom provocativo.

Pimenta manda a interlocutora ir trabalhar. A "repórter" diz que está trabalhando e acrescenta: "Diferente de vocês que estão roubando". O deputado perde a paciência e chama a Polícia Legislativa.

A mulher insiste: "Vocês do PT não estão roubando?" O policial leva a representante do "Nas Ruas" para a delegacia no subsolo do Senado, onde ela presta esclarecimentos e é liberada.

A personagem que interroga Jucá é de esquerda; a que aborda Pimenta, de direita. Uma disputa profunda se instalou na sociedade brasileira pós-impeachment e não vai sumir tão cedo. O que se deve buscar é que o confronto se dê no campo da democracia, sem violência, da qual, infelizmente, não estamos muito longe

Ofensiva por reforma da Previdência inclui promessas eleitorais

Esforço concentrado surte efeito e governo consegue apoio de 5 partidos

POR **GERALDA DOCA** / **LETÍCIA FERNANDES** / **CRISTIANE JUNGBLUT** / **CHICO PRADO** / **RENNAN SETTI**
05/12/2017 4:30 / ATUALIZADO 05/12/2017 8:25

São Paulo (SP), 04/12/2017 - Rodrigo Maia -SP- O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, participa do VII Prêmio Cebrasse do Setor de Serviços, em São Paulo, SP, nesta segunda-feira (04). **- Marivaldo Oliveira/Código19 / Agência O Globo / Agência O Globo**

BRASÍLIA, RIO e SÃO PAULO - Com o prazo cada vez mais apertado para votar a reforma da Previdência, o governo iniciou uma ofensiva junto aos parlamentares da base contrários à proposta, incluiu os presidentes dos partidos na negociação, além dos líderes, e cobrou mais atitude dos ministros do bloco de apoio. No jantar de domingo, na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governo mudou sua estratégia e acenou até mesmo com promessas de apoio nas eleições de 2018 para convencer os deputados a votarem a favor das mudanças na aposentadoria. Lembrou que quem votar pela aprovação poderá ser beneficiado em coligações e na distribuição de tempo de TV e de recursos para suas bases, além do fundo eleitoral.

SAIBA MAIS: Em panfleto a deputados, governo argumenta que votar Previdência não tira votos

VEJA TAMBÉM: Meirelles diz ser importante que o próximo presidente não tenha o desafio de aprovar a reforma da Previdência

Segundo um interlocutor a par das negociações, o governo deixou claro que há mais questões em jogo, lembrando que os parlamentares poderiam perder verba do fundo partidário na campanha, além de recursos para os redutos eleitorais ao longo do ano que vem:

— Se o parlamentar está preocupado em perder voto porque apoiou a reforma, ele tem que lembrar que, para ser eleito, precisará estar numa coligação e precisará de tempo de TV.

CONFIRA: Em vídeo, entenda as novas regras da aposentadoria

Alguns líderes afirmaram também que não dariam abrigo em seus partidos a deputados da base que não apoiassem o governo e, depois, diante da possibilidade de perder o respaldo da legenda na disputa eleitoral, buscassem trocar de sigla.

O esforço concentrado surtiu efeito e pelo menos dois partidos da base (o PP e o PTB) indicaram a possibilidade de fechamento de questão em torno da aprovação da reforma — o que gera punição para quem votar contra a orientação da legenda. A expectativa do governo é que PRB, PSDB e PMDB também sigam o exemplo, numa espécie de "onda" favorável para construir a maioria necessária para aprovar a proposta.

As cinco legendas reúnem 206 deputados. Como se trata de uma emenda à Constituição, são necessários 308 votos. Temer se reunirá com líderes dos partidos amanhã para avaliar com mais clareza o potencial de votos. O governo avalia que, obtendo o aval da Câmara, a aprovação no Senado estaria garantida e poderia ocorrer rapidamente.

Nesta segunda-feira, Rodrigo Maia afirmou que a possibilidade de votação do texto ainda este mês é "realista". Segundo ele, o grupo de líderes com quem se reuniu no domingo calcula ter entre 325 e 330 deputados a favor da reforma.

— Vai dar uns 330 (deputados a favor da reforma). Alguns foram excluídos da nossa conta, porque estão com posição contrária. Então, a gente tem, dentro dos partidos que apoiam a reforma, a princípio, 325 votos. E tem mais 45, 50 deputados, de outros partidos, que não estão na oposição, mas também não estão na base (do governo).

Questionado sobre seu otimismo com as chances de votação, o presidente da Câmara disse que, até o último sábado, estava pessimista, mas mudou para um sentimento realista após a reunião com aliados:

— Eu espero que sim (que a reforma seja votada na semana que vem), estou realista. Não dá ainda para ser otimista, mas no sábado eu estava pessimista. Com as reuniões de domingo, estou realista, acho que temos um caminho.

MAIOR COMPROMETIMENTO DA BASE

Em evento no Rio ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, também ressaltou que as reuniões com a base aliada no fim de semana foram “extremamente positivas” e que existe um comprometimento “muito grande dos partidos da base com a reforma” e “um esforço grande e concentrado para que isso seja resolvido logo”:

PUBLICIDADE

— Há uma boa possibilidade de ser votada este ano ou, numa hipótese menor, no início da próxima legislatura. Para o país, é importante para crescer e gerar emprego. E é importante que o próximo presidente a assumir não tenha esse enorme desafio que é enfrentar uma reforma da Previdência.

Para o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, "o mundo não acaba" se as mudanças na aposentadoria não forem aprovadas logo,mas elas terão que ser as primeiras medidas do próximo governo. Ele defendeu que a reforma da Previdência é "uma das mais justas possíveis", terá efeito gradual e não prejudicará programas assistenciais nem dificultará o acesso dos mais pobres à aposentadoria.

— Essa é uma reforma das mais justas possíveis. Se nós, como sociedade, não tivermos maturidade para aprovar uma reforma gradual como essa, o Brasil vai ter que aumentar a carga tributária em algo substancial, algo entre 5% e 10% do PIB. Isso quer dizer que, se a reforma não for aprovada na próxima semana, o mundo acaba? Não. Mas, se não aprovarmos logo, ela terá que ser a primeira medida do próximo governo. Cobrem isso dos seus candidatos — recomendou.

Mesmo com o clima mais favorável à reforma da Previdência, ainda há dúvidas na base sobre a capacidade do governo em aprovar a proposta na Câmara. Na opinião do líder do DEM, Efraim Filho (BA), sem essa certeza os deputados não votarão a favor. Segundo ele, há um universo de 270 parlamentares que se declaram favoráveis, mas esse número pode baixar para 100 sem a segurança de vitória no plenário.

O líder do PR, deputado José Rocha (BA), disse que “com muito esforço” a bancada daria hoje 15 votos favoráveis à reforma de um total de 39 parlamentares, incluindo o ministro dos Transportes, Maurício Quintella.

— Houve uma sensível melhora no ambiente com a disposição de todos os líderes em conversar com suas bancadas. Mas ainda não tem voto. O governo tem que ficar atento à campanha institucional para que a importância da reforma possa chegar nas bases eleitorais. Hoje, isso ainda não está claro — destacou Rocha.

Em nota, o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, manifestou apoio à reforma da Previdência e orientou seus parlamentares a votarem a favor da proposta. Jefferson, contudo, não fala em fechamento de questão nem sobre eventuais penalidades aos infiéis.

“A Executiva Nacional do PTB, de forma clara, correta e bem intencionada, orienta os deputados federais e senadores do partido a votarem pela aprovação da proposta”, diz Jefferson na nota, divulgada na página oficial do partido.

Já o PSDB ainda não se manifestou sobre o fechamento de questão. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, defendeu posicionamento claro dos tucanos sobre o tema. Ele alega que o PSDB sempre defendeu as reformas e que não faria sentido se posicionar de forma diferente.

— Se não todos, a expectativa é a maioria dos partidos da base fechar questão. A expectativa é que o PSDB, que tem uma larga tradição de votar a favor das reformas e, particularmente, a da Previdência, também feche questão. Não creio que eles vão fugir dessa responsabilidade.

Convencimento com dados econômicos

Durante o fim de semana, a equipe econômica também entrou em campo para reforçar a importância da reforma na economia. Segundo dados do Ministério do Planejamento, o PIB pode cair 2,8% em dois anos se a reforma não for aprovada. A taxa Selic, que fechará 2017 em 7% ao ano, chegará a 8,5% ou mais em dezembro de 2018 se nada for feito. Já se for aprovada, a taxa de desemprego do país estará entre 8% ou 9% em junho e julho do ano que vem — hoje o índice é de cerca de 12%. O discurso é que a reforma vai ajudar na melhoria dos indicadores da economia e, assim, oferecer uma "narrativa" aos políticos que buscam se reeleger.

O vice-líder do governo na Câmara, deputado Beto Mansur (PRB-SP), reiterou que o governo quer votar a reforma da Previdência na próxima semana, apesar de ainda não ter os votos necessários. Ele acredita que o fechamento de questão pode ajudar na aprovação da reforma, embora não considere positiva a estratégia de punir parlamentares:

O fechamento de questão ajuda, até para dar uma saída para parlamentar,que pode colocar a culpa (de votar pela reforma) no partido. Mas punir com expulsão ou retirar o fundo partidário do parlamentar não é a melhor estratégia.

Já o líder do PT na Câmara, deputado Carlos Zarattini (SP), disse que o governo só faz "discurso" sobre ter votos para aprovar a reforma da Previdência e minimizou as ameaças de punição de aliados, afirmando que os partidos não vão querer encolher e perder parlamentares num momento como este, se decidirem pela expulsão de infiéis:

— É uma ameaça que não tem nenhum efeito. Nenhum partido gosta de perder deputado nem vai sacrificar sua bancada para votar. É uma conversa que não

tem fundamento.

Leia mais: https://oglobo.globo.com/economia/ofensiva-por-reforma-da-previdencia-inclui-promessas-eleitorais-22150062#ixzz50O3qZsbT

stest

TEMPO RUIM

Wanderley Diniz

Alertado pelo meu paranoiômetro, a que acoplei um barômetro, aviso aos navegantes: preparem-se para ventos e tempestades, vem aí tempo ruim.

Os sinais são evidentes, por mais que se esforce Nizan Guanaes e a mídia a ele acumpliciada: não dá para vender como retomada do crescimento o "pibinho" de 0,1% e nem como "queda no desemprego" a pífia redução alardeada e, ainda assim, falsa, ao incluir entre os ditos empregados o pessoal que apenas se vira nas dez para levar para casa o pão nosso de cada dia, no caso o arroz-com-feijão da dieta nacional.

Feijão-com-arroz que está, dia a dia mais difícil de ser preparado, já que a Petrobrás - sob nova direção, antenada com o mercado - acaba de anunciar o sexto aumento consecutivo nos seus botijões de 13 quilos, de consumo popular que, a partir desta terça-feira, terá aumento de mais 8,9%. De agosto até agora a alta chega aos 67,8%.

Alguma relação com o custo de produção? Pelo que diz a Petrobrás, nenhum; apenas a variação do preço externo, câmbio, essas coisas. Para que se tenha ideia, informo que paguei pelo botijão, na semana passada, R$ 75,00, gancho de que me valho para registrar o alto e crescente número de queimados entre os mais pobres, onde o gás já foi substituído pelo álcool.

Nesse quadro segue a novela da reforma da Previdência, que tem como novidade a promessa do Fora Temer de destinar mais R$ 3 bilhões aos municípios em 2018, desde que os prefeitos cooptem os seus deputados. Sobre a dita "reforma", que não foi discutida com a população, e que mentirosamente é propagada como benéfica aos mais pobres, penalizando os "altos salários" dos servidores públicos, dois reparos:

1) - Ela não atinge os altos escalões, Judiciário e Legislativo, mas e tão somente a administração direta, o Executivo. Mesmo aí, ficam de fora

os militares - por razões óbvias imexíveis -, cujos soldos são acrescidos de penduricalhos que ninguém menciona.

2) - Quanto aos servidores civis, que esse ano tiveram baixa de mais de 500 mil postos, incluindo administração direta e empresas públicas, cabe registrar a ausência de reposição via concurso público - como manda a Constituição, fraudada pela terceirização sem peias, facilitada pelo cruel desmonte da legislação trabalhista.

É nesse cenário que insiro a candidatura Lula, que os opositores sentem como imbatível nas urnas, urdindo, desde já, o tapetão de sempre. Eles o usaram contra Dilma Roussef, valendo-se do Parlamento. O instrumento agora é o Judiciário, onde Moro deu a partida que encontra seguimento na segunda instância, o TRF-4. Ali, com apenas cem dias, contra a média de 210 dias em processos similares, temos o voto do relator, João Pedro Gebram Neto, que já passou a bola para o revisor, Leandro Paulsen que, se mantida a média, em pouco mais de três meses dará os trâmites por findos, dando início ao julgamento.

Nesse ínterim, para entreter a patuleia, surgem e somem, candidaturas bizarras, como a de Luciano Huk, ou de puro despeito, como da sonsa Marina Silva, que sabe sem nenhuma chance, mas que pode atrapalhar. E surge Alckmin, a quem se contrapõe, com a maquiavélica ajuda de Temer, o banqueiro da JBS, Henrique Meirelles. Nessa barafunda, os irmãos Marinho e seu império global já mudaram suas fichas, agora apostando no golpe do TRF-4.

Não sei se estou tomado por demasiado pessimismo. Afinal, até 2018, muita água vai correr debaixo da ponte. E é aí que mora o perigo:

- E se a água levar a ponte?

Leandro Fortes, com a bala na agulha:

MORO ESTÁ FUGINDO

A Operação Lava Jato, dentro de um contexto social e político honesto, teria sido um presente para o Brasil. Acho que ninguém discorda de que, um dia, seria necessário acabar com a cultura da corrupção que sempre ligou empreiteiros e políticos brasileiros.
O fato é que, em pouco tempo, foi fácil perceber que as decisões e ações demandadas pelo juiz Sérgio Fernando Moro estavam eivadas de seletividade. Tinham como objetivo tirar o PT do poder, desmoralizar o discurso da esquerda e privilegiar aqueles que, no rastro da devastação moral levada a cabo pelo magistrado, promoveram a deposição da presidenta Dilma Rousseff.

Hoje, graças à Lava Jato, a economia nacional está devastada, o Estado de Direito, ameaçado e o poder tomado por uma quadrilha que fez do Palácio do Planalto uma pocilga digna de uma republiqueta de bananas de anedota.

Agora, quando os grupos golpistas ligados ao PSDB e PMDB começam a ser atingidos pela mesma lama que a Lava Jato pensou em represar apenas para o PT, o juiz Moro pensa em tirar um ano sabático, nos Estados Unidos.

Isso, obviamente, não pode ser uma coisa séria.

Um juiz de primeira instância destrói a economia e o sistema político de um país, deixa em ruínas 13 anos de avanços sociais, estimula o fascismo, divide a nação e, simplesmente, avisa que vai tirar férias de um ano?

Não se enganem: o que está havendo é uma fuga planejada.

E precisamos saber o por quê, antes que ela seja consumada.

~~

Presidencialismo de coalizão condena país ao atraso, dizem pesquisadores

Heuler Andrey - 23.fev.2016/Folhapress

EDUARDO MATIAS **MELLO SPEKTOR**
ilustração **ANDRÉS SANDOVAL**

03/12/2017 02h00

http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1939782-presidencialismo-de-coalizao-condena-pais-ao-atraso-como-mostra-lava-jato.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb

RESUMO Autores argumentam que, apesar do efeito estabilizador do presidencialismo de coalizão, esse sistema condena o país ao atraso, pois seu funcionamento favorece a ação predatória de grupos de interesse. Eles sustentam ainda que a ciência política brasileira precisa se atualizar com base nas revelações da Lava Jato.

O sistema político criado pela Constituição de 1988 teve um desempenho notável. Em 30 anos, estabeleceu o sufrágio universal, realizou eleições limpas e competitivas, produziu instituições de controle e manteve os militares na caserna.

De lá para cá, sucessivos governos aprovaram reformas estruturais para acabar com a hiperinflação e fomentar políticas sociais baseadas em regras objetivas, num país onde os caciques sempre usaram o dinheiro público para controlar seus currais eleitorais.

A Nova República permaneceu intacta, apesar das turbulências. Dois presidentes eleitos sofreram impeachment e, quando uma coalizão de centro-direita entregou as chaves do Planalto a um grupo de centro-esquerda, não houve derramamento de sangue. O Brasil ganhou um grau de estabilidade política que nossos antepassados não tiveram o privilégio de imaginar.

No entanto, a Nova República preservou alguns dos piores vícios da política brasileira: o clientelismo, a patronagem e a corrupção endêmica. A transição pactuada na Constituinte garantiu a dominância de grupos de interesse particularistas que, operando agora num sistema de regras democráticas, apropriam-se do Estado.

A Operação Lava Jato está expondo as entranhas desse sistema. Hoje, é possível entender como funciona o esquema pelo qual setores nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário trabalham em favor de grupos que buscam obter rendas fáceis, seja por meios legais, seja por meios ilícitos.

A grande descoberta da Lava Jato, no entanto, não é a podridão generalizada da qual tantos brasileiros sempre desconfiaram. O que se aprendeu de mais importante é como funciona a lógica perversa do presidencialismo de coalizão.

DISTORÇÕES

Na superfície, o presidencialismo de coalizão à brasileira é fácil de entender. O presidente da República lida com um Congresso ultrafragmentado. Para se manter no cargo e conseguir governar, ele é obrigado a formar uma aliança integrada por partidos diversos. Até aqui, nada de novo: na Europa, coligações dessa natureza são a regra e funcionam bem.

No Brasil, porém, a dinâmica da coalizão não segue a lógica parlamentarista europeia. Aqui, os congressistas não formam o governo escolhendo o primeiro-ministro; eles convivem com um presidente forte ungido pelo voto popular.

Isso faz toda a diferença: se no parlamentarismo os membros do Legislativo são corresponsáveis pelo êxito do governo, no presidencialismo a sobrevivência política do congressista está dissociada do sucesso de quem governa.

Ou seja, deputados e senadores brasileiros não se empenham em implementar a agenda majoritária que sufraga o presidente. Em vez disso, dedicam-se, acima de tudo, a responder às demandas de sua base eleitoral local, sem preocupação específica com a produção de bem-estar para a maioria.

Andrés Sandoval

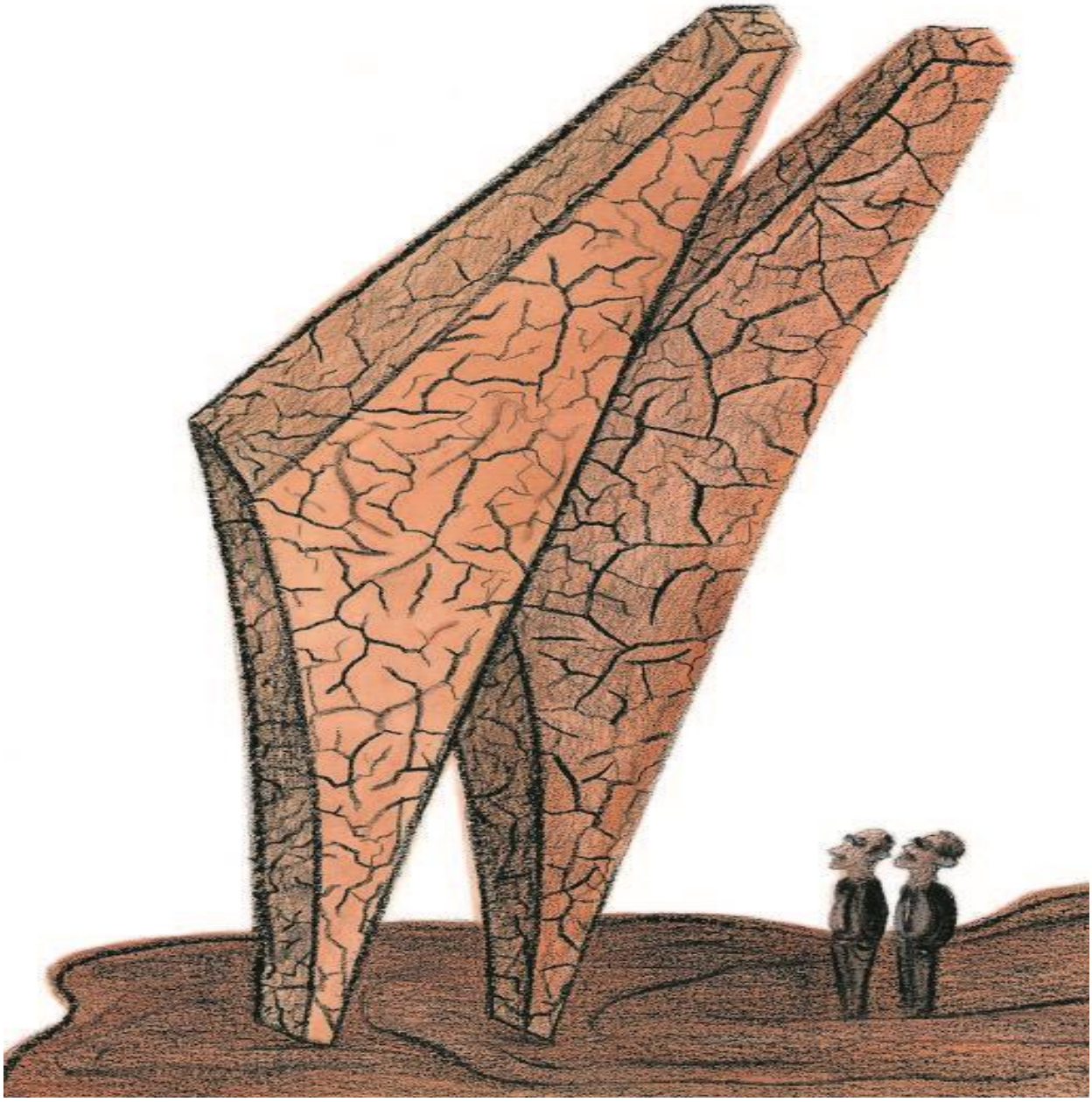


Ilustração de Andrés Sandoval

Os Estados Unidos vivem problema similar. Lá, entretanto, congressistas são obrigados a conciliar as demandas de sua base local com as prioridades da agenda nacional das agremiações a que pertencem. Isso ocorre porque o sistema eleitoral gera partidos fortes, e o sistema de primárias mantém as oligarquias partidárias em xeque. Nada disso acontece no Brasil.

Aqui, a combinação de presidencialismo, eleições proporcionais e regras permissivas de financiamento de campanha dificulta a construção de partidos com programas claros (com a rara exceção de PT, PSDB e poucos nanicos) e uma conexão com o eleitor que possa formar a base de um sistema eficiente de responsabilização.

Quando o deputado brasileiro é próximo do eleitor, esse laço não decorre de uma plataforma de governo ou da credibilidade construída ao longo de anos. O vínculo apoia-se, em primeiro lugar, no clientelismo, a troca condicional de voto por acesso a recursos públicos, um fenômeno comum nos rincões e nas periferias das grandes cidades.

Assim, o congressista não se preocupa com a qualidade da saúde da população em geral; a ele basta conseguir um leito hospitalar para o apaniguado que dele necessita. O vereador não liga para a qualidade da educação; para ele, é suficiente batalhar por uma vaga na creche para o filho de um apoiador fiel.

Os legisladores no Brasil apoiam-se ainda em outros instrumentos que também distorcem o regime democrático e tendem a gerar má governança. Um exemplo é a troca entre parlamentares e grandes conglomerados, onde uns oferecem licitações fraudadas e outros proveem recursos ilícitos para financiar campanhas.

ATRASO

O custo desse sistema é imenso, e sua lógica condena o país ao atraso. Não é difícil ver por que isso acontece.

No presidencialismo de coalizão, o chefe do Executivo usa dinheiro do contribuinte para custear as benesses que o parlamentar leva a sua clientela local e a seus financiadores de campanha. É dessa forma que o presidente mantém a sua aliança legislativa.

O titular do Palácio do Planalto, quem quer que seja, é obrigado a operar dessa forma. Ele libera emendas e rifa cargos para que os partidos aliados possam negociar licitações com grupos empresariais. Ele distribui subsídios do BNDES.

Vende leis que favorecem financiadores de sua base. Tira a força das agências reguladoras quando elas começam a incomodar a elite empresarial.

OUTROS TEXTOS DESTA EDIÇÃO

Fotos da guerra do cangaço revelam lado desconhecido de Lampião

Mônica Salmaso e a emoção de gravar primeiro CD de sambista de 80 anos

Ana Paula Maia produz literatura violenta dentro de universo masculino

Em Londres, resgate de Isaiah Berlin destoa de comemorações socialistas

Nesse sistema, a corrupção não é exceção, mas regra. É a atividade ilícita que gera as rendas necessárias para dar sustentação a quem governa e outorgar privilégios a quem está próximo do poder. Nesse mundo, tirar uma lasquinha pessoal é só uma questão de oportunidade.

O problema não para por aí. Como o presidente precisa proteger esquemas de corrupção endêmica, é no Palácio do Planalto que se arma a arapuca para influenciar a cúpula do Judiciárioe limitar os danos provocados pelas instituições de controle cada vez que uma roubalheira é denunciada.

O presidente estende aos congressistas o seu manto de proteção, nomeando gente de confiança para órgãos como Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União e Tribunal Superior Eleitoral. Em tese responsáveis por limitar o poder do Executivo, essas instituições controlam pouco e controlam mal. Dentro delas próprias proliferam casos de tráfico de influência e corrupção.

Não à toa, nesses 30 anos de Nova República, nossos mandatários alopraram com o uso ilegal de recursos para custear apartamentos, chácaras, reformas da casa da sogra, empregos para os filhos, mesadas para irmãos ou cabeleireiros de renome.

Todos os ex-presidentes hoje vivos, sem exceção, terminaram às voltas com a Justiça. Quem não responde a um juiz se livrou por idade avançada ou por morosidade do Judiciário.

Ao presidente não basta possuir um arsenal de medidas provisórias, cargos públicos, ameaças de veto e balcão de emendas para organizar a maioria parlamentar. Se quiser governar e sobreviver no Planalto, ele deve gerir a distribuição tanto de benesses legais quanto de oportunidades de corrupção.

Essa operação sacrifica a produção de bens públicos —hospitais decentes, boas escolas, transporte de qualidade e uma Justiça célere e coerente.

CUSTOS

Quem ganha com isso? Cartéis de empreiteiras que fraudam concorrências, sindicalistas que cobram pedágio para suspender greves e lobbies como o dos seguros de saúde, que oferecem um serviço ruim a peso de ouro e ainda repassam seus prejuízos à viúva.

O presidencialismo de coalizão se tornou um império dos grupos de interesse: juízes bem pagos recebem auxílio-moradia, alunos ricos estudam em universidades públicas gratuitas e grandes conglomerados têm as dívidas custeadas pelo contribuinte. O sistema viciado transfere renda de baixo para cima.

Temos uma sociedade rendida. Apesar de viver numa das maiores economias do planeta, metade de nossos cidadãos não possui acesso a saneamento básico. O Estado gasta as burras com educação, mas milhões de brasileiros são analfabetos funcionais. Mesmo com investimentos bilionários no SUS, eleitores morrem na fila do hospital, como se este fosse um país pobre.

A má governança nas políticas públicas é resultado direto do regime do presidencialismo de coalizão inaugurado pela Nova República. O custo desse sistema é alto.

Não basta o presidente distribuir emendas parlamentares e cargos públicos para selar o apoio da base aliada, como argumenta Carlos Pereira em "Vocês não gostam de mim, mas o Congresso gosta" ("Ilustríssima", 29/10). Esse raciocínio, defendido por parte da ciência política brasileira, ignora a montanha de gastos indiretos embutidos nessa forma viciada de conduzir o país.

O presidencialismo de coalizão também é um desastre para a economia. Como o jogo político favorece grupos de interesse enquistados no Estado, quem tem

força tira proveito do erário em benefício próprio. O resultado é uma "sociedade da meia-entrada", na expressão insuperável de Zeina Latif e Marcos Lisboa.

Assim, esse sistema sacrifica o crescimento econômico porque demanda um Estado inchado que, entregando muitos recursos para poucos privilegiados, mal contribui para o aumento da produtividade e da riqueza nacional.

Esse Estado precisa aumentar a carga tributária a todo momento, mas, como não há dinheiro que dê conta das demandas, também emite dívida pública, flerta com o populismo fiscal e asfixia o investimento. Na Nova República, o Brasil gastou a rodo sem com isso vencer o subdesenvolvimento.

Esse tipo de presidencialismo ainda pôs o Brasil no centro de uma rede transnacional de crime organizado. Como as máfias no poder superfaturam contratos públicos para gerar recursos de financiamento de campanha, elas necessitam de doleiros para lavar o dinheiro no exterior. Também demandam contratos firmados fora das fronteiras com empréstimos do BNDES.

Assim, as quadrilhas instrumentalizam visitas oficiais, acordos diplomáticos e linhas de crédito internacional com a anuência e a cumplicidade de bancas de advogados, diretores de empresas estatais e bancos estrangeiros.

Da Colômbia à França, de Angola a Cingapura, de Ciudad del Este a Caracas, o presidencialismo de coalizão internacionalizou o crime com vistas a financiar campanhas e manter unida a base aliada.

CONTROLES

É inegável o avanço institucional dos últimos 30 anos. A força do Ministério Público, a capacidade investigativa da Polícia Federal e as redes de funcionários comprometidos com o combate à corrupção são o melhor testamento disso. Mas o sistema brasileiro de pesos e contrapesos funciona mal.

Há muitos exemplos. O Executivo conta com uma liderança informal na cúpula do Judiciário. As indicações para o alto escalão da Justiça são ao mesmo tempo politizadas e desprovidas de controles efetivos.

Nas cortes superiores, existe sempre a possibilidade de ministros tirarem vantagem monetária do cargo que ocupam por meio de negócios paralelos ou pela capacidade de alavancar familiares para posições de influência.

Além disso, tribunais de contas podem ser cooptados ou comprados. Comissões Parlamentares de Inquérito são criadas quando se quer abafar um escândalo ou extorquir alguém, e tribunais eleitorais podem publicar peças de ficção.

A lógica dominante nos tribunais não é a da independência e da imparcialidade, mas a costura de acordos com a classe política e empresarial. Há uma falta geral de "accountability", a obrigação que as autoridades têm de prestar contas a instâncias efetivas de controle.

Como a classe política e seus patrocinadores vivem de parasitismo, seu apego a esse esquema é desesperado. Qualquer mudança que pareça ameaçar-lhe a sobrevivência é rebatida com toda força. Por esse motivo, a Operação Lava Jato não é regra, mas exceção: a impunidade continua sendo a moeda corrente da política brasileira.

O problema é que, sem efetiva responsabilização, qualquer democracia definha. Quando faltam controles, o resultado é um governo de quadrilhas, sejam elas de esquerda, de centro ou de direita.

CIÊNCIA POLÍTICA

O presidencialismo de coalizão é estável. Não é por estar apodrecido que o sistema deixa de vigorar. O esquema é tão seguro que até mesmo o presidente Michel Temer (PMDB) continua no lugar —e olha que sua taxa de aprovação popular se aproxima da taxa de inflação.

Nada indica que o sistema vá entrar em colapso no futuro próximo. Aliás, quando a única ameaça real a seu funcionamento apareceu em cena —a Lava Jato—, as forças políticas se uniram na operação abafa que hoje avança a passo acelerado.

A ciência política brasileira já explicou os porquês dessa estabilidade. A obra seminal de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi, "Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional" (FGV, 1999), explora os mecanismos pelos quais o presidencialismo de coalizão se sustenta.

Essa obra também deu origem a um influente programa de pesquisa que uniu cientistas políticos brasileiros e estrangeiros. O argumento comum é que o presidencialismo brasileiro teria elementos de parlamentarismo. A mensagem central é a de que um chefe de Estado forte consegue atrair os legisladores e formar coalizões estáveis no Congresso para aprovar sua agenda legislativa.

Por causa desse mecanismo, esses pesquisadores sempre consideraram que a agenda legislativa era comandada pelo presidente. Essa é a impressão que se tem à primeira vista: a maioria das leis aprovadas tem origem no Palácio do Planalto.

Agora, no entanto, sabemos que a agenda legislativa está à venda para quem pagar mais. Quem ocupa o Planalto é refém dos grupos rentistas. Estes, por sua vez, precisam da caneta presidencial para sobreviver.

Sim, o sistema é estável, e sim, é no Planalto que se constroem as alianças entre legisladores e grupos de interesse que ditam a agenda legislativa. Mas o custo dessa estabilidade é intolerável num regime democrático.

É em regimes autoritários que tais arranjos são o pão de cada dia, como mostram os cientistas políticos americanos Bruce Bueno de Mesquita, Alastair Smith, Randolph Siverson e James Morrow em seu livro "The Logic of Political Survival" (a lógica da sobrevivência política, MIT Press, 2003).

O entendimento existente sobre o funcionamento do presidencialismo brasileiro precisa de atualização. Antes da Lava Jato, era impossível ter essa compreensão da política nacional. Agora, as evidências coletadas pela operação jogam luz sobre os desafios da Nova República.

O QUE FAZER?

Não há saída óbvia para o problema que aflige a política brasileira, nem há receita única para melhorar a qualidade da democracia no país.

Estamos mais longe do que se pensava de Portugal e da Espanha e mais perto da Rússia e da Turquia, países onde o entulho autoritário permanece forte.

Embora o risco de uma guinada à la Putin ou à la Erdogan seja baixo, o modelo de governança no qual a elite rentista do Brasil distribui privilégios a uns poucos é perigoso. Além de ineficiente, tal forma de gerir a vida coletiva é incompatível com uma democracia moderna, abrindo espaço para aventuras extremistas.

A crise demanda reformas profundas. O principal objetivo deveria ser vincular a sobrevivência política do congressista à provisão de bens públicos, e não à oferta de boquinhas para grupos de interesse.

Uma forma de resolver esse problema seria forçar os partidos a encarar agendas nacionais, em vez de servir de balcão de negócios para grupos particularistas.

Eleições majoritárias (com primárias obrigatórias) para a Câmara dos Deputados —usando um sistema distrital ou o sistema francês de dois turnos— ajudariam a encaminhar o sistema brasileiro nessa direção virtuosa (as poucas novas regras aprovadas pelo Congresso neste ano são, infelizmente, inócuas).

Outra reforma positiva seria a redução da capacidade que o presidente tem de "comprar" votos no Congresso. Para isso, ele teria de contar com menos cargos de confiança para distribuir e menos poder para repartir nacos do Orçamento entre seus apoiadores. Tal decisão demandaria uma reforma administrativa radical.

Ainda caberia pôr fim às relações espúrias entre o Judiciário e o poder político. É necessário coibir a discricionariedade do Executivo na nomeação de juízes de cortes superiores e criar "accountability" na máquina judicial. Há numerosos exemplos de boas práticas mundo afora.

Por fim, é necessário tirar o dinheiro fácil da política. Partidos precisam ser pobres; seu êxito deve depender, acima de tudo, do trabalho voluntário de pessoas que acreditam em suas pautas —somente assim os políticos serão obrigados a responder com ações efetivas às demandas da sociedade.

As empresas devem ficar longe do processo eleitoral, e os cidadãos devem ter o direito de contribuir com quantias limitadas. Por isso, o fundo partidário aprovado pelo Congresso é um exemplo vergonhoso de má governança.

As dinâmicas inerentes ao nosso presidencialismo de coalizão comprometem e subvertem a qualidade da democracia brasileira. Elas produzem serviços de péssima qualidade, contas públicas desequilibradas e instituições de controle ineficientes, além de incentivarem o crime transnacional.

O desafio de reformar o Brasil é imenso. Quem quiser entrar para a política pensando em arrumar as coisas deve ter clareza da guerra que terá de travar. Isso vale para os grupos de jovens que agora se mobilizam à esquerda e à direita.

A disfunção do nosso sistema político não é destino. Basta mudar as regras do jogo para termos resultados melhores. Tal capacidade de renovação é a promessa da democracia. Trinta anos depois da fundação da Nova República, chegou a hora de mudar.

Este ensaio é uma adaptação de um artigo acadêmico intitulado "The Failure of Multiparty Presidentialism" (o fracasso do presidencialismo multipartidário), que sairá no "Journal of Democracy", em 2018.

EDUARDO MELLO, 32, é professor de relações internacionais da FGV. Cursou doutorado na London School of Economics.
MATIAS SPEKTOR, 40, doutor pela Universidade de Oxford, é professor de relações internacionais da FGV e colunista da **Folha**.

O teatro de Michel e Alckmin

Por

Helena Chagas

-

dezembro 4, 2017, ~https://osdivergentes.com.br/helena-chagas/o-teatro-de-michel-e-alckmin/

Temer, Alckmin e Meirelles. Foto Alan Santos/PR

Assim é se lhe parece. Do alto dos 5% de aprovação positiva e dos 1% a 2% que Michel Temer e Henrique Meirelles obtêm em pesquisas como o Datafolha deste fim de semana como eventuais candidatos, o governo resolveu falar grosso com o PSDB na eleição presidencial. Vai ter candidato em 2018 e este não será o tucano Geraldo Alckmin, anuncia. É para valer? Tudo indica que não.

Publicidade

As reuniões deste domingo com os comandantes dos partidos do Centrão, no Jaburu e na residência do deputado Rodrigo Maia, e a entrevista do ministro Henrique Meirelles à Folha foram claramente programadas para dar este recado: se esses tucanos continuarem enjoadinhos do jeito que estão, relutando para votar a Previdência e olhando com ar blasé uma aliança com o PMDB para a eleição presidencial, Michel Temer vai lhes dar uma banana e inventar um candidato – Meirelles, Maia ou o próprio Michel – com outra turma, o Centrão.

Só que todo mundo sabe que política é teatro. E essa estratégia cheira muito mais a um gesto para dar um tranco nesses tucanos emproados do que a uma alternativa política viável. Sobretudo porque a candidatura palaciana depende de um lote na lua. Não exatamente da melhoria dos índices da economia, que devargarzinho vão se levantando, mas sim da percepção do eleitor de que terá havido alguma melhora consistente em sua vida antes de ir à urna.

Isso já é bem mais complicado, e hoje está no campo do imponderável. Até agora, a recuperação não deu sinal de vida nas pesquisas, deixando Michel e seus governistas no mais baixo patamar de popularidade presidencial da história.

Essa estratégia, portanto, parece visar sobretudo a assustar o PSDB. Afinal, para a candidatura Geraldo Alckmin, seria mesmo um estrago ter um concorrente lançado pelo PMDB e pelo Centrão. Ainda que sem chances de vencer, levaria o maior tempo de TV e dividiria os parcos votos que sobraram para os candidatos de centro, imprensados pela polarização Lula-Bolsonaro.

É também teatro, portanto, o aparente desinteresse de Alckmin e companhia por uma aliança com o PMDB de Temer. No fundo, ele quer muito esse tempo de TV, a máquina estadual do partido e o resto de tinta que ainda sobra na caneta de Michel.

Por ironia do destino, a candidatura Geraldo Alckmin depende também do imponderável para vencer essa queda-de-braço e virar candidato do centro: tem que subir rapidamente nas pesquisas até março/abril, saindo dos números modestos de hoje, mostrando que é viável. Afinal, se for para perder feio, a turma

do Temer preferirá perder com tempo na TV para defender seu legado – se é que isso aparecerá até lá – ou se defender da Lava Jato.

Até lá, portanto, é tudo um grande teatro em que o roto tenta provar para o esfarrapado que está mais bem vestido. Mas ambos sabem que só têm chance juntos.

LULA DEVE DESCULPAS AO RIO

Bernardo Mello Franco FSP 12 DEZ

BRASÍLIA - O palanque aceita quase tudo, mas Lula está abusando. Em caravana pelo Rio de Janeiro, o ex-presidente passou a culpar a Lava Jato pela falência do Estado.

Na quarta-feira, ele disse que o povo fluminense "não merece o que está passando". Isso é uma obviedade, o problema veio na frase seguinte. "A Lava Jato não podia fazer o que está fazendo com o Rio", afirmou.

O ex-presidente sustentou que a investigação dos desvios na Petrobras seria responsável pela crise na estatal. "Por causa de meia dúzia que eles dizem que roubaram e ainda não provaram, não podem causar o prejuízo que estão causando", disse.

Se a tese fosse verdadeira, seria melhor deixar que a turma continuasse roubando à vontade. Além de interromper a pilhagem, a Lava Jato já devolveu R$ 1,4 bilhão à empresa.

Nesta quinta, Lula lamentou as prisões de Sérgio Cabral e Anthony Garotinho. "O Rio não merece ter governadores presos porque roubaram", afirmou. Mais uma vez, o problema veio depois. "Eu nem sei se isso é verdade, porque não acredito em tudo o que a imprensa fala", disse.

A esta altura, é mais fácil encontrar um torcedor do São Cristóvão Futebol e Regatas do que um carioca que acredite na inocência de Cabral. O peemedebista já foi condenado três vezes por corrupção, e suas penas somam 72 anos de cadeia.

Quando a Polícia Federal o transferiu do Leblon para Bangu, houve foguetório nas ruas. No mês passado, servidores com salários atrasados distribuíram bolo e salgadinho para festejar o aniversário da prisão.

Lula disputou cinco eleições presidenciais e venceu quatro delas no Rio. Antes de começar a sexta, ele deveria pedir desculpas por ter feito campanha para Garotinho e Cabral.

No ano passado, o PT foi praticamente dizimado no Estado. O partido governava dez municípios e só conseguiu vencer em Maricá, onde Lula esteve na quarta-feira. Antes do comício, a prefeitura recrutou funcionários para ajudar a encher a praça.

REPORTAGEM DO a.b.b. DIRETAMENTE DO PLENÁRIO DO SENADO.

Arnaldo Barbosa Brandão Brandão
Ontem às 11:41 · FACEBOOK

“A história se repete, esse é um dos seus erros”.a.b.b.
O que mais ouço dizerem é que as instituições estão funcionando, então resolvi dar uma espiada no Senado. Debate sobre a formação da comissão que vai devolver a Dilma de onde nunca deveria ter saído. Quem me aparece presidindo o senado? A Rose de Freitas que na época do impeachment do Collor era “namorada” do Secretário de Habitação do Collor, um tal de Ramon ligado ao irmão mais velho do Collor, botou também um outro sujeito no ministério para mexer na lei do inquilinato para beneficiar os locatários de imóveis. Lá se vão 25 anos, comprovando que o senado é um bom emprego.
Debate animado pela Vanessa Graziotin, que pela pesquisa que mandei fazer na agência a.b.b. press, é considerada a pessoa mais chata do senado, perdendo apenas para o Lindberg Farias. O que todos queriam? Impedir que o Anastasia assumisse a relatoria da tal comissão e olha que talvez seja o cara mais preparado por ali(professor de direito constitucional e ex-governador de Minas).
Nestas alturas, O PT, via o Capiberibe tentando desesperadamente atrasar a coisa. Os Capiberibes herdaram o Amapá do Sarney, vão ficar por ali uns 30 anos. Nestas alturas o Renan volta pra mesa. O cara deu uma lanternagem geral, mandou plantar uns fios de cabelo no cocuruto, mas continua ali firme e forte na defesa dos seus interesses e cuidando para não ter que responder a dezenas de processos no Supremo. Pede a palavra o Lindbergh Farias. Haja saco pra o ouvir os berros do garotão que batalhou pelo Impeachment do Collor e agora está ali defendendo a Dilma. Depois ouço a voz delicada da Gleyse Hoffman, casada com ex-ministro Paulo Bernardo do Planejamento (que também anda encrencado),e já condenada em vários processos no Supremo, todos tem foro privilegiado, uma jabuticaba que inventaram pra proteger juízes e outros apaniguados, afinal trabalham demais e ganham muito pouco, sem falar que ocupam meu canal de TV a tarde toda. A Graziotin pede a palavra pra dizer que não é PT e sim do partido do Taekondon(presidente da Coreia do Norte).Nestas alturas, procurei pelo Romário que é da tal comissão, me lembrei que hoje é dia dele jogar futevôlei em Ipanema. Ainda bem que esperamos um placar de basquetebol na votação final. Nestas alturas adentra ao Senado o deputado Tiririca para dizer que abandonou a política, não sei como alguém pode abandonar um lugar onde nunca esteve a não ser para receber o pagamento, mas enfim, de palhaço se aceita qualquer brincadeira, mesmo as de mau-gosto.
É, as instituições estão funcionando.

Este é o pior Congresso da História: nós e eles sabemos por quê
7 de Dezembro de 2017

https://www.brasil247.com/pt/blog/terezacruvinel/330985/Este-%C3%A9-o-pior-Congresso-da-Hist%C3%B3ria-n%C3%B3s-e-eles-sabemos-por-qu%C3%AA.htm

No dia em que uma pesquisa Datafolha apontou a reprovação sem precedentes da população ao atual Congresso (60%), e o patamar mais baixo de aprovação (5%), partiu de um estranho ao ninho parlamentar, que ao se eleger não foi levado a sério, o deputado e ex-palhaço Tiririca, uma pungente despedida do mandato, dizendo-se envergonhado da classe política que não quer mais integrar. Por isso não concorrerá em 2018. Ao longo do dia, entretanto, foram poucos os deputados e senadores que deram o braço a torcer. Como avestruzes, preferiram enfiar a cabeça na areia a comentar a desaprovação revelada pela pesquisa ou a chicotada até branda de Tiririca, que prometeu não contar tudo o que viu em sete anos. Mas nós e eles sabemos o que fez o atual Congresso nos últimos três anos. Por isso nas eleições de 2018 esperamos que o eleitorado traduza sua decepção em uma grande renovação quantitativa e qualitativa das duas Casas.

A rejeição não é ao todo, naturalmente. É à maioria da Câmara e do Senado que, ao longo dos últimos três anos, traiu os que representam e perpetrou seguidos crimes contra a democracia, contra a soberania nacional, contra os interesses populares. Daqui até à eleição, será preciso refrescar a memória do eleitorado lembrando tudo o que fizeram desde que tomaram posse em fevereiro de 2015. Lula, Manuela D´Ávila, Ciro Gomes e outros candidatos a presidente do campo democrático terão que lembrar muito o eleitorado do que fez a maioria do atual Congresso, em que se destacam os seguintes feitos vergonhosos:

A primeira decisão da maioria na Câmara, logo depois da posse, foi eleger Eduardo Cunha como presidente da Casa. Muitos, segundo o delator Lúcio Funaro, venderam seu voto a Cunha. Outros haviam tido suas campanhas financiadas por ele e pagaram a gentileza com o voto.

Logo depois, a maioria rejeitou todas as medidas propostas pela presidente reeleita Dilma Rousseff para reequilibrar as contas públicas, apostando no quanto pior, melhor. Melhor para os planos de Cunha e de todos que já conspiravam para derrubar Dilma.

Ao mesmo tempo, a maioria rejeitada começou a aprovar “pautas bomba” que agravaram a situação fiscal do governo.

Em abril de 2016, a maioria, numa votação que envergonhou o Brasil, pela exposição de sua indigência mental e intelectual, autorizou a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma. Eles sabiam que não havia crime de responsabilidade a ser apurado, e o disseram claramente, dedicando seus votos aos filhos, aos cônjuges e aos animais de estimação.

Já Eduardo Cunha, apesar de todas as evidências de corrupção e de quebra do decoro, foi por longos meses protegido pela maioria, que evitou sua cassação o quanto pode, até que o próprio STF o afastou do mandato.

Em seguida a maioria do Senado aprovou a condenação de Dilma, consumando o golpe parlamentar, na ausência de crime de responsabilidade demonstrado.

A mesma maioria que deu o golpe passou a sustentar o governo de Michel Temer e a aprovar suas medidas regressivas. A primeira foi a mudança na forma de exploração do pré-sal, abrindo as portas para o capital estrangeiro. Depois, a maioria do Congresso aprovou a PEC do teto de gastos, que congelou o gasto público por 20 anos.

A mesma maioria aprovou, em seguida, a reforma trabalhista, que cria os novos párias, os trabalhadores intermitentes, estimula a terceirização e liquida com direitos assegurados pela CLT.

Vendendo votos para Michel Temer, a maioria rejeitou duas denúncias da PGR contra ele. Uma por corrupção passiva, outra por obstrução da Justiça.

A mesma maioria que retirou direitos dos trabalhadores aprovou a premiação de empresários com o Refis, e honrou promessa feita por Temer aos ruralistas, aprovando a MP que perdoa e parcela as dívidas dos grandes proprietários com o Funrural.

Agora, a maioria acaba de aprovar uma MP que concede isenção tributária aos exploradores da cadeira de petróleo e gás, num claro atendimento ao lobby da Shell e petroleiras estrangeiras. O Estado abrirá mão de quase um trilhão de reais em poucos anos. A indústria nacional, especialmente a naval, será sacrificada em favor dos estrangeiros.

A maioria da Câmara, neste momento, resiste a aprovar a reforma previdenciária proposta por Temer. Não quer mais brigas com o eleitorado. Mas agora é tarde. O encontro com os eleitores está marcado e eles, pelo visto, já sabem como responder à maioria, por tudo que ela fez nestes três anos.

-

Brincando com fogo

11 de dezembro de 2017 Marco Aurélio Nogueira

A discussão está posta já faz tempo. As paixões, excitadas ao extremo, falam mais alto que qualquer racionalidade ou sensatez. Os políticos fogem do tema como o diabo da cruz. O governo, por sua vez, entra no jogo do toma-lá-dá-cá, o que gera na opinião pública a sensação de que o problema será tratado como moeda de troca para sabe-se lá o quê.

Foi assim com FHC, com Lula e Dilma. Está sendo assim com Temer. Se nada for feito, será assim com o próximo presidente.

Estamos brincando com fogo na discussão sobre a reforma da Previdência.

Antes de tudo porque ela afeta milhões de brasileiros e pode ter efeito devastador sobre os mais pobres. Basta errar a mão um pouquinho.

Mas também porque é um fato que a expansão das despesas – provocada tanto pela multiplicação inercial dos beneficiários quanto pelo envelhecimento da população – pode comprometer seriamente o que há de Estado de Bem-Estar e arrasar a rede de proteção social no país.

Uma reforma faz-se necessária no mínimo por isso. Se bem calibrada, pode ser um fator de redução da desigualdade, dos privilégios e da injustiça social em que vivemos.

Há um alegado e controvertido déficit. Mas o problema principal é a disparidade entre os termos a partir dos quais são recebidas e usufruídas as distintas pensões e aposentadorias.

Não dá para simplesmente começar do zero e redesenhar de uma só vez todo o sistema. Será preciso não só considerar os "direitos adquiridos" como fazer os devidos descontos para não prejudicar ainda mais os já prejudicados.

É difícil compreender porque há tanta resistência a que se alterem as idades mínimas e o tempo de contribuição. Além de ser um ajuste pequeno, não produzirá prejuízo maior se vier acompanhado da fixação de algum tipo de bônus para quem começou a trabalhar mais cedo ou o fez em condições insalubres, por exemplo.

Outro ponto diz respeito à resistência ainda mais encarniçada para que se mexa na esfera do que vem sendo chamado de "privilégios", que engloba as aposentadorias especiais, o RPPS-Regime Próprio de Previdência dos Servidores, específico dos funcionários públicos, civis e militares, dos três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

É compreensível que os servidores aí envolvidos se inquietem e sejam contrários a uma reforma que venha a afetar o que consideram ser as regras com as quais assinaram os respectivos contratos de trabalho. Mas não é compreensível que não se disponham a discutir o problema. Afinal, a convivência em paralelo do RPPS com Regime Geral de Previdência Social-RGPS cria como que dois países, compostos por pessoas com direitos distintos. O paralelismo pode ter sido justificável nos primórdios da organização da Administração Pública brasileira, mas hoje já não é mais.

O correto é tomar providências para que tal disparidade vá sendo reduzida aos poucos até desaparecer.

Em recente artigo publicado na revista eletrônica *Será?*, a economista Helga Hoffmannenfatiza, com argumentação clara e ponderada, que o regime de pensões e aposentadorias no Brasil é injusto e contribui para a desigualdade, coisa já conhecida mas quase nunca enfrentada a sério. Não se trata de condenar as aposentadorias elevadas, mas sim de compreender que elas somente se convertem em "privilégios" quando são subsidiadas pelos mais pobres. É nesse ponto que nos encontramos.

Hoffmann explica como o funcionamento atual do sistema previdenciário no Brasil faz essa transferência dos mais pobres para os mais ricos.

"Segundo dados de 2016, o déficit do RGPS foi de R$ 150 bilhões, enquanto o do RPPS foi R$71 bilhões. Só que o RGPS paga benefícios a quase 29 milhões de pessoas, enquanto o RPPS banca menos de 1 milhão de aposentadorias e pensões.

Grosso modo, o subsídio da sociedade brasileira à aposentadoria de seu funcionalismo é de R$6 mil por benefício/mês, enquanto é de R$ 430 por benefício/mês o subsídio aos aposentados do setor privado. Como em 2016 o valor médio do benefício do RPPS foi R$9.400 e do RGPS foi R$1.450, vemos que a transferência é proporcionalmente maior no caso das aposentadorias do funcionalismo público. Enquanto no caso do INSS a contribuição recolhida cobre cerca de 70% do benefício, no caso do funcionalismo ela não chega nem a cobrir 40% do benefício".

Ou seja, os impostos são empregados para subsidiar mais o regime de aposentadorias especiais do que o outro. Nas palavras da economista, "a injustiça maior ocorre nesse processo de transferência para cobertura do rombo, pois este é pago pela sociedade em seu conjunto".

Além disso, os elevados gastos com benefícios previdenciários e cobertura dos rombos reduzem o espaço para outras despesas públicas, como o custeio de saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, infraestrutura e saneamento básico.

Uma reforma terá de ser inevitavelmente feita. Agora ou mais à frente. Não somente por causa de déficits e rombos, mas por uma questão de justiça social. Quanto mais tempo levar, mais dolorosa ficará. O país não aguentará ver sua população crescer em velocidade muito menor do que a população de aposentados. Será bom que todos se deem conta disso.

Aumentar a idade mínima não é um castigo, mas uma tentativa de ampliar a sintonia com as mudanças demográficas, que promovem o envelhecimento da população e aumentam a proporção dos inativos. Idem com o tempo de contribuição. Será preciso também, em algum momento, pôr fim às aposentadorias especiais, como a das mulheres, dos professores e dos policiais, a partir do reconhecimento de que não funciona compensar erros de política salarial com aposentadoria mais benevolente. Seria mais correto pagar melhor os professores do que acenar com uma aposentadoria generosa no final da carreira, justamente quando eles se tornam melhores.

O fato é que a reforma da previdência – assim como outras que produzem impacto nos gastos públicos – expressa com clareza meridiana a necessidade que se tem no país de um novo "pacto social", entendido como a constituição de uma plataforma política e legal na qual os brasileiros se reconheçam como parceiros de um mesmo país e delineiem um futuro comum. Gastos públicos precisam ser tratados como elementos geradores de solidariedade e não como simples contabilidade fiscal. É disso que se trata quando se fala em "ajuste fiscal". Estados desajustados não geram solidariedade.

Resistências dedicadas a defender privilégios que somente servem, no fundo, para proteger os que já estão protegidos não levam a nenhum tipo de "pacto".

Nada disso deveria ser associado à "reforma do Temer". Até porque ela, feita como está sendo, destina-se a sinalizar algo para os investidores e não integra nenhum programa de recomposição social. É mais simbólica que efetiva. Para se tornar palatável e ter chances de aprovação, a proposta do governo foi desidratada. Afeta parte pequena dos trabalhadores e não põe ordem no sistema. Melhor assim, mas desde que se discuta a fundo a questão durante o processo eleitoral que se avizinha.

Precisamos ir além. Pôr na mesa o que imaginamos ser uma "boa e justa sociedade" e ver de que maneira podemos nos aproximar dela. Não há reformas previdenciárias que possam ser feitas sem que alguém se sinta ou seja prejudicado. Mas há como

agir para que os eventuais prejuízos sejam distribuídos com algum critério de justiça e igualdade.

Deixar que o ônus continue caindo sobre os mais pobres e que o sistema fique inviável a ponto de comprometer as gerações futuras é uma demonstração de incapacidade política e cegueira cívica. Revela uma sociedade sem disposição para tomar decisões que digam respeito ao que ela imagina dever ser um padrão de solidariedade entre classes, gerações e profissões.

POR UMA FRENTE DOS QUE GOSTAM E DOS QUE NÃO GOSTAM DO LULA

Por Gilberto Maringoni

ESQUEÇA os R$ 51 milhões nas malas de Geddel.

Esqueça a outra mala, nas mãos de Rocha Loures.

Faça vistas grossas aos R$ 38 bilhões a serem torrados na compra de votos para a Previdência.

Deixe de lado a aprovação do PL que suspende o pagamento de R$ 1 trilhão das petroleiras internacionais em tributos.

Não se preocupe com o escândalo JBS, com a suspensão da multa de R$ 25 bilhões do Itaú, com a venda da Eletrobrás, com o desemprego de dois dígitos, com nossa tragédia social.

O que importa agora é que vão pegar o acusado de ter ocultado um triplex no Guarujá. Ele apresentou provas contrárias, mas contra cabeça de juiz não há evidências.

O TRF-4, de Porto Alegre, marcou o julgamento do acusado, líder isolado nas intenções de voto, para o dia 24 de janeiro. A base legal – ironia das ironias – é a Lei da Ficha Limpa, sancionada pelo próprio acusado há sete anos.

Marcaram num tempo sonolento, entre o ano-novo e o carnaval. Os estudantes estarão de férias.

Encurtaram prazos, passaram por cima da ordem habitual dos processos e – tudo indica – vão condenar o homem, que ficará inelegível.

Logo este homem.

Logo Lula, que sempre buscou dar segurança aos mercados. Logo Lula, que não tocou nos interesses dos donos do dinheiro.

Nem isso a turma da casa grande aceita. Não aceita por saber que Lula tem algo que eles não tem: uma formidável base popular que, em determinadas situações, pode se tornar incontrolável. Isso, apesar de todo esforço de Lula em evitar o confronto.

Lula confiou nos de cima, achou que eram amigos e eles vêm a mostrar que em luta de classes não tem conversa. Não deram o golpe à toa. Não deram o golpe para fazer marola.

Admiro a figura histórica de Lula e a marca profunda que há quarenta anos imprime n vida nacional. Ele não é meu ídolo, mas não há liderança popular com a ele se ombreie no Brasil.

Condenar Lula significa transformar o país numa esbórnia.

Num escracho.

Numa mazorca.

Num lupanar cívico.

Condenar Lula significa fraudar as eleições de 2018.

Condenar Lula significa o golpe dentro do golpe.

Por isso, agora é hora da frente dos que gostam e dos que não gostam de Lula – mas que estão com a democracia – contra algo que atinge a quase todos.

É hora da frente ampla contra a segunda fase do golpe!

Renato Janine Ribeiro FB 11 de dezembro às 12:55 ·

Um rolê por uns artigos bons para quem quer pensar a política, sobretudo a de esquerda:
1. Celso de Barros sugere que Lula não conseguirá governar, com a plataforma que está apresentando agora.
2. Nelson Barbosa, que foi ministro da Dilma, diz como deveria ser a reforma da Previdência.
3. Bernardo Sorj analisa a candidatura Alckmin, por um PSDB dilacerado entre o apoio a Temer e seu histórico.
4. Kennedy Alencar sugere que o PSDB está admitindo a candidatura Lula à presidência.
5. Maria Cristina Fernandes conta que Sarney está lutando para que a candidatura Lula ocorra.

Recomendo todos os artigos. Sao mto bons.

Esquerda prepara caminho para campanha em tempo de crise

José Antônio Severo - novembro 10, 2017

11 Dezembro 2017 - http://www.ihu.unisinos.br/eventos/78-noticias/574509-discurso-da-esquerda-nao-da-a-lula-a-menor-chance-de-fazer-bom-governo

Sarney: se Lula não concorrer, cadê a legitimidade?

Maria Cristina: Lula pode ser o maior cabo eleitoral, se não for candidato publicado 07/12/2017

---

https://www.conversaafiada.com.br/brasil/sarney-se-lula-nao-concorrer-cade-a-legitimidade

---

Sarney: se Lula não concorrer, cadê a legitimidade?

Maria Cristina: Lula pode ser o maior cabo eleitoral, se não for candidato

publicado 07/12/2017

https://www.conversaafiada.com.br/brasil/sarney-se-lula-nao-concorrer-cade-a-legitimidade

O conselho de Sarney

(...) (Sarney) Diz que Lula está para atingir um patamar que levaria sua exclusão a manchar de ilegitimidade a disputa eleitoral, além de aumentar a insegurança da legião de investigados que batem ponto na capital federal. Se Lula ficar de fora, como Aécio Neves, Romero Jucá, Renan Calheiros poderão disputar? Se o petista puder concorrer, que ficha corrida estará impedida de se candidatar? Lembrado de que, numa eleição com Lula, tudo pode acontecer, até o ex-presidente ganhar, pondera que sua rejeição não lhe permite ser considerado imbatível num segundo turno. Afastado do petismo desde o final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando foi flagrado por um fotógrafo na cabine eleitoral em cena que sugeria voto em Aécio Neves, Sarney faz uma conta de padeiro. É a mesma que todos os postulantes, de Minas Gerais para cima, já conhece. Lula até pode não ter votos para voltar à Presidência da República, mas será o maior cabo eleitoral de 2018. Tome-se, por exemplo, o que pode vir a acontecer no Maranhão com a família Sarney se o petista for excluído da campanha.

O patriarca quer a filha Roseana (PMDB) no quinto mandato à frente do Estado, contra a reeleição do governador Flávio Dino (PCdoB). O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho (PV), condenado a disputar eternamente a Câmara dos Deputados pela precedência da irmã, também teria a oportunidade de concorrer, pela primeira vez, a uma vaga no Senado. Até o filho Fernando, hoje vice-presidente da CBF, poderia estrear nas urnas como suplente de senador se o pai resolver encarar mais uma disputa majoritária no Amapá. Nada como esperar o dia amanhã com um foro privilegiado.

O palanque de Lula no Estado é o de Flávio Dino (PCdoB). Um dos autores da Lei da Ficha Limpa, o governador conhece como poucos o trâmite da impugnação eleitoral dela decorrente. Pela sucessão de recursos dos quais Lula pode vir a lançar mão, Dino dá por certo que o ex-presidente, no mínimo,

manteria sua candidatura até o fim de agosto. O governador acaba com convergir com seu principal adversário: "No pior das hipóteses, se confirmaria um processo de exclusão ilegítima".

Ouviu de uma eleitora de seu Estado, que o 'velhinho' deve voltar, sinal de que Lula repetiria o queremismo de Getúlio Vargas, embalado, em 1951, pelo jingle de Francisco Alves ("Bota o retrato do velho outra vez, bota no mesmo lugar"). Da classe média que se descolou do lulismo, Dino diz que os efeitos de reformas governistas como a trabalhista se encarregará de devolver os votos. Reconhece que os desempregados mais pobres podem preferir um trabalho intermitente a nada, mas cita a demissão em massa nas faculdades Estácio de Sá, para recontratação sob as novas regras, como exemplo com potencial de atração do eleitor de classe média lulista desgarrado. É difícil imaginar que o professorado seja este eleitor desgarrado do petismo, mas a moda pode pegar no resto da economia.

Nada disso pode reverter uma decisão judicial em última instância e sem possibilidade de embargos ou recursos. Mas se o caldo for de insatisfação e Lula ficar impedido, seu potencial de transferência de votos, que já é o maior do mercado, ficaria potencializado. A opção do ex-presidente pelo ex-prefeito de São Bernardo, Luiz Marinho, para disputar o governo de São Paulo, apenas sacramenta a ideia de que o ex-prefeito da capital, Fernando Haddad, é mantido como reserva estratégica do lulismo. A lei permite a troca do candidato do partido até 20 dias antes da eleição.

É este o cenário que parece preocupar Sarney. Nos Estados em que Lula é mais popular, o governo Michel Temer não tem como esperar que seus aliados possam vir a comemorar sua exclusão. Tirante Jair Bolsonaro, que faz surgir comitês espontâneos no Nordeste, os demais candidatos custam a empolgar, ainda que seja cedo para dizer que Marina não possa vir a crescer como terceira via. A ex-senadora correu para se lançar na esteira da desistência de Luciano Huck e buscar o partido (PPS) que oferecera abrigo ao apresentador. É uma candidatura que enfraqueceria o grupo do PSB favorável ao ex-ministro Joaquim Barbosa. Ao visitar Pernambuco em data que o governador, Paulo Câmara (PSB), estava em viagem, o governador Geraldo Alckmin explicitou as

dificuldades em ter o PSB ao seu lado. Se, além de São Paulo e Pernambuco, o PT também acenar com apoio ao PSB no Distrito Federal, ficará mais difícil tirar o PSB do lado de Lula. Com o apoio, em graus variados, dos senadores Renan Calheiros (AL), Eunício Oliveira (CE) e Ciro Nogueira (PI), os petistas rumam para lacrar o Nordeste.

O governador do Maranhão tem vice tucano, mas não duvida que o PSDB terá palanque próprio no Estado. Torce para que Temer conclua o seu, em torno de Roseana, e lhe transfira toda sua popularidade. Daí porque Sarney tem estimulado tantas candidaturas governistas que, somadas, não alcançam dois dígitos. Dissipa o vínculo dos candidatos da base aliada com o governismo e evita que o antilulismo ricocheteie e os atinja.

Esquerda prepara caminho para campanha em tempo de crise

José Antônio Severo novembro 10, 2017, 17:48

O artigo do ex-czar da economia no governo de Dilma Rousseff, professor Nelson Barbosa, na Folha de São Paulo de hoje, caiu como uma bomba nos arraiais da esquerda tonitruante. Desculpem-me os leitores a batida frase de efeito, mas não há outra para descrever o impacto desse texto, na manhã de sexta-feira, quando as ideias do ex-ministro da Fazenda ganharam as ruas (e chegaram às cabeças confundidas com o conteúdo que se lia).

Para espanto geral, o economista mais falado para ser o chefe da equipe econômica no próximo governo petista diz, com todas as letras, que o projeto de reforma da previdência enviado pelo governo atual ao Congresso (o projeto original, não este mutilado por concessões que entra na pauta da Câmara dos Deputados) vinha do governo Lula e depois mantido por Dilma Rousseff e que, agora, faz nova investida destinada ao fracasso pelo administrador remanescente da aliança de 2010/14, o atual presidente Michel Temer.

A começar pelo tratamento dado pelo articulista ao chefe do executivo: “O governo Temer entrou em sua fase final”, diz Barbosa, esquecendo-se dos epítetos obrigatórios nas manifestações petistas, tais como “ilegítimo” e “golpista”, para falar dos mais amenos.

Dois pontos devem ser pinçados dessa reflexão de Nelson Barbosa: uma reforma profunda é inevitável e, também, o sistema contém uma “injustiça distributiva”, ele diz, referindo-se aos “privilegiados” do setor público, neste momento sob ataque. De fato, os “marajás” do funcionalismo inativo venceram todas as batalhas desde sempre e nunca perderam suas vantagens, efetivamente assim chamadas, pois catapultam valores a alturas estratosféricas.

Chama atenção à referência de Barbosa aos movimentos nos governos anteriores, que eram integrados por Michel Temer como vice-presidente, sugerindo que haveria uma continuidade. Neste sentido, essa colocação deve ser aproximada das recentes declarações do candidato Lula, com afagos aos peemedebistas, o tal “perdão” aos “golpistas”, que vêm estarrecendo a militância perplexa.

Neste ponto, para respaldar o raciocínio do repórter, vale a reprodução na íntegra do argumento do ex-ministro: “As principais linhas da reforma devem ser a recuperação da receita do INSS, o aumento do tempo mínimo de contribuição, a fixação de idade mínima para a aposentadoria e, mais importante: o alinhamento entre as regras aplicáveis a trabalhadores do setor público e do setor privado”.

Parece Henrique Meirelles falando, não fosse o atual ministro egresso da administração petista, como se constata no argumento seguinte de Barbosa, a saber: “Tudo isso já fazia parte da proposta de reforma de Previdência em construção pelo Ministério da Fazenda no início de 2016. Ela foi incorporada pela atual administração, com menos ênfase no aumento de arrecadação”. A reforma do Meireles seria a mesma da Dilma?

O ponto mais assustador para os políticos em geral, não só os petistas, que terão de enfrentar o problema e depois sair às ruas pedindo votos são os chamados

privilégios dos funcionários, ou, como se diz no sindicalismo, as “conquistas” dos servidores públicos. Esta é uma missão impossível, tamanho o poder desse estamento no estado brasileiro e, por conseguinte, na sociedade. Será uma dificuldade.

A verdade é que mexer nos privilégios dos funcionários da Coroa é impossível desde os tempos coloniais. O Brasil, já a partir dos anos 1500, foi um país muito estranho e bem diferente de seus vizinhos hispânicos.

Assim foi e continua sendo. As escolas superiores criadas no alvorecer da Independência, as faculdades de Direito de Olinda e São Paulo não visavam formar advogados, mas administradores públicos. Substituía a Universidade de Coimbra. O País dos bacharéis.

Vieram novos institutos, mas o princípio continua vigorando. Nunca os governos e parlamentos conseguiram quebrar essa condição: nem na República, nem em 1930, nem em 1964 e muito menos a tentativa atrapalhada e trágica do ex-presidente Fernando Collor. É uma elite inexpugnável que derruba qualquer reforma, venha de onde vier. Isto é uma realidade política.

Quem não se lembra do recém-empossado presidente Lula chegando ao Congresso com um ônibus cheio de governadores para fazer a grande reforma? Nem mesmo o presidente mais popular da História deste país conseguiu resultado. Quanto da desestabilização de Dilma não estaria submersa na informação do ex-ministro Nelson Barbosa dos termos de uma reforma que ela pretenderia oferecer ao Congresso?

Barbosa adverte aos candidatos da vertente esquerdista: “Mesmo com os avanços dos últimos anos, todos eles nos governos do PT, ainda é preciso fazer mais na Previdência. Esse assunto precisa ser debatido agora e em 2018, pois parte da atual desconfiança popular nos políticos vem da diferença entre discursos de campanha e medidas adotadas após as eleições”.

E continua: “Os avanços dos governos petistas nessa direção são relembrados: “Lula iniciou seu governo com uma reforma sobre os servidores civis fixando

idade mínima e criando contribuição de inativos, que, apesar de não resolver todo o problema, estabilizou o gasto federal com esses benefícios em proporção do PIB.

Dilma também adotou medidas estruturais, como a criação do fundo de pensão para novos servidores civis, em 2012, e a mudança nas regras de concessão de novas pensões pormorte e auxíli0-doença pagos pelo INSS, em 2015".

Esforços nesse sentido já vinham do governo do PSDB, mas também fracassaram no legislativo, como rememora Barbosa: "Há várias formas de reformar as aposentadorias, como indica nossa história recente. Por exemplo, depois de perder a votaçãopor um voto, FHC criou o fator previdenciário, o que aumentou o déficit do INSS no curto prazo e não resolveu o problema de longo prazo (mas não conte isso a tucanos)".

A conclusão é de que o artigo de Barbosa é um documento politico muito importante neste momento (tal como o artigo dos intelectuais tucanos, Bolívar, Arida e Bacha), e visa preparar seus correligionários para o gosto amargo do fel da realidade fiscal do Brasil.

Assim como Lula reverte o discurso para chamar de volta seus aliados eleitorais e companheiros de governabilidade, o PMDB de Michel Temer, o ex-ministro adverte que o PT terá de desembarcar de certas corporações para conseguir fazer alguma coisa quando voltar ao governo em 2019: "Nesse caso, como a esquerda enfrentará a reforma da Previdência se vencer as eleições de 2018? A solução não é fazer o discurso equivocado de que não há déficit para, depois da corrida eleitoral, apresentar uma proposta de reforma. A Previdência tem déficit, e os eleitores merecem um tratamento objetivo dessa questão".

Aparentemente as vertentes dos partidos de esquerda esperariam de Temer o sacrifício político de vencer no Congresso e impor ao país uma reforma da previdência intragável do ponto de vista eleitoral. Considerando que o atual presidente da República não tem aspirações eleitorais futuras, ele ficaria com o ônus da impopularidade e a glória da História.

Entretanto, deu tudo errado, como sugere Barbosa: “Hoje, a perspectiva de reforma da Previdência é muito mais incerta, como admitiu o próprio presidente nesta semana. Mesmo que se aprove alguma coisa, provavelmente o próximo governo terá de voltar ao tema”.

E complementa: “Até a eclosão das denúncias contra o presidente Temer, em maio, tudo indicava que seria possível avançar no tempo de contribuição e idade mínima”, acrescentando: “No caso dos “privilégios adquiridos” por servidores públicos, a resistência usual das corporações de Estado tendia a barrar o alinhamento maior dos dois regimes previdenciários, mas esse é um processo longo”, escreve Nelson Barbosa.

REVISTA IHU ON-LINE

Comunicar erro

http://www.ihu.unisinos.br/eventos/78-noticias/574509-discurso-da-esquerda-nao-da-a-lula-a-menor-chance-de-fazer-bom-governo

MPVM - 3º Domingo do Advento - Ano B - “Ficai sempre alegres!” (1Tes 5,16)

11 Dezembro 2017

“O discurso atual da esquerda não dá a **Lula** a menor chance de fazer um bom governo. Se a esquerda preferir perder a mudar esse discurso, eu sugiro que lance um candidato que não tenha 35% das intenções de voto”, escreve Celso Rocha de Barros, doutor em sociologia pela Universidade de Oxford, em artigo publicado por **Folha de S. Paulo**, 11-12-2017.

“Pela primeira vez na vida, - afirma o articulista - não devo votar em **Lula**, ao menos no primeiro turno. Mas isso não será por achá-lo radical. É porque não acho correto apoiar um presidente que quer acabar com a **Lava Jato** só porque ele implementaria as políticas públicas de minha preferência. Isso é coisa de quem apoiou o impeachment”

Eis o artigo.

Líder nas pesquisas com o dobro das intenções de voto do segundo colocado, Lula vem discursando em um tom que parece perfeitamente adequado para quem acha que será impedido pela **Justiça** de disputar a eleição presidencial.

Seus últimos pronunciamentos parecem perfeitamente calculados para oferecer aos candidatos do PT uma plataforma **anti-Temer** e **anti-reforma** que, a esta altura, é bastante popular. Um discurso mais à esquerda também parece uma boa ideia para manter o **PT** na briga pela liderança da esquerda brasileira, atualmente em disputa. A virada à esquerda de **Lula** faz sentido estrategicamente, e é o que eu faria no lugar dele, se achasse que não poderia concorrer.

O problema é o seguinte: e se puder concorrer? E se ganhar?

Aí o discurso atual será um problema. Vai ser muito difícil governar repetindo lemas recentes da esquerda como "não há deficit na Previdência". As **contas públicas**precisam ser ajustadas, a **Previdência** precisa ser reformada. Há uma recuperação bastante tímida em curso na economia, e ela não pode ser posta em risco. O jogo político brasileiro precisa ser normalizado, o que se conseguirá com mais moderação, não com menos.

Era até de se esperar que a queda da **esquerda**, após treze anos no governo, fosse seguida de um período de declínio no nível de seu discurso. Picaretagens ideológicas que rastejavam ali pelas margens do discurso, sempre protegidas do teste da prática por sua inviabilidade política, ganharam espaço na conversa. Também há mais moderados do que radicais entre os petistas acusados de corrupção, o que favorece a retórica bastante sectária dos últimos documentos do partido. Uma certa crise de identidade era previsível.

Mas o impeachment foi uma operação tão desastrada que há uma possibilidade real da esquerda vencer agora, logo quando está começando a gostar de ser oposição. Se o plano for ganhar, é hora de interromper a terapia de grupo e voltar a pensar como governo.

“É preciso adotar um discurso sobre economia que reúna o companheiro lé com o companheiro cré. O outro lado foi burro o suficiente para levar o MBL a sério; nós não devemos fazer o mesmo com nossos próprios MBLs”

Tweet

Ninguém precisa pedir desculpas por ter defendido o mandato de **Dilma**, ou por ter feito oposição a **Temer** — eu não peço. Mas é preciso adotar um discurso sobre economia que reúna o companheiro lé com o companheiro cré. O outro lado foi burro o suficiente para levar o MBL a sério; nós não devemos fazer o mesmo com nossos próprios **MBLs**.

Lula governou o **Brasil** por oito anos como moderado, e governou bem. Tem 35% das intenções de voto porque os pobres viveram muito melhor durante seu governo sem que o sistema passasse por maiores turbulências. Fora da bolha do comentariado, ninguém acredita que esteja à mesma distância do centro que Jair Bolsonaro.

Mas o discurso atual da esquerda não dá a Lula a menor chance de fazer um bom governo. Se a esquerda preferir perder a mudar esse discurso, eu sugiro que lance um candidato que não tenha 35% das intenções de voto.

Pela primeira vez na vida, não devo votar em **Lula**, ao menos no primeiro turno. Mas isso não será por achá-lo radical. É porque não acho correto apoiar um presidente que quer acabar com a **Lava Jato** só porque ele implementaria as políticas públicas de minha preferência. Isso é coisa de quem apoiou o **impeachment**.

Não fosse por isso, votaria em um **Lula** moderado sem piscar. É uma pena que uma alternativa assim ainda não tenha se apresentado ao eleitorado para 2018.

Leia mais

- A jararaca vai para o pau
- Lula quer fazer nova carta aos brasileiros
- O perdão estratégico de Lula aos golpistas
- A tragédia do Brasil hoje: só Lula e o neopentecostalismo falam à grande massa dos pobres. Entrevista especial com Adriano Pilatti
- Carta ácida de Palocci testa, mais uma vez, capital político de Lula e do PT
- PT estuda boicotar eleições de 2018 se Lula não puder ser candidato
- "Palocci compromete credibilidade de Lula, mas há que ter cautela", diz Frei Betto
- Mar de gente como escudo para campanha de Lula, alvo de nova denúncia
- Caravanas de Lula e de Getúlio Vargas: semelhanças e diferenças 67 depois
- Ao lado de Lampião e Padre Cícero, Lula é figura mais presente em cordéis, diz autor
- As caravanas, de Chico e Lula
- Moro condena Lula, a disputa pela agenda pré-2018 e o múltiplo conflito
- Argumento de Lula em defesa de Temer é falso
- Podem as urnas absolver Lula?
- Os governos do PT reduziram ou não a desigualdade?
- Para ter futuro, PT precisa resolver o passado, diz estudioso

EXCLUSIVO: REQUIÃO DEVE SER VICE NA CHAPA DE LULA

HTTPS://WWW.BRASIL247.COM/PT/247/PARANA247/332200/EXCLUSIVO-REQUI%C3%A3O-DEVE-SER-VICE-NA-CHAPA-DE-LULA.HTM

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) deve ser candidato a vice-presidente na chapa com o ex-presidente Lula para as eleições do próximo ano; conforme apurou o 247, Requião como vice de Lula foi defendido na noite dessa quarta-feira, 13, em um jantar com senadores de oposição ao governo de Michel Temer; os maiores defensores da chapa Lula-Requião foram os senadores Lindbergh Farias, líder do PT no Senado, e Renan Calheiros (PMDB-AL); Requião é um dos mais combativos senadores em defesa das riquezas nacionais e contra o desmonte do estado promovido por Michel Temer e o fortalecimento de seu nome ocorre no momento em que a direita tenta judicializar a disputa presidencial de 2018 e barrar a candidatura de Lula

14 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 11:47 // INSCREVA-SE NA TV 247
Ouça este conteúdo0:00100%Audima

247 - O senador Roberto Requião (PMDB-PR) deve ser candidato a vice-presidente na chapa com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as eleições do próximo ano.
Conforme apurou o **247**, Requião como vice de Lula foi defendido na noite dessa quarta-feira, 13, em um jantar com senadores de oposição ao governo de Michel Temer. Os maiores defensores da chapa Lula-Requião foram os senadores Lindbergh Farias, líder do PT no Senado, e Renan Calheiros (PMDB-AL).
Roberto Requião é presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional e um dos mais combativos senadores em defesa das riquezas nacionais e contra o desmonte do estado promovido por Michel Temer.

O fortalecimento de seu nome numa corrida presidencial também ocorre no momento em que a direita tenta judicializar a disputa presidencial de 2018 e barrar a candidatura de Lula.

Eugenio Giovenardi

.

CARTA A LULA

11.12.2017

CARO LULA,

Votei teu nome, em 2002, para presidente da república, na esperança de construirmos um país menos desigual e sem medo de ser feliz.

Lula, tu mexeste com o Brasil. Mexeste com o mundo. Ainda hoje, parte do Brasil reconhece o muito que fizeste. E meio mundo ainda acredita que es o cara.

Guarda esse troféu. É teu, caro torneiro. É pessoal e intransferível. Poucos brasileiros o conseguiram.

Ouço, leio e vejo que pretendes voltar à presidência do país. Antes da decisão, lembro-te um provérbio chinês: NUNCA VOLTES AO LUGAR ONDE FOSTE FELIZ.

Esse lugar mudou, Lula. Não existe mais.

Aceite com orgulho, no meio dos revezes, o patrimônio cívico que construíste.

Não voltes ao lugar que já não existe.

~

Lula deveria desistir da eleição, pelo bem da esquerda e do Brasil

https://storia.me/pt/@m.juliboni/lula-deveria-desistir-da-cq0rd

Márcio Juliboni

Se disputar à base de liminares, Lula trará uma infernal insegurança jurídica à eleição, retardará a renovação de lideranças e jogará a economia novamente no coma

Hora do adeus: eleição virou questão pessoal para Lula, o que é um erro (Foto: Divulgação)

Numa reunião com deputados federais e senadores petistas em Brasília, nesta quarta-feira (13), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu “brigar até as últimas consequências” para provar sua inocência na Lava Jato e garantir mais quatro anos na Presidência. Segundo a Folha de S.Paulo, suas palavras foram: “a única coisa que não quero é ser condenado inocente. Por isso, vou brigar até as minhas últimas consequências, porque eu sei que o objetivo é tentar evitar que o PT volte ao governo.” Mesmo que, nesse evento, falasse para ovelhas convertidas, não há motivos para supor que blefasse. Tudo indica que Lula e seu exército de advogados e militantes lutarão até o último homem. Goste-se ou não, ele tem direito à plena defesa, como todo mundo. Mas, se Lula está tão preocupado com o Brasil, quanto diz estar, o melhor seria desistir logo da candidatura, abrir caminho para um sucessor e se concentrar na reconstrução do PT e na redução da insegurança jurídica da eleição de 2018. Seria bom para ele, para o PT e, sobretudo, para o país.

Dos dois pontos citados acima, obviamente, o mais importante para os brasileiros é a possibilidade de o próximo presidente ser decidido pelo STF, e não pelas urnas. Isto porque, se Lula cumprir sua promessa, é muito provável que atravesse a campanha toda à base de liminares e outros recursos que a criatividade de seus advogados inventar. O motivo é que, embora negue publicamente, a cúpula petista dá como certa sua condenação em segunda instância, no julgamento marcado para 24 de janeiro. Com isso, Lula já poderia ser preso. Mesmo que não seja (a prisão é permitida, mas não obrigatória), se tornará inelegível pela Lei da Ficha Limpa. No máximo, se a decisão do Tribunal Regional Federal não for unânime, a defesa do ex-presidente conseguirá um tempo extra, por meio de embargos infringentes.

Disco riscado

Agora, imagine você como entraremos em 2018, com o principal candidato à Presidência condenado em segunda instância e amparado por uma guerra de liminares. Ora, Lula poderá fazer campanha, porque um juiz qualquer acatou seu recurso. No instante seguinte, alguém da oposição ou do Ministério Público Federal cassa a liminar e Lula oficialmente perde o direito de concorrer. Na tréplica, a defesa de Lula encontra outra brecha e o recoloca na corrida. Previsivelmente, alguém achará uma falha na brecha e derrubará a nova liminar, tornando o petista inelegível outra vez. Pelo andar da carruagem, será assim durante toda a campanha, no que depender da disposição do ex-presidente. Ora, o PT terá candidato; ora, não. Ora, os eleitores terão a opção de votar em Lula; ora, não. Ora, os empresários farão seus cenários com Lula na disputa; ora, não. Ora, os candidatos do PT a outros cargos poderão distribuir santinhos posando ao lado da estrela-mor do partido; ora, não. Resumindo, será um inferno...

Quanto mais o tempo passar nesse rame-rame, pior será para o Brasil. O ideal para Lula é empurrar essa briga jurídica o quanto puder. Agora, suponha que ele consiga chegar à eleição numa situação indefinida: condenado em segunda instância, mas amparado por uma liminar. O que acontece, se ele passar para o segundo turno e a liminar cair? O seu adversário é automaticamente eleito presidente por W.O.? O terceiro colocado vai para a etapa final disputar a cadeira? E se, entre o primeiro e o segundo turnos, Lula obtém novo recurso? Volta tudo como era? E se ele vencer a eleição, mas for definitivamente condenado antes da diplomação de presidente (portanto, antes de ter direito a foro privilegiado)? Anulam-se as eleições? Faz-se um novo segundo turno? Passa-se a faixa para o vice de Lula? Para o segundo colocado na disputa?

Como se vê, a teimosia de Lula em continuar beneficia apenas a si próprio. Tantas dúvidas jurídicas causarão uma insegurança monumental, que paralisará o Brasil até que sejam respondidas. Neste meio tempo, os movimentos sociais aliados ao PT, como o MST e o MTST, bem como centrais sindicais, provavelmente tentarão arrastar o povo para as ruas, a fim de pressionar a justiça, a opinião pública etc. Ao defenderem incondicionalmente Lula, esses atores estarão apenas dando um tiro de bazuca no pé, ao estimular uma radicalização que, no limite, pode favorecer apenas o candidato oponente – hoje, o ex-militar Jair Bolsonaro.

Estrela solitária

Além disso, o petista já não é o líder inconteste da esquerda. Fora os movimentos que sempre lhe foram leais, alguns partidos e militantes da esquerda já o contestam ou, no mínimo, o colocaram na geladeira. O ex-governador do Ceará Ciro Gomes, por exemplo, era visto como o plano B do PT,

caso Lula não possa concorrer. Em declarações de vídeo e à imprensa, Ciro atacou duramente a insistência do petista e deu uma prova cabal de que não está nem aí para ele. O PCdoB, outro antigo aliado, já lançou a pré-candidatura de Manuela D'Ávila ao Planalto. Sem contar as articulações de alas petistas com políticos de outras legendas para criar um "novo campo de esquerda". O quadro se agrava, quando se constata que a sombra de Lula não permitiu que nenhuma outra liderança petista pudesse surgir. É nessas horas, que ela faz falta. Um "segundo Lula" poderia tomar para si a candidatura, com o compromisso de defender publicamente o legado do ex-presidente.

Ao mesmo tempo, nenhum empresário ou investidor colocará um tostão no Brasil, antes de saber onde tudo isso terminará. A economia, que se recupera a passos de ameba, mais por inércia do que por mérito de Michel Temer e Henrique Meirelles, voltará ao coma. Tudo somado, a presença de Lula na campanha atrapalha muito mais, do que ajuda o Brasil neste momento. O ideal seria que se retirasse para defender sua inocência no lugar apropriado – a Justiça – e não nas urnas.

POR UMA FRENTE DOS QUE GOSTAM E DOS QUE NÃO GOSTAM DO LULA

Por Gilberto Maringoni

ESQUEÇA os R$ 51 milhões nas malas de Geddel.
Esqueça a outra mala, nas mãos de Rocha Loures.
Faça vistas grossas aos R$ 38 bilhões a serem torrados na compra de votos para a Previdência.
Deixe de lado a aprovação do PL que suspende o pagamento de R$ 1 trilhão das petroleiras internacionais em tributos.
Não se preocupe com o escândalo JBS, com a suspensão da multa de R$ 25 bilhões do Itaú, com a venda da Eletrobrás, com o desemprego de dois dígitos, com nossa tragédia social.
O que importa agora é que vão pegar o acusado de ter ocultado um triplex no Guarujá. Ele apresentou provas contrárias, mas contra cabeça de juiz não há evidências.
O TRF-4, de Porto Alegre, marcou o julgamento do acusado, líder isolado nas intenções de voto, para o dia 24 de janeiro. A base legal – ironia das ironias – é a Lei da Ficha Limpa, sancionada pelo próprio acusado há sete anos.
Marcaram num tempo sonolento, entre o ano-novo e o carnaval. Os estudantes estarão de férias.
Encurtaram prazos, passaram por cima da ordem habitual dos processos e – tudo indica – vão condenar o homem, que ficará inelegível.
Logo este homem.
Logo Lula, que sempre buscou dar segurança aos mercados. Logo Lula, que não tocou nos interesses dos donos do dinheiro.
Nem isso a turma da casa grande aceita. Não aceita por saber que Lula tem algo

que eles não tem: uma formidável base popular que, em determinadas situações, pode se tornar incontrolável. Isso, apesar de todo esforço de Lula em evitar o confronto.
Lula confiou nos de cima, achou que eram amigos e eles vêm a mostrar que em luta de classes não tem conversa. Não deram o golpe à toa. Não deram o golpe para fazer marola.
Admiro a figura histórica de Lula e a marca profunda que há quarenta anos imprime n vida nacional. Ele não é meu ídolo, mas não há liderança popular com a ele se ombreie no Brasil.
Condenar Lula significa transformar o país numa esbórnia.
Num escracho.
Numa mazorca.
Num lupanar cívico.
Condenar Lula significa fraudar as eleições de 2018.
Condenar Lula significa o golpe dentro do golpe.
Por isso, agora é hora da frente dos que gostam e dos que não gostam de Lula – mas que estão com a democracia – contra algo que atinge a quase todos.
É hora da frente ampla contra a segunda fase do golpe!

pós reforma, juiz condena ex-funcionária a pagar R$ 67,5 mil ao Itaú

13/12/2017

A 2ª Vara do Trabalho de Volta Redonda (RJ) condenou uma ex-funcionária do Itaú Unibanco a pagar R$ 67,5 mil ao banco para pagar bonificações dos advogados (oficialmente chamados de honorários sucumbenciais).

A ação foi ajuizada em 11 de julho, mas a decisão do juiz Thiago Rabelo da Costa, publicada no final de novembro, usou como base as novas regras da reforma trabalhista que entraram em vigor em 11 de novembro.

Com a nova lei, se perde a ação, o trabalhador pode ter que arcar com honorários e outras despesas, o que não acontecia na legislação anterior.

O banco disse que não vai se manifestar sobre o caso. O escritório de advocacia Ferrareze e Freitas, que responde pela defesa da bancária, não retornou ao contato da reportagem. A ex-funcionária, que era gerente comercial em uma agência em Volta Redonda, não foi localizada para comentar a decisão.

Juiz aumentou o valor da ação de R$ 40 mil para R$ 500 mil.

Na ação, a ex-funcionária pedia R$ 40 mil do banco por uma série de direitos que teriam sido desrespeitados. O juiz considerou esse valor incoerente, e aumentou para R$ 500 mil –porém, essa mudança de valor afeta a trabalhadora se ela ganhar e também se ela perder a ação.

O juiz decidiu a favor da ex-bancária em um dos pedidos: falta de concessão de 15 minutos de intervalo entre a jornada normal e as horas extras. Por outro lado, considerou que não procediam os demais pedidos (acúmulo de função, abono de caixa, horas extras, intervalo de digitador, dano moral por assédio e danos materiais).

Além disso, o juiz definiu que a bancária não tinha direito ao benefício da Justiça gratuita. Segundo ele, pedir esse benefício "virou uma praxe dos escritórios advocatícios".

O juiz condenou o Itaú Unibanco a pagar R$ 7.500 e a ex-funcionária, R$ 67,5 mil.

"No caso, o reclamado somente foi sucumbente nas horas extras decorrente da não concessão do intervalo do art. 384 da CLT, condenação esta que fixo em R$ 50 mil, razão pela qual condeno o réu [Itaú Unibanco] ao pagamento de R$ 7.500", anotou o magistrado.

"Já a reclamante foi sucumbente nos demais pedidos –R$ 450 mil–, razão pela qual a condeno ao pagamento de honorários sucumbenciais no importe de R$ 67,5 mil", prosseguiu. Ele adicionou, ainda, R$ 1.000 às custas processuais a serem pagos pela bancária que moveu o processo.

http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1942948-apos-reforma-juiz-condena-ex-funcionaria-a-pagar-r-675-mil-ao-itau.shtml

O gado que aplaude o chicote

por Daniel Gorte-Dalmoro

Sobre populismo e Bolsonaro

Ipojuca Pontes

19 de dezembro de 2017 - 5:05:29

Ariano Suassuna, que deixou de escrever peças de teatro (gênero "curral & capim", segundo Paulo Francis) para se tornar badalado clown de circo eletrônico, acreditava na existência de dois tipos de preguiça (sexto pecado capital, na Suma Teológica de São Tomás de Aquino): uma preguiça "boa" e outra "má". Uma, filha de Deus; outra, cria do Diabo (chegou a escrever uma farsa sobre o tema).

Pois bem. De minha parte, depois de matutar algum tempo sofre o significado do "populismo", cheguei à conclusão de que há dois tipos de populismo: um "bom" e outro "mau", ambos sistematicamente atacados pelos que querem impor uma "nova ordem mundial" conduzida e financiada por figuras como o megaespeculador George Soros, os Rockefeller e a onipotente gang do Clube Bilderberg que subjugam, na maciota, governos, instituições e organismos basilares, entre elas, a incorrigível ONU e penduricalhos nocivos tais como a Unesco e a Unicef, por exemplo.

Em última análise, esses tipos armam a imensa rede do controle globalista na pretensão de domesticar a população do mundo ocidental pela força do terror, do medo e da corrupção desenfreada.

Basta olhar com apuro. Dia e noite, pela ação remunerada de legiões de falsos acadêmicos, pseudo cientistas políticos e os chamados "formadores de opinião", todos atuando nas mídias, nas universidades e no âmago das organizações políticas, articulados em bandos, avançam e se comprazem em servir aos tutores globalistas para reduzir o homem à condição de gado, tal como preconizava Chigalióv, "cientista social" visionário saído das páginas de "Os Demônios", de Dostoiéviski, que pretendia salvar a humanidade.

Dizia Chigalióv: *"Partindo da liberdade ilimitada chegaremos ao despotismo total. Não há outra solução. Para resolver em definitivo a questão social, proponho que se divida a sociedade em duas partes desiguais. A um décimo será outorgada liberdade absoluta, a autoridade ilimitada sobre os outros nove décimos que deverão perder a personalidade, convertendo-se num rebanho; mantidos numa*

submissão sem limites, passando por uma série de transformações, atingirão, por meio de educação progressiva, o estado de inocência primitiva, qualquer coisa como o Paraíso Terrestre – sendo, no entanto, obrigados ao trabalho".

Essa é – em essência, por baixo do pano – a pretensão maquiavélica do pessoal do Clube Bilderberg e afins, via a praga do globalismo espalhado pela ONU e seus penduricalhos, para aplainar as "injustiças do mundo" e restabelecer a felicidade edênica na face da terra. Naturalmente, as palavras de ordem para atingir tais objetivos são, na aparência, menos brutais do que as do intelectual de "Os Demônios" (no entanto, não menos daninhas). Hoje, elas giram em torno da liberação das drogas, do aborto, em favor do casamento gay, do lesbianismo escancarado, da invasão descontrolada de imigrantes nos países da cristandade, para não falar da histeria ambientalista (amparada na dispendiosa farsa do "aquecimento global", a prodigalizar US$ bilhões com milhares de parasitas abonados pela grana de governos permissivos pressionados por ONGs insaciáveis) – e por ai segue a nau insensata.

De ordinário, os "formadores de opinião" definem o populismo como um modo de governar que usa de expedientes que têm como meta conquistar apoio popular, em especial o das "classes subalternas".

Nas campanhas eleitorais, o líder populista procuraria obter a confiança do povo por meio de um discurso simples, direto e carismático, dispensando intromissões partidárias. O populista deslegitimaria, assim, as instituições democráticas apelando, presumivelmente, quando no poder, para o autoritarismo, legitimado pelo voto popular. Bullshit!

Enfim, de "esquerda" ou de "direita", o que interessa ao líder populista é seduzir as massas. No Brasil, citam-se como políticos populistas, além do ditador Vargas, Ademar de Barros, Jânio Quadros, Leonel Brizola, Lula "Chacal" da Silva, Garotinho *et caterva*. No plano internacional, Donald Trump foi considerado "populista" por ter se firmado na condição de "antipolítico" – pois lá, como aqui, os políticos são também execrados pelas massas.

A boa pergunta a se fazer é a seguinte: quem nasceu primeiro? as massas com suas necessidades e aspirações de melhor qualidade de vida ou os políticos ideologizados em busca do poder de mando e suas prerrogativas?

O grande Aristóteles achava a democracia a pior forma de governo caso degenerasse em "governo de massas". Ele admitia, porém, uma democracia-intelectual, republicana, do tipo prevalecente, à sua época, em Atenas (que se ferrou na mão bélica de Esparta).

É evidente que Aristóteles não chegou a conhecer os globalistas nem intelectuais do porte de um FHC. Se conhecesse, na certa modificaria seus conceitos. Veria que, hoje, na república democrata, em vez das massas, quem assumiu o controle absoluto foram as formidáveis elites político-partidárias coonestadas pela burocracia de Estado com suas agências reguladoras a despejar sobre a população, em escala colossal, a cada hora, milhares de leis, decretos, normas, regras e programas sociais fajutos. Enfim, tudo o mais que limite a liberdade do

indivíduo e da sociedade. No mundo ocidental, eles são agora os beneficiários do capitalismo, com suas gravatas, foros privilegiados, isonomias e falsas soluções, abocanhando salários astronômicos sem produzir nada a não ser papelada, coerção e jugo.

Bem, e o populismo de Bolsonaro? A rigor, não há populismo em Bolsonaro e, se houver, é o populismo "bom". Seu discurso direto envolve o conceito milenar de observar os valores tradicionais de Deus, Pátria e Família – tríade sobre a qual se ergueu a nossa civilização, agora execrada por globalistas, comunistas (gramscistas ou leninistas, pouco importa), a *entourage* "politicamente correta" e a tropa de choque da mídia amestrada.

Outro dia ouvi da boca de uma autoridade global, dessas que o considera uma ameaça: – "Bolsonaro não será candidato. Mas, se for, não ganhará. E, se ganhar, não tomará posse".

Sinal de que o competidor já passou da fase de "pagar placê" e desponta para a reta final!

Ipojuca Pontes, cineasta, jornalista, e autor de livros como *'A Era Lula*', '*Cultura e Desenvolvimento*' e '*Politicamente Corretíssimos'*, é um dos mais antigos colunistas do Mídia Sem Máscara. Também é conferencista e foi secretário Nacional da Cultura**.**

Sigamos juntos em 2018

Os desafios são imensos. Em tempos de quebra da neutralidade da rede, urge criarmos uma sólida e combativa rede de comunicação para nos manter unidos

Por Joaquim Ernesto Palhares - 22/12/2017

Neste final de ano e em meio a tantas dificuldades que passamos, não poderíamos deixar de registrar nosso agradecimento aos leitores que garantiram a sobrevivência da CARTA MAIOR durante 2017.

Aproveitamos, também, para reafirmar nosso compromisso de levar a você o que há de melhor no pensamento progressista e de esquerda nacional e internacional.

Cientes de que teremos um ano decisivo para o futuro do Brasil, reafirmamos nossa responsabilidade na luta contra os mais diversos obscurantismos da direita.

A luta por um mundo mais justo e igualitário nos antecede e, certamente, continuará sendo travada no futuro.

Muitos deram suas vidas por esta luta, muitos nela permanecem abrindo o caminho para as novas gerações. Temos certeza de que apenas o pensamento crítico, a reflexão e o bom senso combaterão as forças que insistem em massacrar oportunidades e direitos do nosso povo.

É por isso que CARTA MAIOR aposta na comunicação enquanto instrumento de transformação social. Em 2018, com sua ajuda, nós continuaremos a nossa missão, trazendo o debate crítico, a reflexão construtiva e os caminhos apontados pelas melhores mentes deste país e do mundo.

Os desafios são imensos.

Em tempos de quebra da neutralidade da rede, urge criarmos uma sólida e combativa rede de comunicação para que possamos nos manter unidos. Como já afirmamos, a Internet não será mais do jeito que conhecemos hoje. A dominação neoliberal da rede mundial de computadores exige uma reação à altura.

Cientes de que temos muito trabalho neste sentido, sobretudo às vésperas de 2018, um ano decisivo para o futuro do Brasil, pedimos a sua adesão ao nosso projeto: torne-se um parceiro da CARTA MAIOR (saiba como aqui), compartilhe o nosso conteúdo e a nossa campanha de doação em suas redes sociais e de contato.

Boas festas,

Joaquim Ernesto Palhares

https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Sigamos-juntos-em-20187/12/39002

PSOL - FREIXO

POLÍTICA CARCERÁRIA

"Melhor forma de combater facções é cumprir as leis no sistema penitenciário"

19 de fevereiro de 2017 - https://www.conjur.com.br/2017-fev-19/entrevista-marcelo-freixo-deputado-estadual-rio-janeiro

Por Sérgio Rodas

Este é o quarto texto da série produzida pela ConJur** sobre a relação entre a guerra às drogas e a superlotação dos presídios. Para ler os outros textos, clique aqui.*

As olheiras, barba por fazer e resfriado não disfarçam: o deputado estadual do Rio de Janeiro **Marcelo Freixo** (Psol) está cansado. Cansado pela corrida à Prefeitura da capital, a qual perdeu no segundo turno para Marcello Crivella (PRB). Cansado por ter ignorado o recesso de fim de ano da Assembleia Legislativa do Rio e continuado com a agenda cheia em dezembro e janeiro, quando recebeu a **ConJur**. Porém, principalmente, segundo ele próprio, cansado de assistir à sociedade, governantes, parlamentares e magistrados proporem as mesmas medidas ineficazes de sempre para combater as facções criminosas e a crise carcerária.

“O sentimento da sociedade hoje, que, de alguma maneira, influencia o Judiciário, é que precisamos de penas mais duras, mais gente presa. Se prisão resolvesse, já estávamos como a Suécia. Mas, na verdade, as pessoas conhecem muito pouco do sistema penitenciário, que só é notícia quando tem rebelião ou fuga. A prisão não vai ser compreendida no grito das rebeliões, a prisão tem que ser compreendida no silêncio do dia a dia. Isso o Poder Público não entendeu ainda”.
Segundo Freixo, os únicos objetivos das penitenciárias hoje em dia são evitar fugas e rebeliões. Mas ele cobra espaço na agenda do Estado para a instrução daqueles que cometeram um crime e a garantia de que eles não percam seus vínculos familiares. A partir daí critica as medidas anunciadas pelo presidente Michel Temer (PDMB) para debelar a crise do sistema prisional, como usar militares para fazer revistas nesses estabelecimentos.

Para melhorar as cadeias, bastaria cumprir a legislação penal, ressalta o deputado. Ou seja: aplicar penas alternativas, respeitar as progressões de regime e evitar o prolongamento das detenções temporárias. Dessa forma, prisão seria reservada apenas para os casos mais graves. Também não há, de acordo com Freixo, como resolver a crise carcerária sem discutir a regulamentação das drogas. Afinal, a proibição não acaba com a demanda por entorpecentes, mas lota as penitenciárias — 28% da população prisional foi condenada por tráfico.

“O consumo só aumenta, os problemas sociais só aumentam. Não há políticas de saúde para as drogas, porque é preciso ter políticas de segurança pública. É muito simples: o debate não é se as pessoas vão ou não usar drogas, pois elas vão usar. O debate é quem vai controlar esse uso. Vai ser o Estado, por meio de políticas públicas? Ou vai ser a lógica do mercado, essa que conhecemos, que gera morte, guerra, prisão?”, questiona.

A ironia ácida e as perguntas retóricas são algumas das armas de Marcelo Freixo em sua batalha para tentar convencer políticos e o povo da importância do debate sem preconceito sobre as drogas, do direito de defesa e dos direitos humanos. Ele

também ataca a ideia de que facções criminosas são as grandes responsáveis pelo tráfico de drogas no Brasil e pelos problemas que dele advêm.

"Certamente o que fica na mão do Primeiro Comando da Capital é uma parte menor do que a que fica na mão de quem controla internacionalmente esse tráfico. Por que não se investiga o dinheiro [do tráfico]? Talvez porque você chegue a lugares onde não se pode chegar, né?", provoca — segundo a Polícia Civil e Ministério Público de São Paulo, 80% do faturamento anual (estimado em R$ 240 milhões) da facção paulista vem do tráfico de drogas.

Ironias à parte, Freixo alerta que a eleição de Donald Trump nos EUA mostrou que "a barbárie não pode ser considerada uma piada". A seu ver, é preciso proteger a democracia dos discursos de ódio sobre segurança pública e prisões, que se alimenta do medo das pessoas. Até porque, diz Freixo, há clãs políticos no Brasil que surfam nessa onda — referência ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) e seus filhos.

Assim como as propostas que defende, suas respostas também não são fáceis nem têm atalhos — próprias de quem diagnostica a realidade a partir de uma perspectiva histórica. Freixo é professor de História e deu aulas em presídio. "Sei o quanto a educação pode transformar aquela realidade para o bem da sociedade".

Seu gabinete na Alerj (onde preside a Comissão de Direitos Humanos), no Centro do Rio, é decorado por quadros de revolucionários como Che Guevara, Rosa Luxemburgo e Carlos Marighella. Além disso, possui enfeites africanos e do Flamengo, seu time do coração. No dia da entrevista, o deputado estadual recebeu uma moldura contendo uma camiseta do time com seu nome e o número 50, o mesmo de seu partido.

À **ConJur**, Freixo contou como é negociar uma rebelião, defendeu investigações sobre o tráfico de armas e criticou a postura messiânica do Judiciário. Ele ainda afirmou que irá se candidatar a deputado federal ou senador em 2018.

Leia a entrevista:

ConJur — O Brasil vem assistindo a diversas rebeliões em presídios no começo de 2017. Na mais violenta delas, em Manaus, vimos o juiz Luís Carlos Valois entrar na penitenciária para negociar com os presos. O senhor tem experiência em negociar com detentos. Como se comportar num momento desses?

Marcelo Freixo — Eu acho que o juiz Valois estava correto de tentar conversar, de tentar negociar, porque a custódia do Estado envolve o Judiciário, o Executivo e o Legislativo, não só a secretaria responsável pela detenção. Eu não o conheço pessoalmente, mas sei que ele recebeu críticas, que claramente foram feitas por quem não conhece o sistema. Talvez seja um dos poucos juízes que conhecem o cheiro da cadeia. Eu já participei de muitas negociações de rebelião no Rio de Janeiro. A última que tivemos aqui foi em 2004. O mais importante não é nem o que se faz na hora, mas o que é feito antes, para evitar. Nossa sociedade não conseguiu se libertar da lógica escravocrata, em que Justiça se confunde com vingança — e o Judiciário não está imune a isso. O sentimento da sociedade hoje, que, de alguma maneira, influencia o Judiciário, é que precisamos de penas mais duras, mais gente presa. Mas, na verdade, as pessoas conhecem muito pouco do sistema penitenciário,

que só é notícia quando tem rebelião ou fuga. A prisão não vai ser compreendida no grito das rebeliões, a prisão tem que ser compreendida no silêncio do dia a dia. Isso o Poder Público não entendeu ainda. Num momento de rebelião não tem mais jeito: o que tem que fazer é evitar mortes. O que se negocia numa hora dessas? Você tenta liberar reféns e evitar mortes. Todas as rebeliões que eu negociei foram bem-sucedidas. Todas. Resgatamos todos os reféns, e nunca teve um massacre.

ConJur — Qual dessas rebeliões foi a mais tensa?

Marcelo Freixo — Eu passei por algumas. Teve uma em Bangu 3, em 2003, na qual um agente penitenciário tinha morrido na tentativa de fuga dos detentos. Essa foi difícil, porque os agentes estavam muito tensos. Então, havia a possibilidade de um enorme conflito. Os presos estavam muito armados do lado de dentro, tinham mais de 50 reféns. Foram dois dias e meio de negociação na rebelião. Mas nós conseguimos com que os presos entregassem as armas e todos os reféns. A de Bangu, 1 que ficou famosa, originalmente foi um conflito entre presos que gerou a morte de um preso conhecido no Rio de Janeiro, o Uê. Porém, também teve tentativa de fuga. O Brasil inteiro estava olhando para aquela rebelião, a qual mexeu com toda a cidade. Mesmo assim, conseguimos fazer com que todos os reféns saíssem e não tivesse mais nenhuma morte depois que a negociação começou. A rebelião de Benfica em 2004 teve muitas mortes, foi muito violenta, semelhante às que estamos assistindo agora em Manaus e outras cidades. Isso porque tinha mais de uma facção na unidade, que era muito frágil, um prédio adaptado para ser presídio. Quando nós chegamos para negociar, a violência já tinha acontecido. Depois conseguimos controlar a situação, mas foi uma das mais difíceis pelo grau de violência. Cada rebelião tem uma circunstância distinta, porque os presídios têm realidades diferentes.

ConJur — Na hora de negociar uma rebelião, que estratégias o senhor usa? Como manter a calma nesse momento tenso?

Marcelo Freixo — Primeiro queria falar por que eu sou chamado para negociar rebeliões. Eu não tenho essa função — aliás, eu não era deputado quando negociei essas rebeliões. Depois que fui eleito, não teve mais rebelião, graças a Deus. Eu sempre fui professor, comecei a trabalhar nas prisões com 21 anos, hoje eu tenho 50. Eu comecei alfabetizando preso, dando aula de história. Sempre entendi que educação é um processo muito importante dentro das prisões, que nunca foi levado a sério. Eu era chamado porque os presos me conheciam, e sabiam que comigo não tinha nenhum acordo. Eu nunca fiz parte de nada, sempre entrei e fiz meu trabalho ali dentro. Depois trabalhei no conselho da comunidade, fiscalizava as prisões, elaborava relatório, fazia uma série de propostas. E eu conhecia os presos. Eu sempre negociei as rebeliões do lado dos negociadores do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), que são muito bem treinados. Eu sempre atendi a esses pedidos, embora não tivesse nenhuma obrigação de fazer isso – afinal, não era funcionário público nem recebia por essas negociações. Mas o Bope me levava para eu dizer aos presos que era para eles confiarem nos policiais, que não haveria massacre como ocorreu no Carandiru, e que seria preciso que eles entregassem os reféns e as armas para. Eu criava uma relação de confiança na hora tensa dessa negociação. Claro, tem todo um procedimento combinado com os negociadores do Bope, que eram tecnicamente muito corretos. Mas nós estudávamos antes a situação do presídio para sabermos o que poderíamos propor. É preciso ter credibilidade,

diálogo. E é preciso ter palavra, isso era uma coisa que nós combinávamos com o Bope.

ConJur – Qual é peso das facções nas rebeliões?

Marcelo Freixo — Cada estado tem uma realidade muito diferente da dos outros, mas uma prisão que tem duas facções já está completamente errada. Tem um problema anterior, que é como surgem as facções. Elas não se organizam nas ruas e dominam as prisões, é o contrário. É o universo prisional nas suas contradições. Não ter política pública é a política pública do sistema prisional. Além disso, o Estado não cumpre a legislação de execução penal. A melhor maneira de combater as facções é cumprir as leis dentro do sistema penitenciário. Qual é o grande objetivo da cadeia hoje? Não ter rebelião e não ter fuga — e não que maioria dos presos passe a trabalhar, tenha um curso profissionalizante ou conclua seus estudos. Se o objetivo é não ter fuga e rebelião, é preciso organizar o caos, o que fazem dividindo as facções, que são tão poderosas que o próprio sistema se baseia na lógica delas. Isso acaba fortalecendo-as, o que vai gerar grandes rebeliões e grandes fugas. Quanto mais o sistema penitenciário entrega essa lógica, mais violento fica o país. Quando se classifica o preso por sua facção, fica a mensagem de que ele tem que ter uma facção para sobreviver no sistema penitenciário. E eu te garanto que a maioria esmagadora desses presos não tem vínculo organizado com o crime do lado de fora. Passa a ter lá dentro.

ConJur — E daí eles saem da prisão vinculados com as facções.

Marcelo Freixo — Não tenha dúvida disso. E a prisão fica mais violenta porque ela fica subordinada a uma lógica de um grupo criminoso, e não à lógica da lei, a uma perspectiva do Estado de ter alguma outra coisa diferente da violência. A violência dita a norma penitenciária a partir do próprio Estado. O Poder Judiciário não tem nenhuma responsabilidade sobre isso? Claro que tem. Ele fiscaliza as prisões? Cobra políticas públicas? Há reuniões sistemáticas de planejamento do que se pretende do sistema judiciário? Há superlotação, há uma quantidade gigantesca de presos provisórios que, depois de julgados, não pegam pena de prisão. Por que ficaram presos então? As audiências de custódia não são encaradas como políticas prioritárias. Portanto, tem o que fazer. Agora, o que fazer nas rebeliões depende de cada uma. Eu não posso falar de rebeliões de outros estados, mas, no Rio de Janeiro, todas as rebeliões que eu negociei foram tentativas de fuga frustradas que geraram revolta. O Rio não teve nenhuma rebelião de protesto por condições carcerárias, embora depois elas acabem por também reivindicar isso. Aliás, boa parte das reinvindicações são pertinentes, mas elas não nascem por isso.

ConJur — Em resposta às rebeliões do início do ano, o governo federal anunciou algumas medidas para combater a crise carcerária, como a construção de cinco novos presídios federais, repasses para a construção de uma penitenciária em cada estado, instalação de aparelhos que bloqueiam o sinal de celulares e uso de militares para fazer vistoria nos presídios. O que o senhor pensa dessas medidas?

Marcelo Freixo — Bom, primeiro que colocar militar para fazer vistoria em presídio é a coisa mais estapafúrdia que eu já ouvi na minha vida. Era mais fácil investir nos agentes penitenciários, que precisam de mais treinamento, de mais investimento. Invista nessa categoria, que hoje está massacrada. Invista na área de saúde — não há política de saúde no sistema penitenciário. Os presídios do Rio de Janeiro, por exemplo, são foco de tuberculose — um retrocesso de alguns séculos. E

pensar que é o Exército que precisamos dentro da cadeia? Não é. Vai construir mais presídios? Eu não tenho dúvidas que tem que construir mais presídios, só que junto com isso, poderiam estar investindo nas cadeias de custódia. Com isso, talvez seria possível diminuir uma população carcerária que não tem necessidade de estar presa, afinal, 40% dos presos são provisórios. Além disso, poderia perfeitamente ter mais audiências de custódia, ter os chamados mutirões junto da Defensoria Pública e do Tribunal de Justiça, aumentar o número de defensores públicos para o atendimento jurídico ser mais ágil. Outro problema: a administração prisional é estadual, e a legislação é federal, a verba é federal. A verba do fundo penitenciário tem sido usada para outras coisas que não o sistema prisional. O Psol entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal questionando isso. Fora que o governo federal não tem os dados atualizados dos presos dos estados. Precisa de um censo para gerar políticas públicas eficazes. Se não há diagnóstico, você não sabe o que fazer, e sai propondo um monte de medidas de eficácia muito pequena.

ConJur — Como incentivar o trabalho nos presídios? Por meio da celebração de mais convênios com empresas? Seria uma boa ideia dar isenções fiscais para as companhias que empregassem detentos?

Marcelo Freixo — Sim, ao contrário das isenções fiscais que geralmente são concedidas. Isso é outra coisa importante — as prisões brasileiras são prisões de ociosidade máxima, não de segurança máxima. Quando uma pessoa é condenada a 10 anos, é preciso pensar em como esse tempo será gasto. Será um tempo ocioso ou um tempo gasto cumprindo a lei? O Judiciário deve ter responsabilidade por isso também. Senão, estará produzindo monstros. Há um processo de coisificação, de "monstrificação" nas prisões. Aí é muito importante um debate mais filosófico. Por que os direitos humanos são associados a bandidos? Porque o bandido é a forma, a expressão que se achou para chamar alguém que não é pessoa. O sistema sócio-educativo transforma o moleque em um número, e despersonifica-o. Esse processo de despersonificação também ocorre por meio de gírias, termos como “vagabundo”, “elemento”. Aí vão criando os “matáveis” na sociedade. Prisão é para os “matáveis”. É isso que pretendemos para a sociedade? É isso que a filosofia de Vitor Hugo já dizia: se quiser conhecer uma sociedade, conheça as suas prisões. Não é proteção de bandido, é proteção de um marco civilizatório mínimo para a sociedade.

ConJur — O que o senhor pensa de presídios administrados por entidades privadas?

Marcelo Freixo — Temos a experiência concreta dos EUA. Os EUA estão revendo seu modelo de privatização porque ele gerou uma indústria do encarceramento — há mais de 2,2 milhões de presos hoje no país. Eles entenderam que esse modelo não funcionou. Preso não é mercadoria. Há um equívoco de princípio no debate da privatização de penitenciárias — na verdade, isso encarece o custo do sistema, porque é caro manter pessoas encarceradas. Não venha me dizer que o Estado economiza com a privatização de presídios, porque isso não é real. O Estado paga muito mais por um preso numa unidade privada do que ele paga numa unidade pública, e isso não resolveu nada. Fora que essa ideia parte de um outro princípio, que é o de que o que público é ruim, algo que eu não aceito. O que é público pode ser bom. Depende do grau de transparência, das pessoas que são colocadas para administrar os serviços públicos.

ConJur — O senhor pensa que o sistema penal brasileiro é muito rígido? Há crime punidos com prisão que poderiam ter penas alternativas?

Marcelo Freixo — As penas alternativas já estão previstas nas leis, o problema é que o Judiciário não acredita nelas. Se um garoto aqui na rua São José [no Centro do Rio] roubar um celular e sair correndo, a chance de ele ser pego, espancado e amarrado num poste lembrando um pelourinho é muito grande aqui. O Judiciário não está muito diferente dessa lógica do feitor. As penas alternativas são muito mais eficazes em diversos casos, porque a pena de prisão é cara e ineficaz. As penas alternativas não são um avanço para os presos, são um avanço para a sociedade.

ConJur — 28% dos presos cometeram tráfico de drogas. A regulamentação das drogas ajudaria a aliviar o sistema carcerário?

Marcelo Freixo — Esse é outro debate essencial. No Rio de Janeiro, o perfil dos presos por tráfico de drogas é muito semelhante ao perfil dos presos por furto, por roubo: jovem, pobre, com baixíssima escolaridade, de sandália e com poucos dentes. Esse é o perfil do traficante — morador de favela, negro. Daí vem a pergunta: qual é o perfil do preso por furto? É o mesmo. Do roubo? É o mesmo. Tem alguma coisa errada nisso. Quais são as grandes investigações que levam a essas prisões? Só se prende por flagrante. Esse é outro ponto curioso. Entre em uma unidade prisional e pergunte quem foi preso em flagrante. Você prende quem você vigia. Você prende quem você controla. Você não combate o crime, você combate os territórios que você quer combater, e os crimes desses territórios. Isso nós temos que olhar. O sistema penitenciário não é um instrumento de enfrentamento ao crime, ele é um instrumento de domínio de relações de poder na sociedade. Então, o sistema prisional tem muito mais vínculos com o domínio de territórios e de determinados setores sociais do que com crime. Qual foi o último grande traficante de armas que foi preso no Brasil? Como essas armas chegam às favelas? E as munições, que são quase todas elas produzidas no Brasil? Eu gostaria que os Tribunais de Justiça me respondessem. É eficaz isso que estamos fazendo?

ConJur — E isso se relaciona com as leis antidrogas?

Marcelo Freixo —— Muitos países, como EUA e Uruguai, estão avançando nessa área. Não podemos continuar prendendo quem quisermos fiscalizar, quem quisermos controlar, dos territórios que quisermos controlar. E isso usando uma legislação para drogas que nada tem a ver com o combate ao tráfico, com a redução do consumo. O consumo só aumenta, os problemas sociais só aumentam. Não há políticas de saúde para as drogas, porque é preciso ter políticas de segurança pública, então não é possível desenvolver aquelas medidas. Prende-se cada vez mais jovens pobres, com o mesmo perfil e do mesmo eixo social. Não se resolve o problema da segurança pública, não se resolve o problema da saúde pública, e tem-se um sistema penitenciário que explode. A guerra às drogas não é inteligente.

ConJur — Que modelo o senhor defende em relação às drogas? A descriminalização do uso, a legalização só da maconha ou outro formato?

Marcelo Freixo — Tem que legalizar. A nossa legislação não diferencia o usuário do traficante só pela quantidade, mas também pelo perfil da pessoa. Então, se a minha filha for pega com droga, a Justiça vai olhar de uma maneira. Se um jovem da mesma idade que ela, mas de uma cor diferente, for pego com a mesma quantidade de, a Justiça vai olhar de outra maneira. Isso não pode continuar assim. O debate de legalização é fundamental para que você desenvolva políticas de saúde pública sobre drogas. Isso não vai aumentar o consumo — qualquer pessoa que queira consumir drogas hoje consome, onde quer que seja. Há, por certo, demanda e mercado. As drogas já estão aí. Álcool é uma droga extremamente danosa em termos de saúde

pública. Nós vimos o que aconteceu em Chicago nas décadas de 1920 e 1930 [quando o álcool foi proibido nos EUA]. Alguém em sã consciência sugere hoje a proibição do álcool para reduzir os danos das bebidas? Isso está em pauta? Por que não? Porque não tem o menor sentido. Tem havido redução do uso do cigarro. Por quê? Porque há políticas públicas para isso — há propaganda, há tratamentos da rede de saúde pública. Por que isso não pode acontecer com outras drogas, para que se tenha o controle sobre elas? É muito simples: o debate não é se as pessoas vão ou não usar drogas, pois elas vão usar. O debate é quem vai controlar esse uso. Vai ser o Estado, por meio de políticas públicas? Ou vai ser a lógica do mercado, essa que conhecemos, que gera morte, guerra, prisão? O debate não é se vai ter ou não vai ter droga. Para com isso, é claro que vai ter.

ConJur — Então o senhor defende a regulamentação de todas as drogas?

Marcelo Freixo — De todas as drogas.

ConJur —A proibição das drogas fortalece as facções criminosas?

Marcelo Freixo — Sim, além de outros grupos que não conhecemos porque não são presos e identificados. O que fica na mão do PCC, por exemplo, é uma parte menor do que a que fica na mão de quem controla internacionalmente esse tráfico. As drogas vêm de fora, as armas vêm de fora. Se eu te levar a um presídio e te apresentar os traficantes que estão presos no Rio de Janeiro, os caras não sabem para que lado fica a Bolívia. Eles nunca saíram do Rio de Janeiro, alguns nunca saíram de sua favela. E imaginar que aquele cara é responsável pelo tráfico internacional de armas e de drogas? Tem alguma coisa errada nisso. Se fica um bom dinheiro ali, muito mais fica em algum outro lugar, e eu não sei onde. Talvez no mercado financeiro. Ou será que existe um mercado paralelo de dinheiro? Mercado paralelo de droga tem. De dinheiro tem? Lógico que não. Por onde circula o dinheiro do tráfico de drogas e do tráfico de armas? No mesmo circuito de onde circulam as grandes fortunas — no sistema bancário, no sistema financeiro, no sistema imobiliário. Ou o dinheiro do tráfico de drogas está no colchão? Estamos dispostos a mexer nisso? Deveríamos. Se quisermos falar de tráfico e de grandes riquezas, por que não vamos atrás do percurso do dinheiro? Por que só vamos atrás do percurso do crime? Por que não vamos atrás do lucro, só da pessoa? Por que não muda nada? Por que não se investiga o dinheiro? Talvez porque você chegue a lugares onde não se pode chegar, né?

ConJur — Então o senhor pensa que essas facções têm algum tipo de acordo com os reais traficantes?

Marcelo Freixo — Essas facções são violentas. Não dá para ter nenhum romantismo: elas precisam ser enfrentadas. Afinal, são perversas, pensam no dinheiro e não tem nenhum pudor em matar. Não tem Robin Hood nessa história. Agora, elas não representam o grande crime organizado, porque elas não representam um grande projeto de poder econômico e controle financeiro de tudo. As facções são muito mais resultado do caos público. Eu costumo dizer o seguinte: mais do que crime organizado, nós temos um Estado desorganizado em relação às prisões. O crime é organizado nas prisões. Só existe porque existe um Estado desorganizado das prisões.

ConJur — Aqueles contrários à regulamentação das drogas afirmam que, sem o tráfico, os traficantes passariam a cometer crimes mais violentos, como roubo e sequestro. O que o senhor pensa desse argumento?

Marcelo Freixo — É baseado em quê? As manchas criminais se deslocam? Sim, se

deslocam. Vimos isso aqui no Rio de Janeiro na experiência das UPPs. Com a falta completa de planejamento, houve deslocamento das manchas criminais, região metropolitana do Rio de Janeiro ficou muito mais violenta. Era previsível. É preciso planejar, mas parte-se de um princípio de que a massa que está no tráfico não vai para lugar nenhum, vai para outro crime. Talvez seja hora de olhar que massa é essa.

ConJur — Por outro lado, a regulamentação das drogas não poderia abrir oportunidades de trabalho no mercado legal delas?

Marcelo Freixo — Claro que sim. O tabaco e o álcool não empregam ninguém? Isso não é estímulo ao consumo de drogas, o senso comum precisa ser quebrado. A droga precisa ser pensada enquanto saúde pública, enquanto problema social. É preciso acabar com a hipocrisia de que a droga ilegal não é consumida. Isso não é verdade.

ConJur — Um levantamento do CNJ mostra que 24,4% dos condenados voltam a cometer crimes em até cinco anos. Como diminuir essa taxa de reincidência?

Marcelo Freixo — Em alguns lugares esse percentual é muito maior. Este número está sendo otimista. No Rio de Janeiro, o último percentual que eu tive era de 75%. Um cara é preso por 10 anos. Esse cara perde a família, porque as mulheres não aceitam passar por revista vexatória. Esse cara não estudou, não trabalhou. Ele sai da prisão sem receber documento. Vai para a rua depois de cumprir pena de 10 anos e, teoricamente, ele tem que arrumar um emprego para seguir a vida. O que você acha que vai acontecer? A taxa de reincidência reflete o que se faz no tempo da prisão. Tem uma questão central nisso que é o mito da ressocialização. Isso vem da sociologia norte-americana, que parte do princípio que a sociedade é ótima, equilibrada. Quando o sujeito erra, ele é encarcerado, a prisão o conserta e depois ele é devolvido para a sociedade. Não é assim. Se você tranca uma pessoa e a isola da sociedade, ela vai voltar pior. Ela voltar melhor é um milagre. Precisamos mudar as regras das prisões, mudar o cotidiano delas, construir políticas públicas eficazes para que esse resultado seja diferente. Eu tenho essa experiência de perto, afinal, trabalhei com educação na prisão durante muitos anos na minha vida. O grau de reincidência entre os presos que trabalhavam na escola conosco era mínimo. O grau de reincidência nas penas alternativas é muito menor, todas as pesquisas mostram isso.

ConJur — A cada novo crime de grande repercussão ou onda de crimes aparece a mesma sugestão de sempre: aumentar penas. Afinal, aumentar penas reduz a criminalidade?

Marcelo Freixo — Se fosse assim, se prisão resolvesse, já estávamos como a Suécia. E não estamos. Temos a polícia que mais mata e mais morre, temos a maior taxa de crescimento carcerário. E isso resolveu a criminalidade? Pronto. Os números mostram isso. Tem que haver prisão? Tem. Mas tem que haver prisão para casos muito específicos. A prisão não pode ser um espaço de detenção de quem sobrou numa sociedade de mercado. E não estou dizendo com isso que possa existir uma sociedade que não tenha mercado, antes que me acusem de esquerdopata.

ConJur — O Brasil tem quase 60 mil homicídios por ano. Como diminuir esse número?

Marcelo Freixo — Quem são esses mortos? Jovens e negros são a maioria esmagadora deles. E muitos homicídios também são cometidos por jovens e negros. É uma tragédia social. É pobre matando pobre.

ConJur — O que poderia ser feito?
Marcelo Freixo — Aí tem diversas questões, mas é preciso, mais uma vez, falar sobre o tráfico de drogas. A guerra às drogas é em territórios pobres. Se você está em guerra, seu objetivo é matar o inimigo. Não estamos precisando de guerra, né? Além disso, boa parte dos homicídios no Brasil é causado por armas de fogo. Tem um estudo interessante que aponta que mais de 80% desses homicídios acontecem por armas de pequeno porte produzidas no Brasil. Então existe esse problema das fronteiras que tanto falam? Existe, mas os homicídios ocorrem, em sua grande maioria, por armas produzidas aqui, por munição produzida aqui, sobre as quais não temos nenhum controle. Assim, ter uma política de controle das armas que circulam na sociedade é fundamental para a redução de homicídios.
ConJur — E diminuir o número de mortes de policiais, que também é o maior do mundo?
Marcelo Freixo — Temos a polícia que mais mata e a que mais morre. Por quê? Porque há uma lógica de guerra. Uma lógica dos "matáveis". Você pode atirar à vontade. Acabou de acontecer uma tragédia no Rio de Janeiro: um menino de dois anos tomou um tiro em um parquinho porque estava tendo uma perseguição com tiro. Isso ocorre porque aquele perseguido é um "matável", daí pode atirar nele, em qualquer lugar. Essa lógica não traz nenhum benefício para a sociedade. Nós temos vários casos como esse. E não é o aumento da circulação de armas que vai resolver esse problema. A polícia precisa ser mais bem treinada, mais preparada. A polícia tem que sair da lógica da guerra. A desmilitarização da polícia segue o modelo do mundo inteiro. O atual formato da Polícia Militar é oriundo da ditadura. E desmilitarizar a polícia não é desarmá-la, como algumas pessoas entendem. É mudar a lógica de funcionamento da polícia. É um modelo mais eficaz, mais próximo de uma democracia.
ConJur — Esse cenário de aumento constante da criminalidade, cumulado com a espetacularização da operação "lava jato", faz com que os brasileiros passem a desprezar ainda mais o direito de defesa e os direitos humanos?
Marcelo Freixo — Se quisermos ter uma democracia, é fundamental que repensemos os direitos humanos. Tem uma camada da sociedade que é "sobrante". O [sociólogo polonês] Zygmunt Bauman, que acabamos de perder, falava que eles são os "supérfluos", os "sobrantes" dessa sociedade líquida. Na Europa, essa despersonificação ocorre com os imigrantes. Aqui, com os imigrantes das cidades, aqueles que estão fora dos centros. Se não conseguirmos mudar o paradigma de defesa dos direitos humanos, se não superarmos essa lógica de que "direitos humanos é proteção de bandido", não avançaremos na democracia. E qual é o papel do Judiciário nisso? Como disse [o poeta alemão] Bertolt Brecht, "infeliz é o povo que precisa de heróis". Tem juízes que precisam se lembrar disso. A salvação da democracia não está no Judiciário, assim como não está no Legislativo ou no Executivo. Eu não acho que o Judiciário seja um Poder menos corrupto ou mais corrupto, mas é um Poder que também tem suas contradições, como o Legislativo e o Executivo. O fato é que o Judiciário tem muito pouco controle, e sobre ele temos muito pouco conhecimento. A sociedade sabe quem são os deputados, sabe quem são os governadores, mas não sabe quem são os desembargadores, não sabe quem são os juízes. O Judiciário não é transparente. E o Judiciário é o único Poder cujos integrantes não são eleitos por voto. É muito perigosa uma sociedade que coloca quem não tem voto acima de todos. Nós superamos a Constituição de 1824, não

existe mais Poder Moderador. Mas há juízes que acham que estão no Poder Moderador do Império. O Judiciário é muito importante para a democracia brasileira. Tenho profunda admiração pelo trabalho de alguns juízes. Mas os magistrados precisam entender que fazem parte de um sistema que não se limita às suas canetas.

A entrevista de Freixo e a armadilha da mídia para dividir a esquerda

30 de Dezembro de 2017 - https://www.brasil247.com/pt/colunistas/migueldorosario/334755/A-entrevista-de-Freixo-e-a-armadilha-da-m%C3%ADdia-para-dividir-a-esquerda.htm

MIGUEL DO ROSÁRIO

Miguel do Rosário é editor do Cafezinho

Cuidado, pessoal!

As eleições de 2018 já começaram!

A mídia já deu a largada. Ela vai jogar para dividir a esquerda.

Há uma contradição óbvia na maioria das críticas que se fazem à entrevista de Freixo à Folha de São Paulo.
O ponto da entrevista que mais chamou a atenção, e provocou revolta entre os que a criticaram, foi o que deu origem ao título: “não sei se é o momento de unificar a esquerda, não”.

Ora, se os críticos da entrevista rechaçam este ponto e, portanto, consideram que o momento é, sim, de unificar a esquerda (eu também acho isso), então esses mesmos críticos precisam parar de reagir com fígado a toda vez que alguém da esquerda diz alguma coisa com a qual não concordam.

Se é para unificar, então precisamos trabalhar pela união! Não pela briga!

Se Freixo diz uma coisa com a qual não concordamos, vamos tratar de convencê-lo, com fraternidade e inteligência, e não com insultos!

Caso contrário, a defesa de união entre as esquerdas não é sincera!

Outra coisa: é igualmente óbvio que a grande imprensa, que é o núcleo duro do golpe, vai usar todo o seu talento para dividir o campo progressista.

A repórter da Folha veio de São Paulo com este objetivo: arrancar algum comentário de Marcelo Freixo que dividisse a esquerda. E conseguiu!

A esquerda, como sempre, tanto o próprio Freixo como seus críticos, caíram como patinhos!

As redes sociais foram tomadas por ofensas, em texto, vídeo, em áudio, entre a esquerda petista e a não-petista.

A resposta de Freixo sobre a união das esquerdas foi infeliz, e não quero aqui defendê-lo ou perdoá-lo. Mas pareceu-me que ela tinha um sentido bem específico: tratar do primeiro turno de 2018. Vamos o que disse o deputado:

É esperto pulverizar a esquerda em várias candidaturas?
A gente vive um momento de reconstrução: qual esquerda a sociedade vai enxergar? Porque precisa enxergar o diferente. Não sei se esse é o momento de unificar todo mundo, não. Até porque a direita também está muito fragmentada: Jair Bolsonaro, Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles…
Ele fala de candidaturas presidenciais. Se o sentido, portanto, é falar disso, então Freixo falou uma coisa que os partidos de esquerda já vem fazendo: lançar candidaturas próprias. PCdoB, PDT, PSOL e PT tem suas próprias candidaturas. Dando ou não entrevistas à Folha, esses partidos todos também pensam que não é o momento de “unificar todo mundo”. Inclusive, aliás, o PT, que deveria, caso pensasse mesmo em “unificar”, lançar uma proposta, um projeto, em comum, para ser votado pelo campo progressista, assim como, humildemente, expor a candidatura de Lula a algum tipo de prévia nas quais eleitores de todos os partidos pudessem participar.

Entrevistei há algumas semanas o ex-presidente do PSB, Roberto Amaral, que é um dos cérebros mais brilhantes e generosos da esquerda brasileira, e ele considerou que, de fato, não é necessário que haja uma “união” no primeiro turno. Não foi, lembra ele, assim que Lula ganhou em 2002. Uma rede de candidaturas de esquerda, desde que sejam responsáveis, e tenham uma estratégia minimamente coordenada, com foco no adversário em comum, o neoliberalismo, pode ser interessante do ponto-de-vista político e eleitoral,

porque dificultará o trabalho da mídia de desconstrução das propostas progressistas. A Globo pode bater no projeto petista, mas terá então de bater também no projeto do PSOL, do PDT e do PCdoB…

No vídeo que fez para criticar a entrevista de Freixo, o presidente do PT no estado do Rio, Washington Quaquá, diz que Bolsonaro e Freixo são filhos do mesmo pai: o lacerdismo. Ele comenta um ponto da entrevista que, igualmente, foi muito mal interpretado.

Vamos à resposta de Freixo.

Como explicar que você e Bolsonaro sejam, ao mesmo tempo, duas das maiores potências eleitorais do Rio?

Os deputados mais votados no Rio [em 2014]: federal, ele, estadual, eu. Sabe que já encontrei nas ruas pessoas que votaram nos dois? Aí paro: "Me conta mais". As respostas ficam num campo que acho muito curioso. Existe em São Paulo o ex-prefeito Ademar de Barros…

Do "rouba, mas faz".

Isso, o "pai" do Paulo Maluf, que roubou dele o ditado. Quando as pessoas me respondem, é o inverso: não sei o que Bolsonaro faz, mas sei que ele não rouba. Tem uma coisa ali, que é a ideia da ética muito circunscrita a posturas individuais, que não vem da honestidade das ideias. Tem a ver com sua postura como homem forte –porque ainda há uma cultura patriarcal forte–, a ideia da coragem. São fantasias que ocupam lugar no imaginário. Talvez as pessoas entendam que falta tudo isso na política.

Aí o cara vota em mim e no Bolsonaro porque não importa o que a gente pensa, vê os dois como honestos e corajosos. O fato de eu ter feito a CPI das Milícias [2008] não foi qualquer coisa.

Quaquá faz uma crítica pertinente ao que chama de "naturalização" de um processo político que é, obviamente, uma aberração: votar em Freixo para estadual e Bolsonaro para federal. O petista está certo ao notar o elo lacerdista que explica isso.

Mas aí temos um problema grave: Freixo poderá, perfeitamente, dizer que não "naturalizou" nada. Ele simplesmente não abordou o tema mais a fundo porque a repórter, espertamente, mudou o tema.

Para acusá-lo de "naturalizar" o voto lacerdista em Bolsonaro e Freixo, precisaríamos ouvir mais o deputado. Embora me pareça difícil que Freixo seja capaz de criticar seu próprio eleitor (até porque isso não seria inteligente do ponto-de-vista eleitoral), seria desonesto afirmar que Freixo "defende" ou "elogia" Bolsonaro, cujas ideias representam exatamente o oposto de todas as plataformas defendidas por Freixo e por sua militância.

Além do mais, em outro trecho da entrevista, Freixo faz algumas críticas a Lava Jato que o posicionam num campo oposto ao lacerdismo lavajateiro dos dias de hoje:

Parte da esquerda acusa o juiz Sergio Moro de perseguir Lula. A Lava Jato é um mecanismo eficiente contra a corrupção?

Gravação vazada para criar contexto político, isso é muito grave. E quando Moro faz a condução coercitiva do Lula, dá a ele a oportunidade de virar a chave e criar uma resistência muito mais aguda do que existia até então. Também não é correto entrar no presídio onde está o Cabral, pegar vídeo e colocar no "Fantástico". Se fizesse isso com qualquer outro preso eu estaria chiando, então estou chiando.

Essas coisas não podem ser secundarizadas porque a tal da investigação contra corrupção é importante. Não dá para achar que os fins justificam os meios. Agora, isso faz com se pegue tudo o que está sendo feito pela Lava Jato e se jogue fora? Não.

É uma crítica suficiente? A meu ver, não. Mas é uma crítica importante. Um posicionamento claro contra os excessos tanto da Lava Jato quanto desse sensacionalismo penal da Globo. É melhor que nada. Assim funciona a política.

Eu não imaginava que o PSOL, Marcelo Freixo à frente, se engajasse de maneira tão decidida contra o golpe, assim como foi uma grata surpresa ver a militância do PSOL na campanha da Dilma em 2014. Marcelo Freixo foi um dos primeiros quadros da esquerda não-petista a declarar apoio à Dilma assim que saíram os resultados do primeiro turno das últimas eleições.

Tudo isso mostrou, a meu ver, maturidade do PSOL.

Os anos de 2015, 2016 e 2017 assistiram a uma forte união entre PSOL, PT, PCdoB, e setores do PDT, contra movimentações reacionárias no Congresso. Os partidos se uniram contra as iniciativas de Eduardo Cunha, contra o golpe, contra Michel Temer, contra as reformas neoliberais e privatizações.

A esquerda, a bem da verdade, nunca esteve tão unida como agora.

Isso assusta a grande imprensa conservadora, que é o principal partido de direita do país, e é natural, portanto, que ela articule armadilhas para dividir o campo progressista.

Recentemente, o PSOL me decepcionou profundamente por fazer coro a este lacerdismo judicial criminoso, cujo maior representante no Rio é Marcelo Bretas, o carrasco do Almirante Othon.

E me decepcionou de novo ao aceitar a decisão, completamente ilegal, de prender deputados estaduais, sem flagrante, sem crime inafiançável. Neste último caso, PSOL e PT se "unificaram": ambos os partidos defenderam a ilegalidade.

Mas eu considero que, em ambos os casos, esses partidos são vítimas tanto de sua própria confusão ideológica quanto de uma conjuntura narrativa muito desfavorável. Eu luto para ajudá-los a enfrentar este momento.

Guilherme Boulos, há pouco, deu entrevista ao Valor que, igualmente, deu ensejo a brigas internas dentro da esquerda. Ao cabo, o próprio Boulos veio à público esclarecer que o Valor (que pertence ao Globo) havia distorcido suas palavras.

Já é tempo da esquerda, tanto aquela que dá entrevistas, quanto aquela que as lê, fique mais atenta a esse movimento da mídia para "dividir e governar".

A esquerda pode até ter candidaturas independentes no primeiro turno de 2018, mas precisa, sim, unificar-se em torno da resistência ao golpe, da luta contra o fascismo e por eleições livres em 2018.

Seria fundamental ainda, a meu ver, que a esquerda se unisse contra o regime de exceção e a ditadura judicial, e se posicionasse radicalmente contra os crimes de Sergio Moro, a começar não aceitando uma condenação de Lula baseada numa sentença sem lógica e sem provas.

Essa união, no entanto, não cairá do céu. Ela precisa ser construída, tanto por suas lideranças como por sua militância: ambos precisam ser generosos uns com os outros, tolerantes com suas diferenças e, sobretudo, extremamente cuidadosos com as armadilhas que a mídia neoliberal usará para dividi-los.

Renato Janine Ribeiro
30 de dezembro de 2017 às 21:58 ·

Demorei a falar sobre a entrevista de Marcelo Freixo. Muitos ataques a ele, que não considero merecidos. Ele e a esquerda nao-petista têm todo o direito de não quererem se subordinar a Lula. Também, o de não gostarem do movimento de Lula para ter apoios à direita. Vejam bem, eu penso que Lula, com alianças e tudo, é a pessoa mais apta a reverter, nas eleições, o golpe. Mas precisa haver respeito. Desmerecer Freixo, Lavigne, eventualmente Antonia Pellegrino é totalmente sem sentido. Ainda mais, da parte de pessoas que pregam a união. Agora, criticá-lo (e a qualquer um) é legítimo. Apenas, uma coisa é criticar, outra é atacar. Se Freixo não acredita hoje na união das esquerdas, nem por isso devem, os que acreditam ou a desejam (o que são duas coisas diferentes!), tratá-lo como tenho visto parte da esquerda fazer. Discussão, sim. Desmoralização, ridicularização, não.

Paulo Timm Isso mesmo., ou o PT e os petistas retomam a iniciativa com uma abertura maior ao conceito de HEGEMONIA, com maior flexibilidade tática e teórica, à luz da conjuntura claramente descendente, melhor ideia sobre alianças, sobretudo à esquerda, melhores ideias do que fazer no Governo, ou lhe será muito difícil recuperar o espaço perdido.

Gilberto de Carvalho Não entendo a importância dada a entrevista. Não vi nada de extraordinário nela. Convém lembrar que o ciclo do PT se iniciou numa eleição com várias candidaturas ligadas à esquerda. A direita e o centro estavam, nem tão unidas é fato, numa grande coligação em torno de Serra. O que não impediu Lula de vencer no segundo turno com uma votação expressiva... Há de fato na entrevista uma visão que pode ser considerada provinciana, na importância dada

a participação de uma certa intelligentsia carioca neste jogo. O Rio de Janeiro não ocupa há muito tempo uma posição de destaque, principalmente como intelligentsia... Não vejo motivo para tanta celeuma.

A entrevista de Freixo

WALTER POMAR - sábado, 30 de dezembro de 2017

No dia 29 de dezembro de 2017, a Folha de S. Paulo publicou uma entrevista com o deputado estadual carioca Marcelo Freixo (PSOL).

Frente às reações negativas, o deputado gravou um vídeo em que busca explicar o que disse.

No vídeo, Freixo lembra que não foi ele, mas a jornalista Anna Virginia Balloussier que escolheu o título dado à sua entrevista.

O título é: “Não sei se é o momento de unificar a esquerda, não”.

Situação semelhante com o título ocorreu em entrevista recente concedida por Boulos ao Valor.

Títulos fora, vamos ao conteúdo da entrevista, considerando que a edição das respostas não mereceu reparos da parte de Freixo.

*

Na primeira resposta, Freixo fala que “a esquerda até hoje não entendeu 2013”.

Fala, também, que “a esquerda preferiu achar que aquilo ali era coisa da direita, o que não é verdade”.

É no mínimo estranho ver um historiador falar da “esquerda” como se fosse algo homogêneo.

Afinal, existem várias esquerdas, que têm diferentes posições acerca de grande parte do que ocorreu na história mundial desde pelo menos 1848.

Dizer que “a esquerda” não entendeu o que teria acontecido em 2013, pressupõe que alguém – a começar por ele próprio, Freixo -- teria entendido.

Como Freixo é uma pessoa de esquerda, pode parecer paradoxal esta sua forma de falar, exceto se entendermos que há um qualificativo oculto: “velha” esquerda e “nova” esquerda.

A “nova” esquerda, suponho, seria aquela que compreende e representa os movimentos que teriam irrompido em 2013.

Que nesta narrativa ocupam lugar semelhante aos novos movimentos sociais que entraram em cena no final dos anos 1970, início dos anos 1980. Naquela época, contribuindo para o surgimento do PT. Hoje, segundo o que suponho ser decorrência da tal narrativa, criando espaço para que o PSOL ocupe seu espaço.

Da minha parte, penso que esta leitura sobre 2013 é tão falsa e parcial quanto a interpretação que resume o que ocorreu naquele ano a um movimento de direita.

Mas o erro maior está em não perceber que -- mais que as mobilizações de rua de 2013 – muito mais decisiva foi a unificação do grande capital em torno da decisão de fazer o impeachment, criminalizar Lula e o PT.

Para perceber isto seria necessário colocar no centro da análise a luta de classes entre o grande capital e a classe trabalhadora.

Colocando no seu devido lugar os setores médios: um setor em disputa.

*

Na segunda pergunta, Freixo atribui a ele e a sua companheira a ideia da candidatura Boulos.

Como sabem os do ramo, memória e história oral constituem terreno pantanoso.

É provável que outras pessoas tenham suas próprias histórias a respeito e todas considerem que sua iniciativa foi pioneira.

Assim, salvo para quem estiver disposto a ironizar ou fazer análises psi, o que realmente interessa não é a paternidade, mas sim o papel atribuído à candidatura Boulos.

Freixo considera que a candidatura Boulos é portadora de várias qualidades.

Na entrevista e no vídeo, fala-se de esquerda do século 21, antisistêmica, antirentista, expressão de novos movimentos etc.

Freixo fala, também, de testes de aceitação feitos com integrantes de seu gabinete e também da participação de Boulos em uma reunião de intelectuais na casa de Paula Lavigne.

Tudo isto é muito interessante, mas muito mais importante é o que ele responde para uma pergunta simples feita pela jornalista da Folha: “é esperto pulverizar a esquerda em várias candidaturas?”

A versão compacta da resposta de Freixo é: “não sei”.

Obviamente esta resposta foi alvo de todo tipo de crítica.

Mas é preciso atentar para a resposta completa: “a gente vive um momento de reconstrução: qual esquerda a sociedade vai enxergar? Porque precisa enxergar o diferente. Não sei se é esse o momento de unificar todo mundo, não. Até porque a direita está muito fragmentada.”

Esta resposta é incrível, porque – Luke Skywalker que me perdoe — são muitas frases, mas nenhuma correta.

Começando pelo mais importante: é um equívoco achar que a direita está “fragmentada”. Existem várias pré-candidaturas de direita.

Mas a coalizão golpista tem unidade estratégica; opera com vários cenários táticos, inclusive os que dispensam eleições; e tem meios para consolidar uma unidade eleitoral, como aliás fizeram em 1989.

Dizer que a direita está “fragmentada” é confundir 2018 com 2002, ocasião em que uma parcela importante do grande capital e de seus representantes políticos adotou uma posição de neutralidade e outra parte inclusive apoiou a candidatura Lula.

Ou confundir com 1989, quando havia fragmentação eleitoral tanto da esquerda quanto da direita, mas ainda num contexto de crescimento da esquerda, situação diferente da atual.

Em segundo lugar: é falso dizer que vivemos um momento de “reconstrução”.

Quem pensa assim acha que a batalha do presente ou já foi perdida, ou já foi ganha.

Ao contrário do que diz Freixo, vivemos um momento de destruição de direitos, conquistas, liberdades democráticas e soberania. Um momento em que os golpistas (Temer inclusive) estão desgastados, com dificuldades, mas seguem atacando e causando danos profundos.

Ao mesmo tempo, vivemos um momento em que ainda é possível deter, derrotar e reverter esta destruição.

Possibilidade que depende de vencermos a eleição de 2018.

Pelo contrário, se perdermos 2018, podemos estar diante de um período mais prolongado de defensiva e derrotas.

Portanto, o que está em jogo não é qual esquerda a sociedade vai enxergar.

O que está em jogo é unir a esquerda para derrotar a direita. Derrotar aqui e agora. Não depois.

Ao falar em “enxergar”, fica claro que Freixo pensa que 2018 é o momento em que se deve dar “visibilidade” para uma esquerda “diferente”.

Diferente, como é óbvio, do PT e de Lula.

Por isso é que, para Freixo, a unidade da esquerda não é algo central.

Pois unificar todo mundo só faz sentido se acharmos que há uma batalha decisiva, aqui e agora, que só será vencida se houver unidade.

Mas se o pressuposto é que já está em curso um “processo de reconstrução”, então cabe usar as eleições de 2018, pelo menos o primeiro turno, para projetar a esquerda do século 21....

*

Freixo diz que não há a menor chance de unificar a esquerda em torno da candidatura Lula.

E afirma: “se quisessem recompor a esquerda, não andariam de braços dados com Renan Calheiros em Alagoas”.

Sem dúvida, há setores da esquerda, espalhados em vários partidos, que são especialistas em fornecer pretextos para inviabilizar a unidade do campo democrático e popular.

Mas pretextos não são argumentos.

Prova disso é que no vídeo citado, Freixo deixa claro que pode apoiar Lula no segundo turno de 2018, como apoiou Dilma em 2014.

A questão central, portanto, não é Renan Calheiros.

O PSOL, assim como o PCdoB e Ciro Gomes, têm todo o direito de ter candidaturas presidenciais em 2018.

Mas não vale usar o argumento (ver vídeo de Freixo) de que vivemos um cenário similar ao de 1989.

Se os golpistas levarem até o fim a interdição da candidatura Lula, e se o PT mantiver com firmeza a decisão de não ter plano B, a questão da unidade eleitoral da esquerda estará posta desde o primeiro bimestre de 2018; e vai se misturar com uma importante questão democrática, já que manter uma candidatura própria, neste contexto, pode servir aos que pretendem legitimar uma fraude.

*

É sobre isto que versam várias das seguintes respostas dadas à entrevista.

Em resumo:

num momento em que estamos chamados a derrotar o golpe, a construir o “pós-golpe”, Freixo se deixa arrastar para uma discussão sobre o pós-Lula!!!

Primeiro ele diz que o PT vai continuar um grande partido, mas é difícil imaginar “o que será dele na hora em que o guarda-chuva eleitoral do Lula fechar, e em algum momento ele vai. É aí que o pós-Lula vai se dar. Aliás, vai se dar mesmo se ele for eleito”.

Aí a jornalista pergunta: “como seria este pós-Lula com Lula presidente?”

E Freixo responde: “Se ele for impedido de concorrer, o pós-Lula vai ser posto. Se concorrer e perder... é o cenário ideal para a direita. O que também pode acontecer: Lula vencer e governar com alianças que sempre fez”.

Mesmo afirmando que Lula estaria sendo empurrado para uma postura de maior enfrentamento, Freixo diz que se pudesse Lula faria as alianças de sempre.

E completa: “Nesse sentido o pós-Lula vai se dar também, para a esquerda. O PSOL precisa entender seu papel neste contexto. Não tem que ser anti-Lula, somando-se aos setores mais conservadores. Temos a chance de marcar diferença com o lulismo por meio de um programa.”

Novamente vamos de Skywalker: todas as frases do raciocínio acima estão erradas.

O maior erro é, como já dissemos antes, construir a tática em torno da disputa com o PT e com Lula, não em torno da disputa contra o golpismo e a direita.

Se esta tática prevalecer, queira ou não, o PSOL se converterá em aliado objetivo dos setores conservadores, que também tem como centro de sua tática derrotar Lula e o PT.

O segundo erro é encarar 2018 da mesma forma como o PSOL encarou as eleições de 2006, 2010 e 2014.

Ou seja: disputar no primeiro turno com candidatura e programa próprio, decidir no segundo turno o que fazer.

Especialmente se a direita prosseguir no processo de interdição da candidatura Lula, as eleições de 2018 precisam ser enfrentadas pela esquerda como algo totalmente diferente do normal.

Vale lembrar que no segundo turno das três eleições presidenciais que disputou até hoje, a posição oficial do PSOL não foi de apoiar a candidatura petista.

Agora, o que se espera de toda a esquerda é que considere unificar-se desde o início.

Não apenas para ganhar a eleição, mas para impedir que o golpismo promova uma fraude que o legitime e consolide.

O terceiro erro, implícito nos anteriores, é a ausência de consideração aos cenários não eleitorais (golpe, parlamentarismo, adiamento das eleições etc.) e a crença – ausente no mais moderado dos petistas – de que Lula conseguirá disputar, vencer, tomar posse e governar como em 2002 e 2003...

Finalmente, há um quarto erro: acreditar na possibilidade de ultrapassar pela esquerda o PT, o petismo e o lulismo, através de uma demarcação programática e eleitoral.

Claro que o PT e Lula podem ser atropelados pela direita.

Claro que algum setor da esquerda pode acreditar que seria beneficiado por este atropelamento.

Ou pelos imperativos da biologia.

Mas o PT e Lula podem ser ultrapassados pela esquerda?

Nesta conjuntura?

E através da apresentação de uma candidatura presidencial e de um programa mais avançado?

Que buscaria seu espaço sem tomar partido no fogo cruzado entre o golpismo e o PT?

Acreditar em algo assim faz parte de uma das versões do cretinismo parlamentar de esquerda, que não consegue enxergar muito além das disputas eleitorais e legislativas.

*

Como disse antes, considero que Freixo é uma pessoa de esquerda.

Mas algumas de suas posições – por exemplo no segundo turno das eleições municipais no Rio – revelam que ele vem fazendo crescentes concessões ao senso comum típico de certos “setores médios”.

Exemplos disso, nesta entrevista à Folha, é o que ele diz acerca de Bolsonaro e da Operação Lava Jato.

Mas sobre isso não vou falar, pois frente ao conjunto da obra, são erros menores.

http://valterpomar.blogspot.com.br/2017/12/a-entrevista-de-freixo.html?m=1

As 12 lições do moralismo apolítico – Freixo fala

https://jornalggn.com.br/blog/joao-feres-junior/as-12-licoes-do-moralismo-apolitico-–-freixo-fala-por-joao-feres-junior

por João Feres Júnior . DOM, 31/12/2017 - 10:47

Realmente, não tinha a intenção de escrever esse artigo, pois o tempo é sempre curto e Marcelo Freixo é um político bastante irrelevante no cenário político nacional.

Mas, como moro no Rio de Janeiro, seu domicílio eleitoral, e na Zona Sul, região onde se concentram seus principais admiradores, não consegui resistir à tentação de escrever algumas notas sobre o que mais me saltou aos olhos na entrevista dada por ele à Folha de S. Paulo.

São somente alguns apontamentos seguidos de análises bem breves. Vamos lá.

1. Freixo se expressa muito mal. As coisas que fala, quando escritas, parecem confusas. Comete excessivas sentenças negativas - deve ter lido muito Foucault na graduação de história - o que torna a comunicação bastante equívoca. Responde perguntas com perguntas. Em suma, bastante ineficaz na comunicação para um político com suas pretensões.

2. Começa a entrevista com uma defesa de junho de 2013, quando até os mais bobos já se tocaram da tragédia que aquilo realmente representou para nosso país. Quer dizer, erro aqui. Os mais bobos ainda não chegraram lá.

3. Atravessa o samba ao citar Boulos como candidato do PSOL, jogada que força o próprio Boulos a soltar carta dando muitas explicações e reafirmando seu apoio a Lula, entre outras coisas.

4. Diz que não é hora de unificar as esquerdas porque a "sociedade precisa enxergar o diferente". E se saí com o argumento de que a direita também está fragmentada. Como se a política fosse uma questão de estética. Como se a possibilidade da direita ganhar e continuar o massacre do povo hoje em curso fosse algo que o Brasil pudesse aguentar. Claro, as pessoas que moram no Leblon e em Ipanema certamente podem aguentar e até se contentar com tal destino.

5. Acusa Lula por ter andado com Renan Calheiros em Alagoas, repisando implicitamente a mistificação de que no regime do presidencialismo de coalizão é possível governar sem fazer alianças com setores mais retrógrados do espectro político. É claro que aí ele está jogando para seu eleitorado moralista, que só aceita governo que não faz pacto com "ladrão".

6. Diz que Lula, "se pudesse, faria todos os acordos que sempre fez", mais uma vez mostrando aversão à negociação política e posando de santo para o moralismo apolítico da sua audiência.

7. Ao ser instado pela repórter a se comparar a Bolsonaro faz um contorcionismo retórico enorme para evitar a crítica ao deputado direitista. Pelo contrário, o elogia. Diz que sabe "que ele não rouba", afirmação que no âmbito do moralismo apolítico vale ouro. E fecha falando que o eleitor vê ambos como honestos e corajosos.

8. Quando a repórter tenta trocar de assunto e falar sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro e a prisão de seus líderes, ele se esquiva e sai com a brilhante frase: "o grande crime organizado é o PMDB" -- frase que fica mais bem na boca de um coxinha mediota do que de um político profissional.

9. Aí vem aquele que talvez seja o ápice da entrevista. O tema é Moro e a Lava Jato. Freixo começa criticando os excessos do juiz paranaense, mas quando comenta a condução coercitiva de Lula, ao invés da apontar para a ilegalidade e imoralidade do ato de Moro, ele, como que lamentando, diz que a ação do juiz deu a Lula "a oportunidade de virar a chave e criar uma resistência muito mais aguda do que existia até então". É o fim da picada. A aversão a Lula demonstrada por Freixo é assustadora. Mesmo perante um flagrante delito de Moro ele é incapaz de emitir palavra simpática ao petista. Como se a reistência à Lava Jato fosse sempre ruim.

10. Momento pitoresco. De passagem defende Sergio Cabral, criticando a divulgação do vídeo dele no presídio feita pelo Fantástico. Aqui há alguma coerência, mas biográfica e não política. Freixo sempre "conversou" com a turma do PMDB da Alerj, a despeito de sua postura de virgem imaculada para sua "galera". E é sabido que Cabral mais de uma vez disse para a polícia poupar Freixo e sua turma da porrada distribuida fartamente em manifestações. Contudo, Lula não é objeto da mesma generosidade. Pelo contrário, a ele é proibido "conversar" com o PMDB.

11. Depois desses comentários ambíguos acerca de Moro e Lava Jato, batendo em Lula e poupando Cabral, Freixo fecha dizendo: "essas coisas não podem ser secundarizadas porque a tal da

investigação contra corrupção é importante. Não dá para achar que os fins justificam os meios. Agora, isso faz com se pegue tudo o que está sendo feito pela Lava Jato e se jogue fora? Não".

12. O apoio à Lava Jato é elemento definidor do moralismo apolítico. Mas não deixa de ser deprimente ver um deputado do Rio de Janeiro, alguém que diz se orgulhar tanto de representar fluminenses e cariocas, não reconhecer o imenso mal que a Lava Jato fez e está fazendo a seu estado.

É claro, novamente, quem sofre mais com desemprego, a falência dos serviços públicos e a depressão econômica generalizada são os pobres.

Mas o moralismo apolítico não está muito aí para eles, venhamos e convenhamos.

Na verdade, os eleitores de Bolsonaro, também adeptos da mesma doutrina, têm projetos mais definidos do que fazer com o excedente de pobres.

Há uma nota adicional que decidi não inserir na numeração original para que a contagem total não pareça algum tipo de piada ou trocadilho.

Ela diz respeito a um elemento de gênero bastante incômodo na entrevista, que aparece quando Freixo relata sua adesão ao nome de Boulos.

Ele diz que estava tomando café com sua companheira ...:

"Conversávamos sobre o que é esta esquerda do século 21. Os olhos dela são meio que termômetro. Falei do Boulos, e arregalaram. Pensei: "Opa, ali tem caldo".

É peculiar a maneira como se refere à Antônia, sua companheira.

Eles estavam conversando, mas seu convencimento não foi produto de um bom argumento, articulado por ela, mas por uma reação física, um sinal de intuição.

Tal interpretação é reforçada pela frase anterior, no qual ele a chama de "termômetro" – instrumento que usamos para fazer coisas inteligentes, mas que, em si, é objeto inanimado, incapaz de reflexão.

Aqui o entrevistado me parece resvalar para um tropo clássico do discurso machista que é ressaltar o poder de intuição da mulher, que sempre vem em detrimento do direito ou capacidade de ela se constituir em interlocutor racional.

Tanto é que, logo em seguida, ele declara que foi testar a intuição de Antônia com sua equipe. Isto é, submetê-la à luz da razão.

É curioso notar como esse tratamento dispensado por ele à figura de sua companheira faz lembrar a lírica do próprio Caetano Veloso, cujo círculo de “intelectuais do meio artístico” Freixo confessa frequentar, na casa de Paula Lavigne.

Diria que tal lírica frequentemente tem uma pegada freyreana (de Gilberto Freyre), que é a do reconhecimento assimétrico da diferença: o diferente (negro, mulher, índio, etc) é objeto de uma elegia que, ao mesmo tempo, o coloca em seu devido lugar, sempre inferior ao do narrador.

Por sinal, se não ficou claro o argumento aqui, ouçam o bolerinho Elegia, composto e gravado pelo próprio Caetano, com letra de John Donne, que descreve em detalhe tal situação de reconhecimento assimétrico da mulher por um eu lírico masculino. Funciona muito bem na voz de um artista, ainda que eu possa imaginar que tal letra secular fira algumas sensibilidades do presente. Na fala de um político...hmmmmm, not so much!

É claro que em situações como a do presente artigo, de comunicação remota (interpretar uma entrevista de pessoa que não conhecemos a fundo), deve restar a dúvida se a causa de tantos “problemas” é malícia, imperícia ou ignorância do entrevistado.

Não precisamos, contudo, entrar nesses meandros para lamentar a pedagogia mesquinha e mistificadora das ideias de Freixo.

Sendo político, ajuda a propalar um discurso de ojeriza à política, em nome de uma moralidade burra que não resiste aos testes mais imediatos da realidade.

Ele nunca leva em consideração o fato que nosso regime político é o presidencialismo de coalizão e que os projetos alternativos hoje politicamente viáveis vão todos no caminho do cerceamento do voto popular. Não, prefere acusar Lula de fazer alianças, mesmo quando não há alternativa melhor para se governar o país.

Cala-se perante o descalabro de Moro e da Lava Jato, que estão jogando na lata do lixo a tradição de direito garantista em nosso país – coisa que deveria ser preocupação de primeira ordem para um militante dos direitos humanos.

Perde a oportunidade de marcar diferença entre ele e Bolsonaro, um político que prega sistematicamente o desrespeito aos direitos humanos.

Tudo isso para qual finalidade? Se apresentar como campeão da honestidade?

Fico imaginando o estrago que uma candidatura de Boulos pelo PSOL fará à imagem do próprio Boulos e a de seu movimento, o MTST.

Ter que lidar com militantes como Freixo e muitos outros bastante piores -- ele está longe de ser o mais moralista e antipolítico entre seus pares --, não é tarefa fácil nem do ponto de vista interno, organizacional, da campanha, quanto mais externo, isto é, na administração da imagem pública da candidatura.

O paradoxo já está explicito na resposta de Boulos à entrevista: ou ele transforma o PSOL em um partido verdadeiramente de esquerda, focado nas questões populares fundamentais, ou o PSOL afunda sua candidatura, e com ela sua reputação.

Agora, quem em sã consciência imagina que pode mudar por dentro o udenismo do PSOL, que aqui venho chamando candidamente de moralismo apolítico?

É claro, a postura anti-Lula e antipetista de Freixo se encaixa como uma luva na agenda da Folha de S. Paulo.

Sugiro ao leitor visitar o Manchetômetro (www.manchetometro.com.br) e ver o perfil da cobertura que esse jornal dedica ao ex-presidente e a seu partido.

Claro que o entrevistado sempre tem a escolha de falar o que o jornal e seus leitores querem ouvir, falar coisas que eles não querem ouvir, ou não dar entrevista para a Folha. Cada um faz suas escolhas e é responsável por elas.

Resta por fim saber se a atitude de Freixo é produto de malícia, imperícia ou ignorância?

Se me permitem um último palpite de final de ano -- não diria intuição pois talvez eu não tenha os atributos genéticos para tanto --, acho que é uma mistura das três coisas. E digo mais, provavelmente na proporção decrescente de sua ordem.

PARTE III - Geral

Clarín: Estados Unidos manejam a Lava Jato para destruir o Brasil e a América Latina

https://www.revistaforum.com.br/2017/12/25/clarin-estados-unidos-manejam-lava-jato-para-destruir-o-brasil-e-america-latin a/

25 de dezembro de 2017

Facebook Twitter

Reportagem da versão chilena do jornal Clarín mostra como o governo norte-americano forma procuradores e influencia no fenômeno do lawfare para derrubar chefes de governo e impor novas lideranças comprometidas com as políticas de austeridade neoliberal

Por El Clarín Chile, com tradução da Carta Maior

Meirelles e a canoa furada: não há espaço para o continuísmo golpista

22 de Dezembro de 2017 - TEREZA CRUVINEL

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ocupou o programa de TV do PSD nesta quinta-feira para falar bem de si mesmo.

Numa demonstração espantosa de miopia política e ilusionismo, ele quer ser o candidato do governo a presidente em 2018 e acha que pode ter alguma chance.

É um caso de salto voluntário na canoa furada.

A vida real e as pesquisas mostram que o sinal está fechado para qualquer forma de continuísmo golpista/governista, e este sentimento prevalecerá, ainda que o candidato favorito, o ex-presidente Lula, seja impedido de concorrer.

Evidência disso são o favoritismo de Lula, seguido de Bolsonaro, a rejeição abissal a Michel Temer e a ampla reprovação a seu governo e aos partidos que o apoiam. A opção pela mudança e a disposição para dizer não ao golpe só não serão confirmadas nas urnas se for imposta alguma variante de golpe.

Diferentemente de Geraldo Alckmin, que se afastou de Temer, embora deseje o horário eleitoral do PMDB, Meirelles não falou em seu chefe no programa do PSD.

Mas afirmou, em conversa com jornalistas, que ele pode ser um bom cabo eleitoral.

Se acredita mesmo nisso, até o mercado, que o bajula, vai assinalar que lhe falta o mínimo de tino político para aspirar à Presidência.

No programa do PSD, sem declarar-se candidato, apresentou-se como salvador da lavoura, capitalizando a queda da inflação e dos juros mas omitindo a profundidade que a recessão alcançou desde que se tornou ministro da Fazenda, bem como o agravamento da situação fiscal, expressa no dificit de R$ 159 bilhões previsto para este ano e para 2018.

Insistiu na ideia de uma terceira via entre Lula e Bolsonaro, ao dizer que deseja o “reencontro dos milhões de brasileiros que são maioria e que não estão nos extremos do ponto de vista político e ideológico".

O problema, tanto para Meirelles como para Geraldo Alckmin, é que matematicamente a maioria dos votos disponíveis já migraram para um polo e para o outro, como demonstra Marcos Coimbra, diretor do Instituto Vox Populi, em recente análise na revista Carta Capital.

Ele recorda que Lula e Bolsonaro juntos, dependendo do instituto que fez a pesquisa, já abocanharam entre 50% e 60% dos votos.

Somando-se a este contingente pelo menos 15% de votos nulos e brancos, uma estimativa até moderada diante da rejeição popular aos políticos e da descrença no sistema, teremos um total de 65% a 75% de votos com destino certo.

E como Lula e Bolsonaro ainda podem crescer, diz Coimbra, isso significa que serão cada vez menores “as chances de terceiras vias”.

Faltando 10 meses para a eleição, os votos disponíveis para a pescaria já estão muito reduzidos, não perfazendo 50%. Daí que, nas condições atuais, não existe a menor possibilidade de que um candidato governista, ligado a Temer, defensor do golpe e de suas políticas, chegue ao segundo turno.

Por isso mesmo as forças governistas empinam balões de ensaio e procuram no caldeirão dos casuísmos alguma fórmula que favoreça o continuísmo golpista. Entre elas, esta que parece delírio mas frequenta algumas cabeças: a da candidatura do próprio Temer, para governar sob um novo sistema de governo, o semipresidencialismo, sob o argumento de que é preciso evitar o perigo dos extremos e concluir a transição para outro modelo político.

Hoje mesmo, na conversa de final de ano com os jornalistas, ele mais uma vez voltou a falar em semipresidencialismo ao dizer que governou informalmente sob este sistema “sem perder a autoridade”. A falar na coisa, trata ele de colocar a palavra em circulação, de despertar interesse sobre seu significado e quem sabe conquistar apoios para uma variante golpista.

Meirelles, rejeitado por 75% dos entrevistados pela recente pesquisa Ipsos, insistindo na candidatura sem futuro corre o risco de perder seu único trunfo, o aval do mercado como gestor da agenda do golpe.

https://www.brasil247.com/pt/blog/terezacruvinel/333768/Meirelles-e-a-canoa-furada-não-há-espaço-para-o-continu%C3%ADsmo-golpista.htm

Num discurso feito em julho deste ano, no qual felicitava a si mesmo, o subprocurador geral estadunidense Kenneth A. Blanco, que dirigia a Divisão Penal do Departamento de Justiça (porque logo o Secretário do Tesouro, Steve Mnuchin, o escolheu para encabeçar a Direção de Investigação sobre Delitos

Financeiros), se referiu ao veredito condenatório ditado contra o ex-presidente do Brasil, Lula da Silva, como o principal exemplo dos “resultados extraordinários” alcançados graças à colaboração do Departamento de Justiça (DOJ, por sua sigla em inglês) com os promotores brasileiros na operação “anti corrupção” chamada Lava Jato.

PUBLICIDADE

A unidade da Divisão Penal do DOJ que colabora com a Lava Jato é a Seção de Fraudes. De novembro de 2014 até junho de 2017, quem dirigia a Seção de Fraudes do DOJ era ninguém menos que Andrew Weissman. Ao deixar essa função, ele foi transferido e passou a formar parte do grupo de choque contra Trump encabeçado pelo Procurador Especial do FBI, Robert Mueller. Weissman tem sido, há muito tempo, o principal assessor de Mueller, e seu histórico de conduta indevida lhe valeu o apelido de “pitbull judicial de Mueller”.

Agora que se está ficando evidente o assalto judicial de Mueller contra a Presidência dos Estados Unidos, com cada vez mais membros de sua equipe ficando expostos por sua corrupção e atos ilegais, é de se esperar que sua operação latino-americana, a Lava Jato, terá a mesma sorte.

Como se sabe, Weissman foi retirado da equipe de caça às bruxas porque transcendeu à luz pública sua parcialidade a favor de Hillary Clinton. Agora cada vez que se menciona a Weissman na imprensa estadunidense é para fazer referência à profunda corrupção que inunda o Departamento de Justiça e o FBI.

PUBLICIDADE

As ex-presidentas do Brasil e da Argentina, Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner, respectivamente, denunciaram na semana passada que os líderes nacionalistas e progressistas de todo o continente estão sendo submetidos sistematicamente ao que denominam *lawfare*, o uso da lei como arma de guerra, com o propósito de impor mudanças de governo e instalar chefes de Estado comprometidos com as políticas de austeridade neoliberal que vão destruindo a região. O discurso de Blanco demonstra que por trás do tal *lawfare* estão os mesmos interesses imperiais que buscam dar um golpe de Estado em seu próprio país, depor o presidente Donald Trump do seu cargo e instalar alguém ainda mais fiel aos interesses do mercado.

Em discurso mais recente, Blanco se jactou do papel do DOJ em toda esta farsa, durante um evento chamado Diálogo Interamericano, na palestra “Lições do Brasil: Crise, corrupção e cooperação global”. Na ocasião, Blanco deu as boas-vindas ao seu amigo Rodrigo Janot, quem foi há até pouco tempo, e durante anos, o Procurador Geral da República do Brasil, e um dos principais sicários da Lava Jato.

“É difícil imaginar, na história recente, uma melhor relação de cooperação que esta entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e os procuradores brasileiros. Esta cooperação nos ajudou de forma substancial com uma série de

temas públicos que agora estão resolvidos, e continuamos juntos em uma série de investigações", afirmou Blanco.

"A cooperação entre o DOJ e o Ministério Público brasileiro levou a resultados extraordinários. Só em 2016, por exemplo, o FBI e a Lava Jato estiveram cooperando e se coordenaram nas resoluções de quatro casos relacionados com a Lei sobre Práticas Corruptas no Exterior (FCPA por sua sigla em inglês), ligado às empresas Embraer, Rolls Royce, Braskem e Odebrecht. O caso da Odebrecht em particular é notável, devido ao seu alcance e sua extensão", continuou Blanco, que também lembrou que "os procuradores brasileiros conseguiram um veredito condenatório contra o ex-presidente Lula da Silva, acusado de receber subornos da empreiteira OAS em troca de contratos com a Petrobras. Casos como este são os que colocaram o Brasil no topo do ranking dos países que trabalham para combater a corrupção tanto dentro quanto fora do país".

Blanco revelou, nesse discurso, que a cooperação entre o DOJ e os procuradores brasileiros é tão grande que "operam inclusive fora dos processos formais, como nos tratados de assistência judicial mútua", que consistem em simples ligações telefônicas de uns para outros, para trocar informações ou solicitar evidências driblando as formalidades legais quando é necessário.

Procuradores e promotores de toda a região entram e saem dos escritórios do Departamento de Justiça estadunidense (o mexicano Raúl Cervantes, quem Blanco considera um "bom amigo", a panamenha Kenia Porcell", e muitos outros na Colômbia, no Equador e em vários países do continente) para falar sobre as ações "contra a corrupção", segundo o discurso do subprocurador. Embora o mesmo não tenha citado os juízes Claudio Bonadio e Sérgio Moro – responsáveis pelas condenações a Lula da Silva e Cristina Fernández de Kirchner, respectivamente – sabe-se que ambos também são parte desse esquadrão de elite judiciário, e figuras centrais da nova política de choque para o continente.

OS INTELECUTAIS E OS INFLUENCIADORES DIGITAIS

Paulo Timm – outubro, 24

Revisado para publicação SUL21

"Comunicação é uma arte de adereços bem administrados. Quem não produz um bom cinema, capricha no imediatismo da TV. Isso é o Brassiiiiiiiii!"

Benício Schmidt – Cientista Político – PhD , Editor Verbena Ed. Brasilia DF- FB

"Se quisermos compreender o mundo de onde acabamos de emergir, temos de nos recordar do poder das ideias."

Tony Judt – O Século XX esquecido , Edições 70, Portugal,2014- pg26

*

Semana passada (21/outubro) assisti ao Painel, Globonews, um dos “bons” programas de debates sobre Política e Economia, ancorado pelo jornalista William Waack, ao qual compareceram o Dr. José Eduardo Faria, jurisconsulto, Lourdes Sola, Cientista Política e Christopher Garman, diretor da Eurásia Group. Discutiram sobre as perspectivas do Brasil frente às eleições, em 2018. Uma das conclusões foi o consenso de que a preocupação com a corrupção, pela população, ultrapassou, de longe, as tensões com a violência e até desemprego. Este seria o chão sobre o qual cresce o aventureirismo, alimentado pela descrença na democracia.

Pesquisas feitas em todo o continente latinoamericano mostram, com efeito, que o brasileiro é o mais desencantado com o regime de liberdades e duas pesquisas recentes apontam o avanço da preferência pelo autoritarismo. Estranho, também, que não tenham falado do mais importante: A rejeição do distinto público aos Partidos e também candidatos em 2018, como bem assinala o Prof. Benicio Schmidt no FB no dia 19 setembro: *“ Pesquisa CNT/MDA: todos candidatos mencionados têm rejeição acima de 50%....Amplo território a ser politicamente trabalhado, também indicando que sem grandes composições ninguém ganha...Ao final, claro, haverá um vencedor, porém minoritário diante do Congresso e frente à população. Mantidas as condições, grande abstenção e votos nulos e brancos pela horizonte!”*

EDITORIAL - *Preocupações dos brasileiros*
http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/501990/t/preocupacoes-dos-brasileiros

Diante de uma situação de crise econômica, com o desemprego atingindo mais de 12 milhões de trabalhadores, o equivalente à população do município de São Paulo, o brasileiro tem no emprego a sua principal preocupação neste ano de 2017. Foi o que detectou a pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira - Problemas e Prioridades, divulgada nesta semana pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo o levantamento, que ouviu 2.002 pessoas em 141 municípios entre os dias 1º e 4 de dezembro do ano passado, o principal problema apontado pela população foi o desemprego, com 43% das menções. Empatados em segundo lugar, ambas com 32% das respostas, ficaram saúde e corrupção, dois pontos que também andam sacudindo o país e tirando o sono de muita gente.

Quando a questão levantada é prioridade, a melhoria dos serviços de saúde, com 38% das menções, foi a mais citada no levantamento, pela quarto ano consecutivo. A pesquisa mostra ainda que a medida é mais importante para as mulheres do que para os homens. Enquanto 44% das mulheres indicaram a saúde como uma de suas prioridades, a mesma importância foi dada por 32% dos homens.

Com o agravamento da crise econômica - o crescimento da economia previsto para este ano é ínfimo -, a criação de empregos, o combate à inflação e o aumento do salário mínimo tomaram o lugar de prioridades ligadas à segurança. A geração de emprego, por exemplo, subiu do sétimo lugar, em 2014, quando recebeu 18 das menções, para o segundo lugar neste ano, com 32% das menções. Já o combate à inflação, que no ano passado estava segundo lugar, caiu para o terceiro em 2017, mencionado por 28% dos entrevistados.

Um detalhe importante é sobre a corrupção, que também tem virado o país de cabeça para baixo e abalado definitivamente nosso moral. É a mais lembrada entre os mais jovens e pela população com maior grau de instrução. Enquanto 38% dos jovens de 16 a 24 anos apontam a corrupção como um dos principais problemas do país, esse percentual cai com a idade, chegando a 29% entre os que têm 55 anos ou mais. Entre os entrevistados com curso superior, 44% citaram a corrupção como um dos dois principais problemas do país. Esse percentual cai para 20% entre os que têm até a quarta série do ensino fundamental.

O levantamento mostra o grau de preocupação da sociedade brasileira e reflete esse momento delicado em que vivemos. As crises econômica, política, institucional, social e moral provocam profundas cicatrizes sociais que esperamos possam ser curadas algum dia.

Não obstante, entenderam os participantes do PAINEL que há um divórcio entre o que pensa a opinião pública sobre a corrupção, infectando a credibilidade sobre o Presidente Temer, instituições políticas e , sobretudo políticos – uma verdadeira sinistrose - , e aquilo que os especialistas avaliam sobre a conjuntura , sobre a qual se revelam deveras otimistas. Pensam: "O Brasil está avançando institucionalmente". Para eles, mais importante do que a corrupção, ora revelada pelo complexo da LAVAJATO, que não se resume ao Juiz Moro, mas a uma trama de órgãos, promotores e juízes de várias instâncias, é o combate à corrupção, levado a efeito pelos ógãos nela envolvidos e que apontam para um inequívoco amadurecimento do Estado. Para romper o divórcio entre o senso comum e o senso qualificado, os debatedores presentes reclamam de um aperfeiçoamente nos vasos comunicantes entre povo e elites pensantes, tradicionalmente realizados pelos Partidos, hoje estigmatizados e em decomposição. Não explicaram como fazer isso.

Cinco observações sobre o dito Programa:

1. Não é certo que os intelectuais em bloco, estejam de acordo com a ideia de aperfeiçoamento institucional no Brasil e antepostos ao senso comum da opinião pública. Eu, particularmente, desconfio disso. Participam do Programa Painel, com raríssimas exceções, especialistas de corte conservador, de inspiração neoliberal e isso explica sua posição;

2. O divórcio apontado é muito mais efetivo entre uma opinião pública horrorizada não só pela corrupção, como pela perda sistemática de direitos que

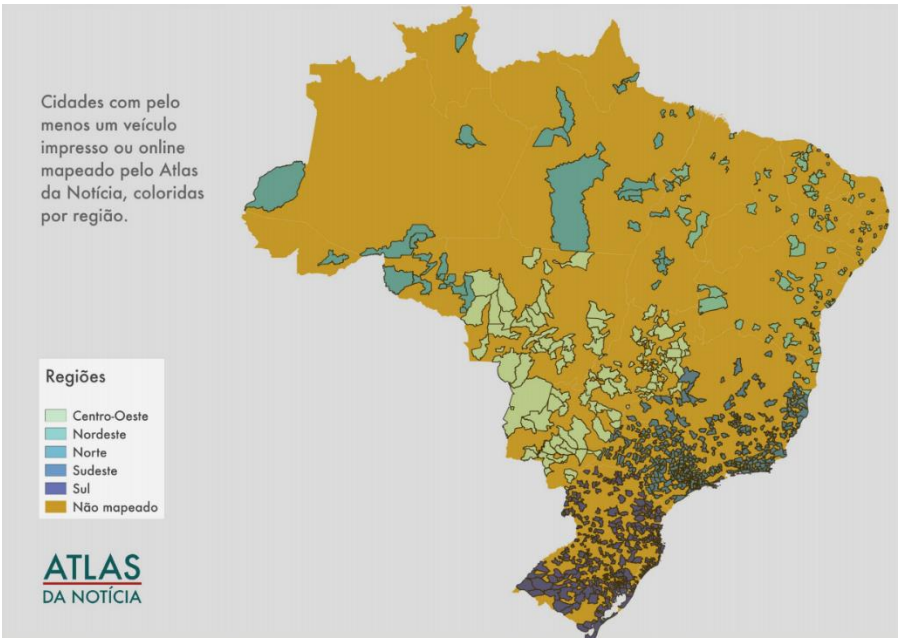
veem sendo empreendidas em nome, precisamente, da agenda neoliberal comandada pelo Presidente Temer;

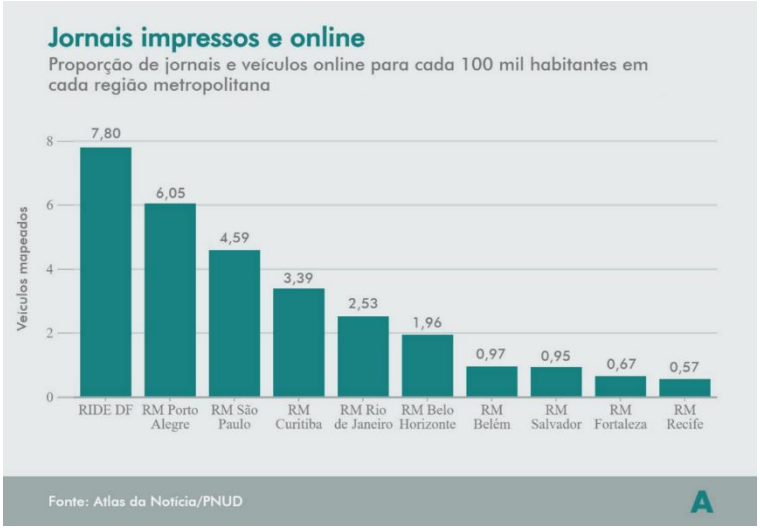
3. A opinião pública, embora um pouco intoxicada pela Mídia no tocante à escândalos e atos de violência cotidiana, vem sendo alimentada, hoje, por outros meios digitais, como as redes, ou meiostradicionais, como lideranças locais, regionais, aí localizando as sindicais e religiosas, estando muita próxima dos fatos;

4. Apesar disso, é fato que ainda ficam fora do alcance digital uma grande fração das classes mais baixas de renda, uns 50 milhões de brasileiros, que ganham abaixo de um salário mínimo; além disso, como diz Benício Schmidt, Editor da Verbena Ed.: " Pois, afinal, 74% dos brasileiros nunca comprou um livro".

5. Não é certo, também que os Partidos traduzem às massas as brilhantes ideias dos especialistas. Este mito supõe um papel ativo, tanto dos intelecutais orgânicos frentes aos seus respectivos partidos, como da efetiva capacidade destes partidos de filtrarem as informações ao público. Isso mudou. Não existem mais nem intelectuais influentes sobre os respectivos Partidos, nem Partidos influentes sobre filiados e eleitores. Hoje vive-se um tempo de desintelectualização total da vida pública, senão até da vida social e o papel de informação, com o advento digital passou dos jornais e Partidos para os influenciadores digitais. No Brasil, o recente Mapa do Jornalismo demonstra que 70 milhões vivem à margem da própria imprensa escrita, a qual, segundo Luiz Nassif em coluna recente não teme afirmar que "a mídia perdeu o controle absoluto sobre a criação de imagens públicas"-

"70 milhões de brasileiros vivem em deserto de notícias", *Pedro Varoni e Vitor Prado em 06/11/2017 na edição 965*





http://observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/70-milhoes-de-brasileiros-vivem-em-deserto-de-noticias/

Para concluir, me detenho sobre este fenômeno dos comunicadores digitais, um novo papel que está aposentando, tanto a velha imprensa, como a velha política, com suas instituições, inclusive Partidos. Os chamados influenciadores digitais, com milhões de fiéis seguidores, reiteram a desintelectualização vez que vêem pasteurizados pelo senso comum de baixa qualificação técnica. É resultado da revolução tecnológica no processo de produção e difusão de imagens e ideias, aberto a quem assim o deseje, tranduzindo-se por uma infinidade de blogs, vlogs, redes, canais de youtube, todos muito bem elaborados, que tratam de temas cotidianos e são seguidas, principalmente por jovens e pessoas com baixo nível de leitura crítica. E seus protagonistas ganham não só fama mas muito dinheiro, ao se converterem em veículos de propaganda.

Entenda o que é um influenciador digital e qual o seu papel

http://blog.una.br/entenda-o-que-e-um-influenciador-digital-e-qual-o-seu-papel/

Escrito por Ânima Educação

Em todas as épocas, existem pessoas que exercem influência sobre as demais. Elas são os chamados formadores de opinião. São celebridades ou profissionais de destaque em determinadas áreas – ou até mesmo dentro de uma empresa – que têm a capacidade de influenciar as escolhas e a opinião de outras pessoas.

Hoje, este papel pertence ao chamado digital influencer, ou influenciador digital. São personalidades da internet que têm um número grande de seguidores em redes sociais, blogs e diversos outros canais.

Através dessas redes, eles conseguem divulgar empresas, produtos e serviços com grande facilidade. Por isso, as grandes marcas têm investido cada vez mais em parcerias com personalidades da internet.

Recentemente, a firma Provokers para o Google e o Meio & Mensagem, em sua terceira edição divulgaram o relatório “Os influenciadores:Quem brilha mais no

Brasil” - https://digitaisdomarketing.com.br/confira-o-ranking-de-influenciadores-digitais-do-brasil/ -.:Whindersson Nunes, com 21 anos, por exemplo, é dono do maior canal de YouTube do Brasil em número de inscritos, atualmente na casa dos 22 milhões. Seguem-lhe Flavia Calina, Julio Cocielo, Felipe Castanhari e Felipe Neto, na casa de outros milhões de seguidores.

O que é fato, contudo, é que o mundo mudou, a linguagem mudou, as ideias estão mudando rapidamente, os influenciadores da opinião pública são outros, e a nossa democracia ainda opera em nível artesanal, sequer analógico, quando tudo já gira digitalmente em alta velocidade. Eis aí, sim, o solo do aventureirismo que se anunciará como baluarte de uma nova era. Olho!

MAV…

Não permita ser usado. Tenho certeza de que você é capaz de colaborar muito mais com os objetivos deste grupo usando a originalidade dos seus pensamentos do que deixando-se levar pelas ideias de um pensador coletivo.

Você sabe o que é MAV? [https://goo.gl/RUUL5b]

Significa Militância em Ambientes Virtuais. Que nada mais é do que núcleos de militantes, tanto de partidos pró quanto de partidos contrários ao governo, treinados para operar na internet, em publicações e redes sociais, segundo orientações partidárias. A ordem é fabricar correntes volumosas de opinião articuladas em torno dos assuntos do momento. Um centro político define pautas, escolhe alvos e escreve uma coleção de frases básicas. Os militantes as difundem, com variações pequenas, multiplicando suas vozes pela produção em massa de pseudônimos. No fim do arco-íris, um Pensador Coletivo fala a mesma coisa em todos os lugares, fazendo-se passar por multidões de indivíduos anônimos. Você pode não saber o que é MAV, mas ele conversa com você todos os dias.

o Pensador Coletivo não crê na hipótese de existência da opinião individual.

O Pensador Coletivo abomina argumentos específicos. Seu centro político não tem tempo para refletir sobre textos críticos e formular réplicas substanciais. Os militantes difusores não têm a sofisticação intelectual indispensável para parafrasear sentenças complexas. Você está diante do Pensador Coletivo quando se depara com fórmulas genéricas exibidas como refutações de argumentos específicos. O uso dos termos como: "elitista", “petralha”, "preconceituoso", “militonto” e "privatizante", assim como suas variantes, é um forte indício de que seu interlocutor não é um indivíduo, mas o Pensador Coletivo.

O Pensador Coletivo interpreta o debate público como uma guerra. "A guerra de guerrilha na internet é a informação e a contrainformação". Como, no mundo real, eles circulam por aí. Você provavelmente conversa com o Pensador Coletivo quando, no lugar de uma resposta argumentada, encontra qualificativos desairosos dirigidos contra o autor de uma crítica cujo conteúdo é ignorado. "Direitista", “comunista”, "reacionário", “bolivarianista” e "racista" são as ofensas do manual, mas existem outras. Um expediente comum é adicionar ao impropério a acusação de que o crítico "dissemina o ódio" ou “defende bandidos”.

O Pensador Coletivo é uma máquina política regida pela lógica da eficiência, não pela ética do intercâmbio de ideias. Por isso, ele nunca se deixa intimidar pela exigência de consistência argumentativa. Os procedimentos do Pensador Coletivo estão disponíveis nas latas de lixo de nossa vida pública: mimetizá-los é, apenas, uma questão de gosto.

Existem similares do MAV em todos partidos. O conceito do Pensador Coletivo ajusta-se a todas as correntes políticas que se acreditam ser possuidoras da chave da porta do futuro. Na era da internet, e na hora de uma campanha eleitoral, o invento vai sendo copiado e adaptado.

Como administrador de um grupo com propostas pluripartidária, como é o caso do ‘Consciência Política, Razão Social’, identificar robôs de opinião é um joguinho que não tem graça nenhuma.

Dagmar Vulpi

É dando que se recebe

27/12/2017 - BERNARDO MELLO FRANCO

BRASÍLIA - Líder do centrão na Constituinte, o deputado Roberto Cardoso Alves deixou uma máxima para a história: "É dando que se recebe". Era uma releitura picareta da oração de São Francisco de Assis. Em vez de pregar a generosidade, o peemedebista defendia as barganhas em troca de votos no Congresso.

Três décadas depois, a frase continua a pautar as relações entre o Planalto e o Legislativo. O velho Robertão está morto, mas o fisiologismo tem um novo porta-voz: é Carlos Marun, recém-promovido a ministro da Secretaria de Governo.

Na semana passada, governadores começaram a acusá-lo de chantagem. Eles dizem que Marun exige votos a favor da reforma da Previdência em troca da liberação de empréstimos da Caixa Econômica Federal.

O primeiro a protestar foi o governador de Sergipe, Jackson Barreto. "Marun me falou que há vários contratos com a Caixa, mas o governo só vai liberar após a votação da reforma. Achei uma coisa fora de propósito", reclamou, em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo".

Em outros tempos, o governo tentaria desmentir a acusação de chantagem explícita. Formado na escola política de Eduardo Cunha, Marun não se preocupa nem com as aparências. Nesta terça-feira, ele confirmou a pressão e defendeu o escambo com verbas da Caixa.

"Financiamentos da Caixa Econômica Federal são ações de governo. Não entendo que seja uma chantagem", disse o ministro. "O governo espera daqueles governadores que têm recursos a ser liberados [...] uma reciprocidade no que tange a questão da Previdência", acrescentou.

Os bancos públicos podem e devem executar ações de governo, como o financiamento de projetos de infraestrutura e o empréstimo de recursos para Estados e municípios tocarem obras. Condicionar os repasses a votos no Congresso tem outro nome. É o velho "toma lá, dá cá", que tipos como Robertão e Marun não têm vergonha alguma de defender.

http://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2017/12/1946231-e-dando-que-se-recebe.shtml

DE GETÚLIO A JEFFERSON, PTB ACABA COM DIREITOS E TEMER MENTE SOBRE EMPREGO

http://www.balaiodokotscho.com.br/2017/12/28/de-getulio-jefferson-ptb-acaba-com-direitos-e-temer-mente-sobre-emprego/

28 De Dezembro De 2017 Ricardo Kotscho

A trajetória do PTB (para quem não lembra, a sigla quer dizer Partido Trabalhista Brasileiro), de Getúlio Vargas, seu fundador, a Roberto Jefferson, atual dono da legenda, é emblemática da degradação do sistema político-partidário no país.

Getúlio criou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) na década de 40 do século passado, que acaba de ser desmontada em poucos meses

pelo governo Michel Temer, ao implantar na íntegra o projeto de reforma apresentado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), sob a alegre batuta do agora ex-ministro Ronaldo Nogueira, do PTB gaúcho (gaúcho como Vargas!), indicado por Jefferson, que atendeu a todas as antigas reivindicações do patronato para acabar com os sindicatos, a Justiça Trabalhista e os direitos dos assalariados.

Ninguém sabia quem era Ronaldo Nogueira, que agora voltará para o anonimato do baixo clero, mas seu nome será lembrado como o do ministro do PTB que tentou revogar a Lei Áurea. Houve protestos até da ONU e Temer foi obrigado a recuar daquela barbaridade que praticamente liberava o trabalho escravo no Brasil.

Sob o pretexto de “modernizar a legislação trabalhista” para criar mais empregos, Nogueira apresentou um balanço da sua gestão na carta em que pediu demissão do cargo na quarta-feira.

“Saímos de um modelo de alta regulação estatal para uma forma moderna de autocomposição dos conflitos trabalhistas, colocando o Brasil ao lado das nações mais desenvolvidas do mundo”.

Que beleza, agora somos modernos! O que dirão disso as “nações mais desenvolvidas”? A quem eles pensam que enganam?

Colocar os trabalhadores para defender seus direitos em negociação direta com os patrões, sem a intermediação dos sindicatos e do Estado, é mais ou menos como botar o meu São Paulo para jogar de igual para igual com o Barcelona, no campo do Barcelona, num jogo sem juiz, com os direitos de transmissão de TV negociados por Marin, Teixeira, Del Nero e cia. bela.

Por ironia do destino, no mesmo dia, o ministro do PTB, que será substituído por outro deputado do PTB, também indicado pelo inefável Roberto Jefferson, foi obrigado a anunciar que em novembro o Brasil teve mais demissões do que contratações, com um saldo negativo de

12,3 mil vagas, justamente no mês em que foi implantada a nova legislação trabalhista. Em lugar de mais empregos, mais demissões.

Nos primeiros 11 meses de 2017, o saldo foi positivo em 299,6 mil vagas, bem longe do um milhão de novos empregos repetidamente anunciados pelo presidente Temer e o ministro Meirelles em seus discursos e na feérica e milionária campanha do governo “Agora, é avançar” veiculada dia e noite nos meios de comunicação.

Avançar para onde? A propaganda oficial só não fala que vivemos num país onde ainda há quase 13 milhões de desempregados e correm, ou melhor, dormem no Supremo Tribunal Federal 12 ações diretas de inconstitucionalidade contra a tal “Lei da Modernização Trabalhista”.

De mentira em mentira, de recuo em recuo, estão criando um Brasil de fantasia nas fake news com carimbos oficiais embaladas na propaganda pública e privada de que agora tudo vai melhorar.

Bem que poderia ser verdade nesta passagem de ano, um tempo em que sempre há uma renovação de esperanças, mas os números insistem em mostrar a realidade e os Maruns da vida nadam de braçada tirando um sarro da nossa cara.

Se os fatos negam a propaganda, danem-se os fatos.

Vida que segue.

.

Para entender as diferenças entre o PT e o PSOL

30/12/2017

Luis Nassif

A respeito da polêmica desencadeada pela entrevista do presidente do PSOL Marcelo Freixo à Folha, as disputas entre PT e PSOL se devem exclusivamente à busca de espaços políticos de lado a lado.

O PT sempre foi uma confederação de tendências.

Aliás, o PT dos anos 80 seria o melhor exemplo de partido contemporâneo, nesses tempos de redes sociais, de coletivos e outras formas horizontais de organização.

A própria caminhada rumo ao poder, no entanto, induziu a uma centralização do poder em poucos grupos majoritários.

Houve um acordo político que permitiu dividir poder, excluindo não apenas a esquerda mais radical, mas outros grupos minoritários.

No período José Dirceu a centralização se justificava, até como forma de garantir a governabilidade de Lula. No poder, como seria natural, o PT se estratificou.

A era Ruy Falcão, serviu apenas para consolidação de poder interno, sem a mínima capacidade de enxergar o entorno.

E tudo isso, enfrentando o período de maiores transformações na história da militância política, com o advento das redes sociais e das novas formas de organização.

E aí é importante entender adequadamente os movimentos de junho de 2013.

Está certo Lula de enxergar a mão externa.

E está certo o presidente do PSOL, Marcelo Freixo, de enxergar os novos tempos.

AS MANIFESTAÇÕES DE 2013

Quem deu o tiro inicial foi um coletivo de esquerda, o Movimento do Passe Livre, em cima de uma bandeira relevante, mas pequena em relação ao conjunto de políticas públicas.

Acendeu o fósforo no momento em que o mal-estar econômico se alastrava por todo o país, em um movimento pendular que se seguiu à grande euforia do período 2008 a 2012.

Às ruas foram jovens militantes de esquerda, classe média desiludida, o grupo dos que posteriormente passaram a ser conhecidos como “coxinhas”.

Mas quem apanhou da Polícia Militar de Alckmin foram os jovens esquerdistas, não os halterofilista do MBL.

Mesmo assim, o PT fechou completamente as portas a eles.

Temia perder o protagonismo das ruas.

Nesse sentido, Marcelo Freixo está coberto de razão.

O novo tempo era dos coletivos, das mobilizações virtuais.

Nem o PT nem Dilma Roussef se deram conta dos novos tempos.

Poucos meses antes das manifestações, tive um encontro com a presidente Dilma Rousseff, presente Helena Chagas - ambas poderão atestar o conteúdo da conversa.

Nele, alertei a presidente que, nas redes sociais, havia uma militância de esquerda aguerrida mas que estava acuada pela militância de direita que surgia.

E a principal razão era a falta de bandeiras políticas legitimadoras.

- Você não dá bandeiras a eles, disse-lhe.

Era simples para a direita mobilizar as pessoas em torno do mal-estar. Bastava mirar a figura maior, a presidente da República.

Foi assim nas diretas, na qual o presidente era um militar.

Para os grupos que defendiam a presidente, o jogo era mais difícil. Tinha que levantar bandeiras, defender princípios.

Naquele período, a única bandeira legitimadora foi a do Mais Médicos. Depois, nenhuma mais.

Na fase de maior politização da história, tinha-se no poder paradoxalmente um governo de esquerda e o mais tecnocrático da história em período democrático e uma direção partidária mais preocupada em defender o território interno conquistado do que em conquistar novos adeptos.

O PT jogou os jovens do MPL ao mar e perdeu o único ponto de contato com as ruas.

E aí foi uma baba (para usar um termo mineiro) para a direita, especialmente com o know how acumulado pela consultoria norte-americana nas sucessivas primaveras em países do Oriente Médio.

Em um novo mercado político, no qual até os motoqueiros conseguiam arregimentar pessoas para manifestações políticas, bastou bancar dois ou três grupos organizados para incendiar as redes sociais e esparramar-se pelas ruas.

Especialmente depois que, a partir do terceiro ou quarto dia, a Globo descobriu que havia um terreno fertilíssimo para seus intentos golpistas.

Portanto, ambos – Lula e Freixo tem razão. O PT nunca entendeu os movimentos que surgiam das redes sociais.

Não entendendo, deixou a porta escancarada para o trabalho da direita e de seus consultores externos.

OS CONFLITOS DE ESQUERDA

Os partidos políticos brasileiros não são democráticos.

O PSDB é dominado por caciques. Mesmo com suas prévias, não existe democracia interna no PT.

E, por tal, entenda-se o modelo capaz de permitir a existência de grupos minoritários que tenham espaço para disputar o poder.

Um mapa nacional do PT mostrará a consolidação de lideranças tradicionais em todos os quadrantes do país, mais no sudoeste sustentado pela malha sindical, mais ao norte por lideranças formadas há mais de duas décadas.

A última leva de dirigentes nasceu da campanha do impeachment, de 25 anos atrás.

A maior parte dos dirigentes, das diretas de 30 anos atrás.

Um partido democrático abriria espaço para a oposição interna, grupos que combateriam a direção sem sair do partido, desde que houvesse horizonte de alternativa de poder.

É o grande segredo do PC chinês.

No PT, em vez de oposição dentro do partido, partiu-se para a criação de novos partidos, visando assegurar espaço para os dissidentes.

Nasce, assim, o PSOL e, depois, partidos mais à esquerda, como o PSTU.

E todos eles rapidamente se estratificam, antes mesmo de se tornar poder.

Hoje em dia, o único fator a ligar todos os militantes do PT, as diversas linhas, os intelectuais progressistas independentes, é Lula, a perspectiva de que volte ao poder. Cada vez mais o PT depende de Lula.

Sem a capilaridade do PT, as lideranças acabam dependendo do espaço que conseguem na grande mídia.

E o espaço é garantido por críticas ao PT e, especialmente, a Lula.

Cria-se uma aliança espúria entre líderes de esquerda e mídia, cuja liga é dada pela capacidade de criticar as lideranças de esquerda constituídas.

Há os exemplos aí de Randolfo Rodrigues fazendo aliança com a direita do Ministério Público Federal (alô, Randolfo, acorde: é direita sim!); Aldo Rebelo com a UDR; Cristovam Buarque com-quem-vier-eu-traço.

E o PSOL desancando o PT; e os ativistas do PT desancando o PSOL.

Essa visibilidade, junto com o desgaste do PT, acaba promovendo festivais de onisciência, como essa ideia de Freixo, de lançar Guilherme Boulos à presidência.

O próprio Boulos deve ter considerado ridícula a proposta.

Independentemente de seu reconhecido valor, Boulos representa um segmento único do corpo social, os sem teto.

Nada a ver com o Lula e o PT dos anos 80, que tinha a Igreja, os sindicatos, os movimentos católicos, os pensadores da esquerda independente.

Como pretender de Boulos um projeto de país?

No vídeo que colocou no Youtube, visando responder às críticas sobre a entrevista à Folha, Freixo salienta a importância das eleições, a união que haverá no segundo turno etc.

É compreensível que, para se diferenciar do PT, o PSOL faça críticas pontuais a pontos do programa de Lula.

Os ataques intermitentes, o apoio à Lava Jato e outras concessões, no entanto, contribuirão para o acirramento das divergências e para o jogo desestabilizador da mídia.

O caminho da união passa pelo menor grau de sectarismo que vier a ser adotado pela nova direção do PT; e um amadurecimento maior das dissidências, em nome do objetivo maior, de restaurar a democracia.

https://jornalggn.com.br/noticia/para-entender-as-diferencas-entre-o-pt-e-o-psol-por-luis-nassif

BOULOS PREGA UNIDADE CONTRA RETROCESSOS

Em nota, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), coordenado por Guilherme Boulos, critica a caçada judicial contra o ex-presidente Lula e defende o direito de sua candidatura presidencial; "O MTST se coloca na luta em defesa do direito de Lula ser candidato.

Trata-se de defender a democracia contra mais um passo do golpe, até porque esse julgamento tem se demonstrado profundamente anti-democrático, baseado mais em certas convicções do que em provas concretas. Por isso estaremos em Porto Alegre no dia 24 de janeiro construindo as manifestações", diz o MTST

31 DE DEZEMBRO DE 2017

247 - O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) divulgou nota em que defende a unidade das forças populares contra os retrocessos e em defesa da democracia.

Coordenado pelo filósofo Guilherme Boulos, o MTST critica a caçada judicial contra o ex-presidente Lula e defende o direito de sua candidatura presidencial.

"O MTST se coloca na luta em defesa do direito de Lula ser candidato. Trata-se de defender a democracia contra mais um passo do golpe, até porque esse julgamento tem se demonstrado profundamente anti-democrático, baseado mais em certas convicções do que em provas concretas. Por isso estaremos em Porto Alegre no dia 24 de janeiro construindo as manifestações", diz a nota.

O MTST também se manifestou sobre o convite do PSOL a uma candidatura presidencial de Guilherme Boulos.

Leia, abaixo, a nota na íntegra:

NOTA DE FIM DE ANO DO MTST

Unidade contra os retrocessos e em defesa da Democracia

O ano de 2017 marcou o aprofundamento do golpe no Brasil.

Cortes de programas sociais, perdão de dívidas dos ruralistas, venda do Pré-Sal, isenção de impostos para petroleiras multinacionais, mudanças na legislação ambiental. Enfim, o cardápio de retrocessos de Temer foi variado.

O ponto mais grave foi a aprovação da Reforma Trabalhista, proposta que foi propagandeada como um mal necessário para recuperar a geração de empregos e mostrou suas consequências já no primeiro mês de aplicação: 12,3 mil vagas formais fechadas no Brasil.

É claro que todos esses ataques enfrentaram resistência, especialmente no primeiro semestre.

Em abril, o povo se mobilizou em todo país construindo a maior Greve Geral dos últimos anos, com 35 milhões de brasileiros em paralisação.

No dia 24 de maio, 200 mil pessoas ocuparam Brasília.

O MTST também esteve presente nas mobilizações e iniciou o ano com uma ocupação de 22 dias na Av Paulista pela retomada do programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Organizamos também grandes ocupações nas periferias, a exemplo da Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo.

O ano de 2018 se aproxima com o anúncio de novos retrocessos.

O governo Temer já programou a votação de Reforma da Previdência para fevereiro.

Precisaremos novamente de muita unidade para a construção de mobilizações e paralisações.

Além disso, enquanto as discussões a respeito do Sistema Parlamentarista ou Semi-Presidencialista crescem em Brasília, o julgamento do ex-presidente Lula no TRF-4 em Porto Alegre foi marcado em tempo recorde, numa tentativa clara de retirá-lo da disputa presidencial no tapetão.

O MTST se coloca na luta em defesa do direito de Lula ser candidato.

Trata-se de defender a democracia contra mais um passo do golpe, até porque esse julgamento tem se demonstrado profundamente anti-democrático, baseado mais em certas convicções do que em provas concretas. Por isso estaremos em Porto Alegre no dia 24 de janeiro construindo as manifestações.

A antecipação do debate eleitoral de 2018 tem sido tema de inúmeras discussões no campo dae esquerda.

A coordenação do MTST tem debatido o convite feito pelo PSOL a Guilherme Boulos, para a disputa presidencial, com serenidade e respeitando os tempos da construção coletiva. Esta possibilidade, aliás, surgiu do acúmulo social e organizativo do MTST e de debates amplos como os promovidos pela plataforma Vamos, que desde sua origem busca construir a mais ampla unidade entre a esquerda.

Colocaremos nossa posição tão logo essa discussão se conclua internamente e junto com companheiros do PSOL.

Neste momento, porém, acreditamos que toda a esquerda deve se unir mais uma vez na luta por direitos e em defesa da democracia.

“Os caídos que se levantem!

Os que estão perdidos que lutem!

Quem reconhece a situação como pode calar-se?

Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.

E o "hoje" nascerá do "jamais".”

Bertold Brecht – O elogio da dialética

Eu apoio o 247

https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/334846/Boulos-prega-unidade-contra-retrocessos.htm

O gado que aplaude o chicote, por Daniel Gorte-Dalmoro

O gado que aplaude o chicote, por Daniel Gorte-Dalmoro

DALMORO QUI, 14/12/2017 - ATUALIZADO EM 14/12/2017 -

Durante a ditadura civil-militar adotou-se a cenoura ideológica do "Brasil, país do futuro". Para o grosso da população, o Brasil vivia do futuro (e não para o futuro): o interregno ditatorial logo daria lugar a uma democracia das pessoas de bem, o bolo cresceria para logo ser dividido (Delfim Netto afirma nunca ter dito isso, o que parece ser verdade: ao que tudo indica, nunca passou pela sua cabeça a necessidade de dividir o bolo com a rafuagem, vide suas defesas das ações do governo golpista atual), em breve o Brasil se tornaria uma potência mundial; um amanhã radiante, para compensar o hoje funesto e mórbido ou, como (não) cantava Raul Seixas em "Como vovó já dizia" (censurada): "Quem não tem presente se conforma com o futuro.

Com a produção da memória (e do esquecimento) nas mãos do status quo (do espetáculo, diria Debord), foi preciso apenas uma geração para que a ditadura civil-militar não fosse mais que uma historieta distante, sem maiores implicações na vida, e o campo estivesse pronto para a semeadura de uma nova ditadura (desta feita, ao que tudo indica, encabeçada por juízes e procuradores, não mais por militares), a avançar brandamente como um zepelim sob o céu azul (seria Lula nossa Geni?).

Novamente tolhidos do presente, nos conformamos com o futuro. Contudo, ao contrário de 1970, a solidariedade social foi dinamitada por um individualismo cego e suicida, e o futuro que se sonha a partir dos escombros que habitamos é um futuro individual - a coletividade pode servir de alicerce para a "vitória" do indivíduo, não pode crescer junto (como atestam o ódio ao PT e aos programas sociais de minoração da miséria e aos de capacitação precária da mão-de-obra).

Durante o almoço, ao meu lado, dois advogados conversam, ambos na faixa dos trinta anos. O rapaz conta do seu crescimento e do seu mais novo contrato. Não diz explicitamente, mas fica evidente que se considera um predestinado dos grandes fornecedores. Conta primeiro que conseguiu abrir seu escritório graças a uma indenização ganha contra o Carrefour, por ter incluído seu nome no CPC/Serasa após ter quitado sua dívida. Admito que não sou entendedor dessas questões, se a decisão de mandar o inadimplente (ou suposto) para a lista suja é automatizado ou depende uma pessoa, porém me chamou a atenção que seu nome ficou sujo por duas pendências: uma de cinqüenta e outra de trinta

centavos. Graças a essa cobrança de oitenta centavos, o Carrefour teve que pagar três mil reais (na época, que não sei quando foi). Parece um erro grotesco de programação, ao mesmo tempo soa bastante plausível como ação deliberada de um funcionário insatisfeito com a empresa.

A mais recente proeza do rapaz é um contrato recém assinado, para ser advogado das Casas Bahia. "Na verdade - ele se corrige -, não foi a Casas Bahia quem me contratou; sou terceirizado". Tenho a clara impressão de que falou com orgulho que era um trabalhador precário - talvez fosse orgulho por estar trabalhando para uma grande rede. Ele prossegue e conta, admirado, do escritório que o contratou: "mudaram pra Alameda Santos. Ficaram com uma estrutura super enxuta. São os dois sócios, mais dois advogados e uma estagiária", mas tem cento e cinqüenta advogados trabalhando para eles. "Estão certos: não tem que ficar administrando pessoal, gastando com férias, décimo terceiro, essas coisas". Sua interlocutora concorda entusiasmada, cita um caso de um escritório que está seguindo "a nova tendência do mercado".

Reparo nos dois. O homem é negro, a mulher, branca. Não tem a menor pinta de que estudaram na USP, ou mesmo na PUC. Provavelmente conseguiram seus anéis de bacharéis graças ao Prouni do Lula. São peões sonhando ser patrões. E em nome do que acreditam que um dia virão a ser, batem palmas à própria exploração, comemoram a perda dos seus direitos, planejam fazer o mesmo e um pouco mais quando estiverem do outro lado do balcão, quando de gado se tornarem quem dá o preço no leilão. Se se tornarem. Se...

A cenoura ideológica atual diz que é só você querer, que amanhã assim será, basta um pouco de esforço e abnegação. Propositalmente não diz que esse paraíso terrestre tem vagas limitadas e fila preferencial - e certamente os dois deslumbrados ao meu lado, um deles que acha que tirou a sorte por ter conseguido três mil reais de indenização, estão longe de entrar nessa fila, se não tiverem sorte ou um jeitinho heterodoxo de resolver a vida. Negar a própria realidade em favor do que ingenuamente acreditam que um dia se tornarão: negar que são oprimidos, embalados no sonho de logo se tornarem opressores. Paulo Freire, desenterrado pela extrema-direita (e terraplanistas em geral) como educador-ideólogo a serviço do PT, esquecido de fato pela esquerda, se mostra atual, como nunca deixou de ser.

Nosso trabalho de base se mostrou falho - e não só por comodismo com o PT no poder federal e adequação ao seu discurso despolitizante. Parte da esquerda - a com maior capital simbólico e cultural - nunca quis sujar os pés, sair de suas cômodas salas de aula da academia e tentar dialogar com a massa da população - dialogar e não civilizar, ensinar, conduzir: entrar em contato e ouvir medos e aspirações daqueles que tratamos por objeto (de estudo, mas não por isso menos objeto). Nosso diálogo é entre pares, em revistas que contam pontos que rendem uns trocados a mais, não com o diferente, com quem não teve a oportunidade de estudar em universidade de ponta. Daí que a universidade pública pode ser atacada de toda forma e poucos se indignam. Ou que a nova direita tenha encontrado solo fértil para impôr sua forma de encarar o mundo - fake news, ódio e gregarismo proto-fascista. Daí o discurso consolidado que

condena os vagabundos (pobres) e louva o "vagabundo ostentação". Por isso não surpreende o gado que louva o chicote, e que a reforma trabalhista tenha sido aprovada sem maiores resistências.

Sou otimista, e creio que há possibilidades de reverter esse quadro, até mesmo no curto prazo: apesar de todos seus títulos, os doutores golpistas são grosseiros e petulantes o suficiente para deixar pronta uma contra-narrativa que escancara a realidade sem a cenoura ideológica (diante de Moro, Mendes e caterva, até os linha-dura de 64 seriam "da Sorbone"). A questão é a esquerda e as forças progressistas saberem se aproveitar do momento para desvelar as mentiras, sem querer pôr uma verdade no lugar - deixar a cada um e cada uma descobrir sua verdade por suas próprias pernas. Sair da internet e das universidade e ir para a rua é parte fundamental nesse processo.

13 de dezembro de 2017

Uma nova Idade Média e o seu fim inevitável

FÁBIO DE OLIVEIRA RIBEIRO - SEG, 18/12/2017

Um dos aspectos mais curiosos da crise brasileira é a aparente unidade das Forças Armadas do Brasil.

O programa de modernização da Marinha, baseado na construção de submarinos nucleares, foi abortado pela Lava Jato com a condenação e prisão do Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O projeto de renovação da Força Aérea está sendo ameaçado pelo MPF.

Mesmo assim, os almirantes e brigadeiros sempre aparecem sorridentes ao lado do comandante do Exército.

Dentro do Exército as coisas são ainda mais estranhas.

Num dia centenas de generais se reúnem reforçando o discurso oficial de preservação da democracia (muito embora ela tenha sido atropelada por um golpe parlamentar/judicial).

No outro, um general falastrão vai à imprensa cogitar a possibilidade de intervenção militar (eufemismo utilizado para disfarçar o aprofundamento do golpe de 2016). A estranha tranquilidade que reina entre os militares, não pode ser vista nem no Legislativo nem no Supremo Tribunal Federal.

No Legislativo o mal-estar é provocado pelo crescimento da candidatura de Lula e pela proposta do ex-presidente petista de realizar um plebiscito para revogar todas reformas neoliberais impostas ao Brasil pelos golpistas.

No STF, que certamente será convocado a decidir sobre a possibilidade e/ou validade do resultado do plebiscito desejado por Lula caso ele seja realizado, as acusações e ofensas trocadas por membros Corte durante sessões de julgamento se tornaram mais frequentes, bizarras e desagradáveis. Todavia, as discussões entre os Ministros do STF não resultaram em rompimento (ou seja, nenhum deles convocou militares para prender seus adversários).

Tudo isso, parece confirmar a opinião de professor da Faculdade de Direito de Lyon que tentou interpretar o Brasil:

“A solução de um conflito entre o Exército e a Marinha poderia ter conseqüências mais perigosas.

O Governo dos Juízes pode ser meio durável de governo, porque no interior de tribunais imiscuídos na política, a lei da maioria permite suprimir os conflitos ou sumprimi-los de maneira muito mais segura e pacífica do que em outras assembléias.

Quando os chefes de um Exército são levados a tomar decisões políticas, a lei da maioria dificilmente pode evitar os conflitos de opinião e, mesmo conseguindo impor-se, o espírito militar sairia enfraquecido.” (Os Dois Brasis, Jacques Lambert, Brasiliana - volume 335, Companhia Editora Nacional, 1969, p. 273/274)

Lambert, porém, não deixou de fazer uma advertência importante.

Quando os juízes assaltam o poder político “... a diversidade de opinião dêstes últimos não oferece grandes perigos, a não ser talvez, para a serenidade da justiça.” (Os Dois Brasis, Jacques Lambert, Brasiliana - volume 335, Companhia Editora Nacional, 1969, p. 273).

O estudioso francês, porém, não foi capaz de perceber o verdadeiro alcance de um regime político centralizado nas mãos do Poder Judiciário.

Os juízes brasileiros constituíram casta e vem sua atividade como uma espécie de sacerdócio que passa de pai para filho.

Eles preferem se manter apartados da população e cultuam uma exagerada fidelidade corporativa.

No Brasil, o corporativismo dos juízes chega a ser tóxico. Tanto que eles defendem um privilégio que não existe em nenhum outro lugar: a aposentadoria remunerada compulsória como maior punição imposta a um juiz que comete crimes no exercício da função.

Ciosos dos privilégios senhoriais que desfrutam, os juízes alimentam a crença de que pertencem a uma elite, de que eles são o que existe de melhor intelectual e moralmente na sociedade.

Em razão de sua origem familiar e econômica, os juízes brasileiros demonstram arraigada aversão à Política e ódio à Democracia.

Eles desejam limitar o espaço da primeira e controlar a livre expressão da segunda, pois no imaginário deles ambas (Política e Democracia) são ou podem ser fontes daquilo que eles mais temem: uma inversão na hierarquia social.

Eles gostam de julgar, mas detestam ser julgados. Não foi por acaso que eles apoiaram o golpe de 2016.

A mim parece evidente que, com exceção da hereditariedade, os juízes se assemelham, de certa maneira, aos clérigos da Idade Média. Isso explica os

métodos medievais que alguns deles passaram a usar para destruir lideranças petistas e interromper programas de inclusão sociais criados pelo PT.

E já que estamos falando desse assunto nunca é demais lembrar as palavras de outro estudioso:

"... a próxima Idade Média deveria durar cerca de um século. A duração deveria ser ligeiramente maior nos Estados Unidos, onde a nova era se iniciará antes do que outros lugares.

O renascimento seguinte poder-se-ia iniciar quase que em qualquer lugar - no Brasil, no México, na Argentina, na China, no Japão, na Suécia - mas parece mais provável que se verifique uma convergência de fenômenos similares em lugares muito distantes uns dos outros, já que, verossimilmente, um dos frutos da presente civilização que não se desperdiçará será o das comunicações rápidas, pelo menos, por via do rádio (ainda que não por meio do satélite, porque não mais existirá uma organização capaz de assegurar a periódica substituição dos satélites 'estáveis' para telecomunicações).

E se as idéias poderão ser comunicadas rapidamente, a nova civilização poderá surgir com aspectos uniformes em países diversos e longínquos, visto que o único renascimento que poderemos imaginar deve implicar necessariamente na existência de um movimento de idéias novas.

Nos primeiros meses de 1971, algum indício econômico sugeriu que a retração experimentada em grande parte do Ocidente poderia encaminhar-se para o seu final: se, em lugar disso, o slump continuar, a crise final poderá ser retardada por alguns anos.

Após a retração, ver-se-á um novo boom e isso (o que se verificará a seguir) poderá levar à instabilidade e ao abalo.

Entre 1985 e 1995, a Idade Média já estará se iniciando." (A Próxima Idade Média, Roberto Vacca, Pallas S/A, Rio de Janeiro, 1975, p. 128)

A nova Idade Média chegou, mas pelas mãos do neoliberalismo e não por causa da crise sistêmica do capitalismo imaginada por Roberto Vacca.

A catástrofe que nós vivemos não é fruto de uma hecatombe econômica e sim do colapso da idéia da igualdade social.

A desigualdade crescente entre ricos e pobres começou nos EUA durante o governo Ronald Reagan (anos 1980) e de lá se espalhou pelo Ocidente.

Nos países em que essa desigualdade já existia e começava a declinar (caso do Brasil), a chegada da nova Idade Média ocorreu pelas mãos dos juízes: foram eles que em 2016 se encarregaram de apoiar e legitimar a interrupção do processo de inclusão social e de construção da igualdade social por intermédio da Política e da Democracia.

Toynbee acreditava que o homem "...deveria viver para amar, compreender e criar." (A Sociedade do Futuro, Zahar Editores, 3a. edição, Rio de Janeiro, 1976, p. 13) e que o "... amor verdadeiro é um sentimento que supera o egocentrismo, que se expressa numa atividade extrapessoal em benefício dos outros." (A Sociedade do Futuro, Zahar Editores, 3a. edição, Rio de Janeiro, 1976, p. 15). Mas ele também sabia que o "...sentimento racial é uma ameaça à paz mundial e um obstáculo à unidade da humanidade." (A Sociedade do Futuro, Zahar Editores, 3a. edição, Rio de Janeiro, 1976, p. 160).

Movidos pelo egoísmo, os juízes brasileiros criaram um regime infame que se apóia tanto no racismo criminoso quanto no ódio à igualdade social manifestado pelos neo-escravocratas que apoiam as reformas neoliberais.

A guerra movida aos pobres e aos seus líderes fica mais evidente quando prestamos atenção na maneira como os juízes se posicionam.

Lula foi condenado por um crime que ele não cometeu e não poderia ter cometido (o Triplex era da construtora e havia sido dado em garantia a CEF), os juízes delatados como beneficiários de propinas pagas no âmbito da Lava Jato nem foram investigados. Os juízes apoiam a reforma da previdência, desde que os benefícios previdenciários deles (que já são maiores do que os dos demais cidadãos) não sofram qualquer corte.

A presidenta do STF disse há algum tempo que um estudante custa 13 vezes menos do que um preso.

A racionalidade do argumento econômico que ela utilizou em favor da educação esconde algo importante.

Se não existisse uma guerra movida contra a juventude brasileira pelas gerações mais velhas (inclusive e principalmente a dos juízes) os jovens não seriam vistos como um peso para a sociedade. Advogado, jornalista, professor e político, Freitas Nobre disse que:

“O jovem vive da esperança e do ideal.

Não matemos nele o que a juventude sempre traz de melhor, para que a sociedade não venha a morrer de tédio nem afogar-se na melancolia do arrependimento tardio.

Ou compreendemos o jovem na sua função renovadora e nas responsabilidades de todas as épocas pelas mais justas mudanças da estrutura social, ou estaremos matando na sua fonte, o espírito de atualização que é a característica dos moços de todas as épocas.” (Constituinte, Freitas Nobre, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978, p. 120)

A nova Idade Média imposta ao Brasil pelos juízes adeptos do neoliberalismo é ainda mais cruel em relação aos jovens pobres.

Os investimentos em educação foram congelados e as universidades públicas estão sendo sucateadas, mas os empregos criados após a Reforma Trabalhista não proporcionam e não proporcionarão renda suficiente para que eles possam pagar universidades privadas.

Vítimas do racismo e da violência policial e ruralista, os jovens de origem indígena, mestiços e negros são os que se tornaram mais vulneráveis após o golpe neoliberal legitimado por juízes medievais. Eles não tem mais o direito de sonhar com a libertação através da educação.

Abandonados à própria sorte pelo regime neoliberal infame criado com ajuda dos juízes medievais, os jovens brasileiros que recorrerem à violência serão

processados, condenados e encarcerados por homens brancos, cultos e bem-sucedidos de meia idade.

O perfil socioeconômico da magistratura brasileira (transcrito abaixo) revela um dado importante: gostemos ou não, no Brasil a guerra entre o Judiciário e a sociedade é sobretudo uma guerra racial e programaticamente racista.

“A magistratura brasileira é composta majoritariamente por homens. Segundo os números preliminares do Censo dos Magistrados, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no final do ano passado, 64% dos magistrados são do sexo masculino. Eles chegam a representar 82% dos ministros dos tribunais superiores. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (16/6), no Plenário do CNJ, durante a 191ª Sessão Ordinária do Conselho.

Realizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ) entre 4 de novembro e 20 de dezembro de 2013, o levantamento também aponta que a maioria da magistratura é casada ou está em união estável (80%) e tem filhos (76%). A idade média de juízes, desembargadores e ministros é de 45 anos. Na Justiça Federal estão os juízes mais jovens, com 42 anos, em média. Em geral, a carreira dos magistrados começa aos 31,6 anos de idade, enquanto a das magistradas começa aos 30,7 anos.

Em relação à composição étnico-racial da carreira, juízes, desembargadores e ministros declararam ser brancos em 84,5% dos casos. Apenas 14% se consideram pardos, 1,4%, pretos e 0,1%, indígenas. Segundo o censo, há apenas 91 deficientes no universo da magistratura, estimado em pouco mais de 17 mil pessoas, segundo o anuário estatístico do CNJ Justiça em Números, elaborado com base no ano de 2012.”

O que fazer?

A resposta dos golpistas ao previsível aumento da criminalidade juvenil nos próximos anos será o aumento da repressão policial e do encarceramento. A supremacia do Direito Penal do Inimigo sobre os princípios constitucionais do Direito Penal e do Direito Processual Penal já era uma triste realidade antes do golpe de 2016. Tudo indica que isso vai piorar, razão pela qual segue sendo relevante a advertência feita por um eminente político norte-americano:

“Alguns - talvez já agora uma maioria de americanos - apregoarão que a resposta ao nosso problema criminal está em ‘ser duro’ com os criminosos, voltando aos tempos em que os métodos de repressão estavam inteiramente fora do âmbito da supervisão judicial. Há uma crença amplamente difundida que ‘tribunais estão mimando os criminosos’ e que os ‘direitos do indivíduo estão destruindo os direitos da sociedade’. êstes pontos de vista, por mais preponderantes que sejam são errôneos e perigosos. São errôneos porque consideram a relação entre liberdade individual e crime; são perigosos porque ameaçam direitos constitucionais vitais, sem fornecer nenhuma solução real ao aumento do crime.” (Decisões para uma década, Edward M. Kennedy, Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1968, p. 81/82)

A única solução viável para o Brasil é resgatar a dignidade da Política e da Democracia proporcionando inclusão social inclusive e principalmente pela expansão e melhoria do sistema público de educação.

E o sistema de justiça brasileiro - notoriamente caro, ineficiente e programaticamente racista - terá que ser obrigado a ajudar a pagar esta conta.

A guerra movida aos pobres, pardos, índios e negros com ajuda dos juízes tem que necessariamente resultar numa ampla reforma do Poder Judiciário, com a extinção de privilégios, redução dos salários nababescos, equivalência previdenciária entre as autoridades judiciárias e os demais servidores públicos e a punição efetiva e dura dos abusos que foram e que serão praticados pelos sacerdotes togados da nova Idade Média brasileira.

Mas para que isso ocorra, a esquerda terá que contar com o apoio das Forças Armadas ou, pelo menos, da maioria dos oficiais das três armas.

https://jornalggn.com.br/blog/fabio-de-oliveira-ribeiro/uma-nova-idade-media-e-o-seu-fim-inevitavel-por-fabio-de-oliveira-ribeiro

IV . A questão do INDULTO DE NATAL

Presidência da República
Casa Civil . Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 9.246, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 - Concede indulto natalino e comutação de penas e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9246.htm

O indulto de Natal não é apenas um saídão aos apenados com a obrigação de retornar ao regime penitenciário a que estão condenados. Trata-se de um perdão a estes apenados. A medida é sustentada por muitos e condenada por outros tantos, tendo sido, neste ano, segundo o Ministro da Justiça, Torquato Jardim, mais inspirada por razões políticas do que ténicas, eis que o próprio Conselho Penitenciário a condenava. A polêmica não é tão simples como parece. Está no coração de uma disputa contemporânea entre juristas, divididos entre punitivistas, que justificam a dureza das penas como uma mensagem condenatória aos que infringem a Lei e os garantistas, que professam uma compreensão mais abrangente do crime. Abaixo, as ponderações de uns e outros.

Crítica dos denominados punitivistas:

Via Paulo Roberto de Almeida e Roberto De Abreu Cruz:

BORZEGUINS AO LEITO- ou: Torquato, vá cuidar de seu jardim! As explicações do Ministro Torquato Jardim sôbre as alterações ao Decreto sôbre Indultos de Natal são mais que absurdas, são desrespeitosas. Evidentemente passando ao Presidente da República a autoria do desrespeito, o Ministro tentou justificar ou defender o absurdo indulto como visando a reintegrar os criminosos à sociedade. De início, o Decreto adulterado estipulava que não seriam beneficiados presos com sentença superior a 12 anos, além de o beneficiado já ter cumprido 1/4 da pena a que tivesse sido condenado (25% do total). Importante: o indulto não poderia beneficiar condenado por crime de violência. Mais ainda, os indultados não estariam dispensados de multa a que tivessem sido condenados. Agora, independentemente do tempo da sentença a ser cumprida, basta ter o preso cumprido 20% da pena, quer dizer, uma dispensa de 80% do total, o perdão está concedido; fica ainda dispensado de pagar multa a que tenha sido condenado. FINALMENTE: Michel Temer e seu Ministro da Justiça consideram roubo de recursos para hospitais, escolas, segurança, etc como crimes não-violentos, passíveis e até merecedores de perdão total e irrestrito. O que está ruim pode piorar.

~

Eduardo Dutra Aydos
INDULTO DE NATAL CONCEDIDO POR MICHEL TEMER configura, para além... muito além das suas prerrogativas formais - que deveriam ser exercitadas em caráter de absoluta excepcionalidade e comedimento, jamais como prebenda de escalão e medida ostensiva de obstrução da Justiça - o MAIOR ABUSO DE AUTORIDADE já cometido por um Presidente da República, sob a égide da Constituição de 1988. Seus malfeitos contra a integridade física da cidadania brasileira, serão testemunhados pelo sangue e a espoliação dos brasileiros vitimados pela criminalidade comum e organizada, ainda neste período de festas, que se deveriam destinar à celebração da paz e da esperança nesta Pátria estremecida. Mas seus mais insidiosos efeitos se farão sentir, pelos anos

à frente, pela vergonha enrustida na alma do nosso povo quando, impunemente, se erode a autonomia do Poder Judiciário, se estiolam os fundamentos morais do nosso ordenamento jurídico e se trafica, como se entorpecente fosse, a autoridade do Poder de Estado, no mercado negro da corrupção nossa de cada dia.

A defesa dos garantistas:

Salo de Carvalho - Nota do ITEC sobre o indulto:

ITEC - Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais, nascido no Rio Grande do Sul e há 20 anos promovendo debates sobre as ciências penais - reafirma a necessidade do direito ao Indulto.
Recentemente o Brasil ultrapassou a Rússia e alcançou a terceira maior população prisional do mundo, contando com mais de 726 mil pessoas atrás das grades. Essa situação denota um déficit de aproximadamente 358 mil vagas no sistema penitenciário.
As mazelas, violações e ofensas à dignidade das pessoas são indizíveis e incontáveis.
No meio do caos penitenciário, o instituto do indulto – que não é novidade e nem exclusividade brasileira, a propósito – insere-se como uma medida de redução de danos e de resgate à dignidade e à cidadania.
Assim, em tempos de constantes violações aos direitos e garantias fundamentais, o ITEC reafirma, com essas considerações, a necessidade e a adequação do instituto do indulto.
Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais
www.itecrs.org

A Lava Jato quer preservar o poder de prender e soltar sem prestar contas

Luis Nassif - 25/12/2017

As declarações dos procuradores da Lava Jato contra o indulto de Natal são ilustrativas do seu amadorismo.

Segundo Deltan Dallagnol, o indulto acaba com a Lava Jato, por comprometer sua maior arma: a possibilidade de manter o sujeito preso até que abra o bico.

Com essa afirmação, Dallagnol dá razão a todos os que apontavam essa característica da delação – que atropela qualquer princípio de direito.

Dallagnol confirma que a delação se vale dos mesmos recursos da ditadura, de torturar o preso até que delate – em um caso, através de tortura física; no outro,

com a privação da liberdade e com as visitas de procuradores praticando terror psicológico.

E, olha, o Ministério Público Federal gastou bits e bytes com suas campanhas para demonstrar que a maior parte das delações foi obtida de forma espontânea, sem uso de ameaças. O craque Dallagnol, que conseguiu desmoralizar a Lava Jato com um Power Point, agora desmoraliza a delação com um mero Twitter.

O segundo ponto relevante surge da comparação entre os apenados da Lava Jato e os beneficiados do indulto de Natal.

Os principais agentes da corrupção estão ou soltos, ou em prisão domiciliar, gozando de parte da riqueza acumulada no período.

É só conferir Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, João Santana.

Qual a razão da indignação, então, com o indulto?

O fato da Lava Jato querer preservar para si o monopólio dos benefícios aos condenados.

É a capacidade de prender e soltar, sem prestar contas, que garante o poder de juiz e procuradores.

É por isso que agitam as redes sociais e as manchetes da imprensa amiga a cada tentativa de prestação de contas, mesmo aquelas exigidas pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Dispondo desse poder absoluto, com definições puramente subjetivas sobre penas e benefícios, quem garante a lisura do processo?

O procurador cujo irmão enriqueceu com as delações premiadas?

O juiz cujo primeiro amigo tentou entrar nessa seara?

O advogado que atuava com a esposa do Juiz nas ações das APAEs?

Hoje em dia, já existe um acervo considerável de indícios, provas e dúvidas sobre a atuação da Lava Jato.

O que a sustenta exclusivamente é a perspectiva de bloqueio da candidatura de Lula – a grande fatura que permitiu à Lava Jato todos os abusos e extravagâncias.

Daqui a algum tempo, haverá uma de duas possibilidades: ou Lula inocentado, ou a candidatura Lula interditada.

Em qualquer hipótese, não haverá mais blindagem à Lava Jato.

Aí, haverá um enredo já conhecido.

Gradativamente, as matérias engrossando as suspeitas contra a operação sairão dos rodapés para o meio das páginas.

Mais algum tempo, para as manchetes principais.

Na série sobre a indústria da delação, puxamos vários fios da meada.

Quando começar a debandada, as torneiras das fontes em off jorrarão sem parar, com cada fonte querendo montar sua própria blindagem comprando apoio do jornalista por denúncias.

E, aí, aprenderão sua última lição. Só existe uma categoria mais volúvel do que a de delator: a de jornalista. ~

Em pouco tempo verão famílias de donos e famílias de jornalistas pulando fora do barco e, assumindo contra a Lava Jato o tom mais radical dos neo-convertidos.

Está certo Dallagnol em dizer que, ampliando o indulto de Natal, Michel Temer está resguardando seu próprio futuro.

Mas sua sagacidade não chega ao ponto de entender que, quanto mais radicalizar o discurso agora, maior será a volta do cipó de Aroeira.

https://jornalggn.com.br/noticia/a-lava-jato-quer-preservar-o-poder-de-prender-e-soltar-sem-prestar-contas-por-luis-nassif

Eugênio Aragão

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar para suspender os efeitos do decreto publicado pelo presidente Michel Temer com regras mais brandas para a concessão do indulto de Natal a presos condenados. A decisão foi tomada diante de um pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, apresentado à corte na quarta-feira contra a medida de Temer.

Na ação, Dodge argumenta que o decreto fere a Constituição Federal ao prever a possibilidade de perdão de multas e também vai contra a separação entre os Poderes ao estabelecer que o benefício possa ser concedido a condenados que tenham cumprido um quinto da pena.

(...)

O **Conversa Afiada** consultou o Ministro Eugênio Aragão sobre o Golpe de Estado:

“Carmen Lúcia violou o princípio da separação de poderes e rasgou a Constituição que ela jurou observar e proteger.
Dar indulto e graça é prerrogativa do Presidente.
Se ele pode perdoar (graça), pode indultar na extensão que entender oportuna e conveniente.
Não cabe ao Judiciário substituir o chefe de Estado no uso dessa prerrogativa que é exclusiva do Executivo.
O tempora o mores!”

Eugênio Aragão

VI – Manifesto sem Lula é fraud

https://www.change.org/p/sociedade-brasileira-em-defesa-do-direito-de-lula-ser-candidato-a-presidente-do-brasil

Leia, divulgue e assine!

A tentativa de marcar em tempo recorde para o dia 24 de janeiro a data do julgamento em segunda instância do processo de Lula nada tem de legalidade. Trata-se de um puro ato de perseguição da liderança política mais popular do país. O recurso de recorrer ao expediente espúrio de intervir no processo eleitoral sucede porque o golpe do Impeachment de Dilma não gerou um regime político de estabilidade conservadora por longos anos.

O plano estratégico em curso, depois de afastar Dilma da Presidência da República, retira os direitos dos trabalhadores, ameaça a previdência pública, privatiza a Petrobras, a Eletrobras e os bancos públicos, além de abandonar a política externa ativa e altiva.

A reforma trabalhista e o teto de gastos não atraíram os investimentos externos prometidos, que poderiam sustentar a campanha em 2018 de um governo alinhado ao neoliberalismo. Diante da impopularidade, esses setores não conseguiram construir, até o momento, uma candidatura viável à presidência.

Lula cresce nas pesquisas em todos os cenários de primeiro e segundo turno e até pode ganhar em primeiro turno. O cenário de vitória consagradora de Lula significaria o fracasso do golpe, possibilitaria a abertura de um novo ciclo político.

Por isso, a trama de impedir a candidatura do Lula vale tudo: condenação no tribunal de Porto Alegre, instituição do semiparlamentarismo e até adiar as eleições. Nenhuma das ações elencadas estão fora de cogitação. Compõem o arsenal de maldades de forças políticas que não prezam a democracia.

Uma perseguição totalmente política, que só será derrotada no terreno da política. Mais que um problema tático ou eleitoral, vitória ou derrota nessa luta terá consequências estratégicas e de longo prazo.

O Brasil vive um momento de encruzilhada: ou restauramos os direitos sociais e o Estado Democrático de Direito ou seremos derrotados e assistiremos a definitiva implantação de uma sociedade de capitalismo sem regulações, baseada na

superexploração dos trabalhadores. Este tipo de sociedade requer um Estado dotado de instrumentos de Exceção para reprimir as universidades, os intelectuais, os trabalhadores, as mulheres, a juventude, os pobres, os negros. Enfim, todos os explorados e oprimidos que se levantarem contra o novo sistema.

Assim, a questão da perseguição a Lula não diz respeito somente ao PT e à esquerda, mas a todos os cidadãos brasileiros. Como nunca antes em nossa geração de lutadores, o que se encontra em jogo é o futuro da democracia.